

Arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



n.º 11

ABRIL DE 1992

SUMÁRIO

Apresentação	3
Reforma Económica em Moçambique: Notas Sobre a Estabilização, a Guerra e a Formação das Classes <i>por Otto Roesch</i>	5
Achegas para o Estudo das Biografias de Autores de Fontes Narrativas e Outros Documentos da História de Moçambique V: Lawrence Chisui, S. Nthara, E.Mwale, J.Mazula, P.Litumbe e a Histo- riografia Marave com um Apêndice: "A História dos Anianja", de Paulo João Litumbe <i>por Gerhard Liesegang</i>	37
O Fundo do Algodão (1952-1961) <i>por Manuel Jorge C.de Lemos</i>	67
Documento: A Autonomia Administrativa de Moçam- bique em 1752, vista pelo historiador Alexandre Lobato	83
Acervo	91

arquivo

Boletim Semestral do Arquivo Histórico
de Moçambique
Universidade Eduardo Mondlane

Director: Inês Nogueira da Costa
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/87

Nº. 11, Abril de 1992

APRESENTAÇÃO

Neste Número 11 do Boletim ARQUIVO, relativo a Abril de 1992, abrimos com um longo trabalho de análise sobre o impacto económico e social das medidas adoptadas em anos recentes pelo governo moçambicano sob a designação genérica de Programa de Reabilitação Económica. Pensamos ser um trabalho actual, pese embora o facto da realidade do nosso país se encontrar em transformação constante e muito rápida.

Com um trabalho do investigador e nosso colaborador Gerhard Liesegang, damos continuidade à série sobre o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da história de Moçambique, desta feita sobre autores que se debruçaram sobre a história Marave.

O terceiro trabalho aqui apresentado diz respeito ao Fundo do Algodão, e constitui um esforço de apresentarmos cada vez mais aos nossos leitores material de descrição, reflexão e problematização sobre os fundos que temos à nossa guarda.

Na secção *Documento*, que queremos se torne habitual nos nossos números ordinários, apresentamos desta feita uma reflexão do historiador Alexandre Lobato sobre uma passagem importante da história da evolução administrativa e económica de Moçambique, centrada no ano de 1752 e respeitando à extensão e limites da colónia naquela época e à autonomia administrativa em relação a Goa.

Encerramos, como habitualmente, com a rubrica *Acervo*.

Inês Nogueira da Costa

REFORMA ECONÓMICA EM MOÇAMBIQUE: NOTAS SOBRE A ESTABILIZAÇÃO, A GUERRA E A FORMAÇÃO DAS CLASSES

Otto Roesch

Este artigo foi pesquisado e escrito durante a segunda metade de 1988, reflectindo portanto a situação em Moçambique nessa altura. Embora as estatísticas económicas do governo divulgadas nos dois anos seguintes mostrem que o artigo era demasiado pessimista relativamente à capacidade do PRE de promover o crescimento económico mesmo a curto prazo, penso que as preocupações, juízos e análise geral veiculados no artigo continuam a ser válidos e relevantes na actualidade. Tendo em vista os resultados desapontadores de programas de ajustamento económico semelhantes noutros países africanos - países cuja situação económica era muito menos grave que a de Moçambique - o cepticismo do artigo relativamente à sustentabilidade daquele crescimento e à viabilidade geral do programa permanece justificado. Além disso, uma estratégia de desenvolvimento capitalista dependente do tipo daquela que é seguida por Moçambique subordina inevitavelmente o desenvolvimento nacional aos caprichos da economia internacional, engendrando simultaneamente contradições sociais e económicas internas sem precedentes, tal como a taxa crescente de desigualdade e mal-estar social em Moçambique claramente sugere.

Introdução¹

O novo programa de ajustamento estrutural aprovado pelo FMI e adoptado pelo governo de Moçambique em Janeiro de 1987, tem caracterizado uma importante viragem na vida política e económica actual de Moçambique. O novo "Programa de Reabilitação Económica", ou "PRE" (o acrónimo pelo qual é conhecido em Moçambique), representa uma grande mudança na política económica nacional, longe já da planificação socialista centralizada de há alguns anos atrás e em direcção a uma confiança muito maior nas

forças de mercado. O PRE assinala uma clara ruptura com o "voluntarismo" radical que caracterizou o período que se seguiu à independência, no qual a mobilização política era encarada como o veículo principal de mudança social, e um movimento decisivo em direcção àquilo que se poderia designar como "socialismo de mercado", no qual a mudança social é muito mais vista como função das forças de mercado. De facto, o PRE está decididamente a conduzir Moçambique em direcção a uma economia de mercado, com consequências sociais e políticas que não serão facilmente compreendidas dentro dos parâmetros do projecto ainda manifestamente socialista da Frelimo². E embora o PRE tenha apresentado alguns resultados iniciais encorajadores, não é de forma alguma claro se tais sucessos se manterão no contexto do prosseguimento da desestabilização sul-africana.

Contexto e Antecedentes do PRE³

O PRE tem as suas raízes nas grandes reformas económicas introduzidas após o IV Congresso do partido Frelimo, em 1983. As reformas do IV Congresso constituíram uma tentativa de corrigir os erros das anteriores políticas económicas governamentais, e uma tentativa para estancar a crise económica cada vez mais profunda, alimentada pela desestabilização sul-africana.

Até ao IV Congresso a Frelimo havia seguido uma clássica estratégia de desenvolvimento socialista, baseada na colectivização socialista da agricultura camponesa e na dominância do sector estatal em todas as áreas da economia⁴. A política governamental estava fortemente orientada para projectos de desenvolvimento de grande escala, de capital intensivo e dependentes de importações, quer na indústria quer na agricultura, e era escasso o investimento dirigido para as cooperativas e para as formas privada e familiar de produção. Um planeamento altamente centralizado deixava pouco espaço de manobra às forças de mercado. Embora esta estratégia tenha logrado conquistas significativas nas áreas da saúde, educação, habitação e participação política popular, ela não se mostrou bem sucedida ao nível económico. A orientação das políticas governamentais para os empreendimentos de grande escala e de capital intensivo mostrou-se inadequada nas condições económicas prevalecentes, e consequentemente incapaz de levantar o país do declínio económico que se seguiu ao colapso da economia colonial após a independência⁵. Os baixos níveis de produção e um rígido sistema de preços, que não reflectia os custos reais da produção nem a escassez crescente de mercadorias, alimentaram a subida em espiral

da taxa de inflação e um mercado negro que despontava. O crescimento económico que teve lugar entre a independência e o IV Congresso mal conseguiu acompanhar o crescimento demográfico.

A partir de 1980 as dificuldades económicas experimentadas pela estratégia de desenvolvimento de Moçambique foram exacerbadas pela escalada da desestabilização militar sul-africana. Nesse ano, ano da independência do Zimbabwe, a África do Sul assumiu o apadrinhamento da Renamo ('Resistência Nacional de Moçambique', também conhecida pelo acrónimo inglês MNR), um movimento terrorista contra-revolucionário criado originalmente pelos serviços secretos rodesianos para agir como um espinho cravado no flanco do jovem Moçambique independente. Sob as ordens da África do Sul, a Renamo viria a ser transformada de pequena inconveniência em grande instrumento de sabotagem e terror em largas zonas de Moçambique⁶. Só no período entre 1981 e 1983, os ataques militares da Renamo saldaram-se na destruição de 140 aldeias, 840 escolas, 200 postos de saúde e 900 cantinas rurais, e causaram milhares de mortos e centenas de milhões de dólares de prejuízos à economia moçambicana⁷. A escalada dos ataques da Renamo contra infraestruturas sociais e económicas vitais, e contra a própria população rural, começou a desmembrar tudo o que fosse actividade económica, intensificando em grande medida os efeitos adversos da severa seca que começou a afligir grandes zonas de Moçambique depois de 1980. O consequente declínio das exportações agrícolas provocado por essas rupturas reduziu continuamente a entrada de divisas e, com isso, os níveis de importação de insumos técnicos e bens de consumo necessários para promover o crescimento económico. Por volta de 1983 a guerra tinha-se tornado num sorvedouro cada vez mais sério dos limitados recursos económicos de Moçambique, e começou a transformar a difícil situação económica do país numa crise cada vez mais profunda. As crescentes dificuldades económicas precipitadas pela guerra limitaram cada vez mais a capacidade de manobra e experimentação da Frelimo, aumentando firmemente os níveis de desestabilização política da população, com sérias consequências para o processo de transformação socialista que a Frelimo procurava promover.

Foi precisamente na tentativa de estancar esta crise crescente que o IV Congresso da Frelimo apelou para grandes mudanças na estratégia económica de desenvolvimento do país. O IV Congresso apelou para uma mudança generalizada dos projectos de desenvolvimento de larga escala, planeados centralmente e baseados em capital intensivo, que haviam dominado a política governamental nos anos entre o III e o IV Congressos (1977-1983), em favor de iniciativas mais descentralizadas, orientadas para

o mercado e de pequena escala. Na agricultura, esta mudança da política económica travou qualquer alargamento do sector das machambas estatais e abriu caminho à "reorganização e consolidação" das machambas estatais existentes⁸. O IV Congresso orientou também as estruturas estatais no sentido de fornecerem um apoio muito maior aos sectores cooperativo, familiar e privado, que até então tinham sido em grande medida negligenciados em favor do sector das machambas estatais. No âmbito desta mudança geral, o IV Congresso considerou também a reabilitação e rentabilização da capacidade instalada em termos industriais e de transportes - quer no sector estatal quer no privado ou de pequena produção - como uma prioridade principal do programa de reformas económicas que o governo seria chamado a implementar.

Em resposta às orientações emanadas do IV Congresso, o governo começou a implementar um programa de reformas centrado em quatro grandes mudanças políticas e institucionais.

Em primeiro lugar, tendo em conta a evidente incapacidade das formas colectivas de produção para satisfazer as necessidades alimentares do país, começaram a ser feitas tentativas para aproveitar o potencial produtivo da agricultura capitalista e familiar camponesa. Em comparação com a situação anterior ao IV Congresso, em que o volume de todos os investimentos estatais na agricultura era canalizado para o sector das machambas estatais, o governo começou a seguir uma estratégia agrícola mais equilibrada em termos de distribuição dos investimentos estatais pelos diversos sectores. A adopção desta nova política conduziu a uma grande reorganização (ainda em curso) do sector das machambas estatais, assim como à redução da sua importância relativa na estratégia geral de desenvolvimento agrícola do país.

Em segundo lugar, em face da desestabilização sul-africana e da persistência de condições climáticas adversas, o governo começou a orientar os escassos recursos para regiões prioritárias, cuja situação económica, militar e climática oferecia melhor garantia de resultados positivos. Em regra geral quase todas essas regiões escolhidas correspondiam a áreas cujo potencial económico já tinha sido estabelecido no período colonial. Além disso, e para garantir o melhor retorno dos investimentos efectuados, assim como para corrigir os erros e ineficiências de planeamento e implementação cometidos no passado, foi iniciado um extenso processo de reorganização e descentralização administrativa das estruturas responsáveis pela implementação da política económica. Este processo reforçou os poderes dos governadores provinciais e dos funcionários locais, particularmente os dos ministérios-chave da agricultura e do comércio, capacitando-os para seguir

as políticas económicas por eles julgadas mais apropriadas às condições locais. No seu conjunto, estas duas medidas - priorização regional e descentralização administrativa - continuaram a ser características centrais das reformas económicas actuais, introduzidas como parte do PRE.

Em terceiro lugar, devido à escassez aguda de recursos de investimento ao alcance do governo moçambicano, os recursos existentes começaram a ser alocados na base mais de um pragmatismo económico que da justiça ideológica, pelo que os escassos insumos económicos começaram a ser canalizados para aqueles sectores que tinham capacidade de os utilizar mais eficientemente, quer fossem empresas estatais, cooperativas, capitalistas ou pequenos produtores de mercadorias. Em contraste com a situação anterior ao IV Congresso, em que o objectivo principal da política de investimento do Estado consistia em promover a transformação socialista da economia moçambicana, o objectivo da política governamental após o IV Congresso tornou-se cada vez mais o de aumentar simplesmente a produção, sem uma consideração especial sobre o quadro de relações de produção em que tal seria conseguido. No âmbito desta mudança o investimento estrangeiro começou também a ser activamente encorajado em todos os sectores da economia.

Finalmente, na tentativa de estimular o aumento da produção capitalista e dos pequenos produtores de mercadorias, o governo iniciou uma liberalização generalizada da actividade comercial, liberalizando os preços de muitos produtos agrícolas e manufacturados, e aumentando acentuadamente os preços de muitos outros produtos que continuaram a estar sujeitos ao controlo oficial. Entre estes últimos figuravam as principais culturas alimentares, tais como os cereais (arroz, milho, sorgo, trigo, etc.), sementes de oleaginosas (amendoim, girassol, algodão, etc.), e leguminosas (feijão). Da mesma maneira, tendo em vista estimular o aumento da produção agrícola, foi também manifestada a intenção oficial de aumentar o fornecimento de bens de consumo ao campo (embora não tenha havido aumentos significativos desde o desencadeamento do PRE, em 1987). Esta mudança geral para o mercado foi acompanhada por aumentos significativos dos níveis de apoio material do Estado ao sector comercial privado e às pequenas indústrias artesanais, que começaram a ser activamente promovidos na tentativa de ressuscitar as redes comerciais nacionais e a pequena produção local de mercadorias.

Ao estabelecer uma maior abertura para o mercado e ao insistir mais na reactivação da capacidade produtiva instalada do que na sua transformação, as reformas do IV Congresso implicaram, essencialmente, a reabilitação das formas económicas coloniais herdadas, quer na produção

quer na circulação (por exemplo, a agricultura camponesa e capitalista, o comércio privado a retalho e por grosso, a indústria privada de pequena escala, etc.), e uma abordagem muito mais comedida do objectivo de desenvolver e transformar a economia moçambicana segundo linhas socialistas. Ao virar-se para uma estratégia económica mais orientada para o mercado, a Frelimo esperou corrigir os desequilíbrios económicos resultantes dos erros de política do passado, e levar os capitalistas e os pequenos produtores de mercadorias a aumentar substancialmente os seus resultados económicos comercializados, colocando assim o país numa senda produtiva mais sólida para melhor resistir à agressão sul-africana e se libertar da crise económica que esta agressão estava a precipitar. Todavia, nos anos que se seguiram ao IV Congresso, as tentativas do governo moçambicano para implementar essas reformas foram crescentemente minadas pela intensificação da guerra não-declarada dos sul-africanos contra Moçambique. Apesar da assinatura do Acordo de Nkomati entre Moçambique e a África do Sul, em 1984, que previa que ambos os países impedissem que os seus territórios fossem usados como base para ataques ao outro, e que alimentou as esperanças da Frelimo no sentido de trazer a paz que daria às suas reformas económicas a possibilidade de funcionamento, o apoio sul-africano à Renamo permaneceu firme. As rupturas económicas e demográficas de larga escala causadas pelos ataques generalizados da Renamo mutilaram os resultados da produção e a actividade comercial em extensas áreas do país, precipitando uma crescente crise alimentar que por volta de finais de 1986 começou a ameaçar a segurança alimentar de milhões de moçambicanos.

O virtual colapso económico causado pela Renamo aumentou drasticamente as necessidades de Moçambique em termos de ajuda externa. Incapaz de conseguir os montantes de assistência externa necessários nos países do bloco de leste, donde tinha vindo anteriormente o grosso da assistência externa, Moçambique virou-se cada vez mais para os países ocidentais em busca de auxílio de emergência e ao desenvolvimento, de que necessitava. Moçambique aderiu ao FMI e ao Banco Mundial em Agosto de 1984, na esperança de obter melhor acesso a linhas de crédito internacionais e, de facto, começou a receber montantes cada vez maiores de apoio externo. Contudo, o acesso às linhas de crédito ocidentais e multilaterais rapidamente se tornou condicionado pela exigência de se chegar a acordo com o FMI sobre um programa de reformas económicas para a reabilitação da economia do país. Mas com uma dívida externa totalizando 3.2 mil milhões de dólares em 1986, e com uma receita de exportações equivalendo apenas a 14.5% do serviço da dívida, a posição negocial de Moçambique

não era muito forte. Após demoradas negociações com o FMI e o Banco Mundial em 1985 e 1986, Moçambique conseguiu acordar com o FMI um programa de reformas económicas de três anos visando arrancar a economia desgastada pela guerra ao declínio crónico que vinha experimentando desde 1981. O PRE constitui o produto desse acordo.

O PRE

Como programa de reforma económica o PRE incorpora todas as políticas de mudança do IV Congresso atrás apresentadas, mas desenvolve a reestruturação económica e administrativa em direcção à economia de mercado muito para além daquilo que foi sugerido no IV Congresso. Até à data, as características mais salientes do PRE têm sido 1) uma maior abertura em relação às forças de mercado, baseada numa maior liberalização do comércio interno e num acesso mais fácil do sector privado a insumos de capitais; 2) uma série de desvalorizações drásticas da moeda nacional que trouxeram o metical de uma taxa de câmbio de 40 mt por dólar americano antes do PRE, para 620 mt por dólar em 1988; 3) uma incidência na "responsabilidade fiscal", com cortes esperados nos serviços administrativos, nos subsídios governamentais e serviços sociais; 4) a tentativa de estimular a produção para exportação (principalmente no sector da agricultura); 5) o rescalonamento da dívida externa; e 6) o aumento da ajuda externa dos países ocidentais particularmente na forma de fornecimentos crescentes de capitais e bens de consumo necessários para reabilitar e estimular a economia do país. O objectivo geral dessas medidas, tal como foi afirmado publicamente, consiste em sustentar o declínio económico do país e em aumentar os resultados da produção, com o fim de recolocar o PNB do país aos níveis de 1981, em 1990. Tal como as reformas do IV Congresso, a tarefa principal para atingir essas metas consiste em reactivar a capacidade produtiva instalada do país, subutilizada ainda, definindo-se a agricultura, particularmente a agricultura camponesa, como o sector prioritário do programa de recuperação. Mas diferentemente das reformas do IV Congresso, que mantinham um empenhamento explícito em levar Moçambique "do subdesenvolvimento para o socialismo", o PRE está empenhado em reabilitar, mais do que transformar, a estrutura económica colonial do país, cuja reactivação é considerada essencial para a sobrevivência da nação no contexto actual da guerra.

Embora a implementação dessas medidas tenha originado aumentos acentuados dos preços ao consumidor, subidas nos impostos, reduções nos gastos públicos e a privatização de muitas empresas estatais, o governo

moçambicano defendeu resolutamente o PRE e apresentou-o firmemente como um programa governamental e não como um "pacote" imposto a partir do exterior (nomeadamente pelo FMI). Contrariamente a alguns países africanos que se apressam a culpar o FMI pelas medidas de austeridade que implementam, o governo moçambicano aceita a responsabilidade plena pelas reformas que implementa actualmente. A posição oficial de Moçambique é de que o PRE constitui uma necessidade objectiva na actual conjuntura histórica - embora imposta ao país pela desestabilização sul-africana. (É prontamente admitido que se não fôsse a guerra o PRE não teria sido necessário). Aquilo que não é claro na posição do governo de Moçambique, contudo, é se o apoio oficial ao PRE deriva de uma genuína convicção sobre a adequação do programa ou, simplesmente, de uma tentativa para referir que o PRE se trata da melhor solução que se conseguiu negociar com o FMI. Porque se é verdade que Moçambique concebe a sua própria política de reformas que em seguida submete a negociações com o FMI, não é de forma alguma claro, todavia, em que medida é que o PRE reflecte, actualmente, um pensamento moçambicano e não as pressões e modificações do FMI⁹. Não pode, contudo, haver a mais pequena dúvida que o PRE representa uma grande mudança política em direcção ao mercado, e que a crise económica que (como o próprio governo admite) tornou o PRE necessário aumentou substancialmente a dependência do país em relação à ajuda externa, limitando consequentemente a sua capacidade para prosseguir uma política económica doméstica independente.

A medida da viragem do governo moçambicano para o mercado, na sua tentativa para ressuscitar a economia moçambicana, é reflectida na importância considerável que o governo atribui à mudança de atitude por parte dos moçambicanos em todos os sectores da economia do país. Embora a reactivação da capacidade produtiva instalada seja o objectivo principal do PRE, o governo também considera que a mudança de atitude constitui uma componente central de todo o programa de reformas. Em entrevista, o primeiro ministro Mário Machungo atribuiu importância considerável à mudança de atitudes para a recuperação económica, referindo-se ao PRE como uma "tentativa para forçar os agentes económicos a modificar a sua mentalidade" e como tentativa "para impôr a disciplina no local de trabalho"¹⁰. Os exemplos que ele referiu apontam claramente para a preocupação do governo em relação aos actuais ineficiência e conformismo da força de trabalho, particularmente no sector estatal onde a segurança de emprego está virtualmente garantida, independentemente de se ser operativo ou não, e em relação à prática generalizada, comum às economias de planeamento central, dos funcionários e directores desempenharem as

funções que lhes foram destinadas sem preocupações de qualidade ou de articulação com outros sectores da economia. Sob o PRE, todavia, o congelamento dos orçamentos ministeriais, a eliminação dos subsídios e a privatização de empresas governamentais pressionaram consideravelmente todos os sectores da economia no sentido de aumentar a eficiência e reduzir os custos e, consequentemente, os empregados, no sentido de justificar os seus postos, e as empresas no sentido de operar eficazmente ou retirar-se do ramo.

Porém, ao contrário das "ofensivas políticas e organizacionais" contra a corrupção, a incompetência, o burocratismo, a indisciplina e a preguiça quer no sector estatal quer no privado, levadas a cabo pela Frelimo no passado, a "ofensiva" actual (para uma mudança de atitude) já não é levada a cabo apenas ao nível político, através de palavras de ordem, de reuniões ou de intervenções políticas de alto nível, mas, num grau cada vez maior, ao nível económico através de mecanismos de mercado e financeiros. A eficiência, a disciplina e a produtividade que a Frelimo não conseguiu induzir através de incentivos morais e da mobilização política são agora criadas através de incentivos materiais e das pressões do mercado. Neste âmbito o PRE assinala um nítido corte com o colectivismo e com o voluntarismo radical do período anterior ao IV Congresso, no qual se esperava que a transformação social e o desenvolvimento fossem efectuados através da acção colectiva incentivada sobretudo pela mobilização política e pela exortação ideológica (e frequentemente deparando com constrangimentos objectivos). Presentemente, pelo contrário, a política governamental baseia-se muito mais no recurso às forças de mercado, onde o foco da política económica já não é apenas a colectividade mas também o individual. Embora esta mudança política possa ser vista simplesmente como um recuo tático, não há dúvida que o impacto político destas medidas na consciência do povo moçambicano, para não mencionar nas suas carteiras, foi considerável, dissolvendo todos os resíduos de espírito colectivista que sobraram da fase anterior ao IV Congresso nos corações e nas mentes da população e substituindo-os por uma perspectiva ideológica da vida muito mais individualista e oportunista.

O Balancete Económico

Apesar de ter sido implementado no contexto da escalada de uma guerra que em 1987 custou à economia do país mais de 5 biliões de dólares e precipitou uma situação de emergência que afectou as vidas de mais de 4.5 milhões de

peças, o PRE conseguiu sustentar o declínio económico crónico que a economia moçambicana vinha experimentando desde 1981, ano em que a desestabilização militar sul-africana começou a ter um sério impacto. Como resultado de fornecimentos crescentes de capital e bens de consumo, tornados possíveis pela abertura de novas linhas de crédito externas, o PNB do país registou um crescimento de 4% em 1987, o primeiro aumento desde 1981. Grande parte deste aumento deve-se ao impressionante crescimento de 18% na produção industrial, em grande medida registado nas indústrias ligeira e alimentar (por exemplo, produção de algodão, cobertores, baterias, sapatos, rádios, cerveja, cigarros, etc.) - uma área considerada prioritária pelo PRE, para estimular a produção agrícola - e ao aumento de 27% da produção agrícola comercializada do sector camponês. O valor das exportações registou também um aumento de 9% embora este se tenha devido mais à subida de preços que ao aumento da produção¹¹.

Para a pessoa comum, todavia, as mudanças que acompanharam a introdução do PRE têm-se manifestado numa variedade de formas muito mais tangível (e por vezes dramática) do que aquela que as estatísticas do governo podem sugerir. Indubitavelmente que uma das mudanças mais evidentes tem sido o acentuado aumento, em quantidade e diversidade, dos produtos alimentares e bens de consumo disponíveis actualmente no mercado interno, particularmente nas zonas urbanas. As montras dos estabelecimentos e lojas que, apenas há alguns anos atrás, se mostravam virtualmente vazias contêm agora uma larga variedade de bens domésticos e importados em quantidades anteriormente impensáveis, mesmo no mercado negro. Enquanto que os bens importados provêm de novas linhas de crédito disponibilizadas a Moçambique ao abrigo do acordo estabelecido com o FMI, assim como dos fornecimentos de ajuda de emergência oriundos de doadores externos, os bens produzidos internamente são resultado de aumentos significativos da produção agrícola e industrial por parte do estado, do sector capitalista e dos pequenos produtores de mercadorias, tendo todos respondido positivamente aos aumentos dos preços ao produtor e ao aumento dos abastecimentos em ferramentas e matérias-primas.

Embora todos os sectores tenham contribuído para os actuais aumentos de produção, a maior contribuição provém dos sectores estatal e de pequena produção de mercadorias. O sector capitalista, apesar de ter recebido um apoio considerável por parte do governo, não parece ter prestado uma contribuição produtiva à recuperação tão significativa quanto as dos outros sectores. Tal não resulta apenas da maior envergadura dos sectores estatal e de pequena produção de mercadorias, em termos absolutos, mas reflecte também a preferência do capital privado para investir

mais na circulação do que na produção, dado que as taxas de lucro são mais elevadas e os sistemas de controlo governamental mais fáceis de tornear no comércio do que na agricultura ou na manufactura. Um desafio permanente com que o governo se depara na sua tentativa para encorajar o aumento da produção agrícola capitalista, por exemplo, reside em assegurar que equipamento fundamental como tractores e camiões seja usado principalmente na produção e não em actividades comerciais (como o transporte de pessoas). Esta orientação mercantil do capital indígena de Moçambique está, claro, em harmonia com o carácter histórico do capital colonial doméstico, asiático e português, em Moçambique, que sempre permaneceu fortemente ligado a formas mercantis de apropriação de excedentes¹².

A camada comerciante de Moçambique foi indubitavelmente quem mais beneficiou com o PRE. A abertura ao mercado que caracterizou o PRE possibilitou um rápido crescimento do seu poder económico e influência política. O PRE tornou possível que o sector comercial privado substituisse progressivamente o estado no comércio a retalho e por grosso, e que, em termos gerais, aumentasse o seu papel económico e o controlo sobre a economia do país. Em assuntos comerciais o Estado limita-se agora, cada vez mais, a controlar as actividades do sector privado e a assegurar que elas se desenvolvam em conformidade com as orientações e regulamentações do governo. O grosso de toda a actividade comercial doméstica está actualmente nas mãos do sector privado, com a maioria das actividades grossistas cada vez mais concentradas nas mãos de um número relativamente pequeno de grandes casas comerciais (na sua maioria asiáticas). Continuando a manter mais ou menos a mesma margem oficial de lucro que vigorava antes do PRE, e agora autorizado a marcar preços de mercado para muitas mercadorias e serviços, o estrato comerciante é provavelmente um dos poucos sectores da sociedade moçambicana do qual se pode dizer que manteve o seu nível de vida ou, mesmo, que o melhorou desde a introdução do PRE.

A introdução do PRE teve, na realidade, um efeito marcante no nível de vida de todos os moçambicanos, na medida em que não significou apenas um aumento acentuado da disponibilidade de alimentos e bens de consumo em muitas zonas do país (particularmente nas zonas urbanas), mas também subidas drásticas de preços que conduziram a uma queda significativa do poder de compra do cidadão médio. Os aumentos salariais generalizados que foram introduzidos no âmbito do PRE não acompanharam de forma alguma os aumentos dos preços dos alimentos e bens de consumo. Um cálculo recente sobre os custos mínimos de subsistência para uma

família urbana de cinco elementos em meados de 1988 (cobrindo despesas de alimentação, renda de casa, electricidade e educação das crianças, mas excluindo o vestuário) localizava-os nos 29.000 mt/mês, mais do dôbro do salário mínimo nacional de 12.500 mt recebido por muitos moçambicanos na época¹³. Não surpreende pois que os aumentos de preços introduzidos pelo PRE tenham causado o colapso virtual do sistema governamental de racionamento nas cidades, uma vez que, actualmente, os preços oficiais se aproximam dos preços do mercado negro. Uma parte importante das mercadorias disponibilizadas aos residentes através do sistema governamental de racionamento simplesmente fica por vender porque as pessoas deixam de ter dinheiro para a adquirir. Além disso, a rapidez com que os aumentos foram introduzidos criou, também, sérios problemas às cooperativas de consumo, que de outro modo teriam muito sucesso. Como resultado da subida de preços, as cooperativas de consumo ficaram inicialmente sem capital suficiente para adquirir as usuais quotas de mercadoria e depois, como resultado da redução da procura por parte dos consumidores, surgiram as dificuldades de liquidez devido à sua incapacidade na rotação dos 'stocks'.

Uma medida da situação difícil com que se confrontam actualmente os trabalhadores assalariados urbanos é reflectida pela prática crescente, por parte de muitas famílias urbanas, de procurar terra arável nas áreas agrícolas da cintura das maiores cidades (conhecidas por "zonas verdes"), de forma a cultivar alimentos que já não conseguem comprar. Esta prática recebeu um ímpeto redobrado devido à precária situação de segurança no campo, que isolou as populações urbanas das suas zonas rurais de origem, as quais serviam tradicionalmente como importante fonte de alimentos, forçando um número cada vez maior de pessoas a procurar terras para a agricultura nas zonas mais próximas das cidades, militarmente mais seguras. Em algumas cidades tais como Maputo, a capital, a crescente escassez de terras originada por aquela tendência criou ao governo sérios problemas ecológicos e políticos, grandemente exacerbados pelo influxo de dezenas de milhar de deslocados, fugidos ao terror da Renamo no campo.

Mais importante ainda, do ponto de vista político, contudo, é o facto que essas tendências reflectem a grande crise de poder de compra nas cidades, resultante das subidas de preços introduzidas pelo PRE. As subidas de preços limitaram drasticamente a procura real, e com isso o crescimento do mercado doméstico (urbano), impondo portanto um grande constrangimento "do lado da procura" ao crescimento agrícola que o PRE visa promover. Claro que o governo está consciente do constrangimento que os preços elevados provocam na procura real mas, em sintonia com o FMI

e o Banco Mundial, ele acredita que o PRE, apesar de tudo, encorajará o aumento da oferta, permitindo assim que as forças do mercado actuem e façam baixar (alguns dos) preços novamente. Todavia, permanece obscura a questão de como conseguirá o PRE aumentar a oferta. Os obstáculos ao aumento da produção, particularmente no sector-chave da agricultura, são consideráveis.

Um dos obstáculos mais significativos (e irónicos) ao aumento da produção agrícola advém do facto que o poder de compra do campesinato, tal como o dos trabalhadores assalariados urbanos, parece também ter sido reduzido em resultado do PRE, apesar das subidas de preços ao produtor agrícola que acompanharam a introdução do Programa. Embora um dos objectivos principais do PRE seja estimular a produção agrícola, especialmente das culturas de exportação, a actual estrutura oficial de preços em vigor por todo o país sugere que os incentivos oferecidos aos produtores camponeses são inadequados para estimular aumentos efectivos na produção. Os aumentos dos preços das culturas simplesmente não jogam com os elevados preços actuais das ferramentas e bens de consumo. Na Província de Nampula, por exemplo, os produtores camponeses, em 1986 (ou seja, antes do PRE), só tinham que vender 10.4 kg de arroz para comprar um metro de pano (a preços oficiais), enquanto que em 1988 eles tinham já que vender 33 kg de arroz para comprar o mesmo metro de tecido¹⁴. As estatísticas oficiais do governo mostram que esta mesma relação, em termos comerciais, se aplica também a outras culturas. Mesmo tendo em consideração o limitado alcance do sistema de comercialização oficial antes do PRE, assim como o correlativo papel importante desempenhado pelo mercado paralelo, o facto que uma grande parte da produção camponesa comercializada passa através dos canais oficiais de comercialização que, em muitos casos, são também a principal fonte de bens de consumo dos camponeses, significa que a estrutura (oficial) de preços introduzida pelo PRE originou uma deterioração real dos termos de troca em desfavor do campesinato. Só através da venda dos seus excedentes no mercado negro - uma opção nem sempre possível devido aos sérios problemas de transporte em muitas zonas rurais (ver adiante) - é que os camponeses seriam capazes de obter termos de troca mais favoráveis.

Embora números recentes do governo sugiram um crescimento de certa forma significativo da produção agrícola comercializada, especialmente no sector familiar camponês, permanece em aberto se tais aumentos podem ser mantidos no quadro da actual estrutura de preços. Pode muito bem dar-se o caso dos recentes aumentos serem simplesmente o resultado de uma corrida inicial dos camponeses para arranjar dinheiro com que comprar bens

há muito ausentes no mercado nacional, maugrado os termos de troca desfavoráveis actualmente em vigor. Porém, logo que as necessidades de consumo imediatas do campesinato forem satisfeitas, os camponeses poderão reduzir novamente a produção para o mercado devido à falta do incentivo dos preços para manter a produção de excedentes. De facto, algumas estimativas económicas iniciais apontavam para apenas 4% de crescimento na agricultura camponesa comercializada para 1988, um declínio acentuado se comparado com o aumento de 27% relativo a 1987, o primeiro ano do PRE¹⁵. Grande parte deste declínio pode evidentemente ser atribuído à situação militar e às condições climáticas, mas a sua magnitude não deixa de ser claramente significativa.

Alguns funcionários governamentais têm sugerido que a actual política de preços é apenas uma medida transitória, destinada a reduzir as reservas camponesas de numerário e a quantidade de dinheiro em circulação na economia rural, medida à qual se seguirão novas políticas destinadas a oferecer maiores incentivos aos produtos agrícolas¹⁶. Mas dado o desincentivo que a deterioração dos termos de troca representa relativamente a crescimentos sustentados na produção agrícola, poder-se-á esperar para muito breve a introdução a curto prazo de novos aumentos nos preços ao produtor. Por outro lado, tendo em vista os constrangimentos que os preços elevados e os salários baixos provocam na procura por parte do sector urbano, é claro que o governo moçambicano é apanhado numa difícil acção de equilíbrio ao tentar estabelecer termos de troca operativos entre a agricultura e a indústria¹⁷. Porque tanto quanto os preços elevados limitam significativamente a procura real dos produtos agrícolas nas cidades, também os preços elevados dos produtos manufacturados constroem o crescimento da produção agrícola e o crescimento dos mercados rurais de produtos urbanos.

É importante notar que o desequilíbrio actual dos termos de troca tem também desincentivado os agricultores capitalistas, que têm assistido ao aumento dos custos de todos os factores de produção (incluindo a mão-de-obra), sem a contrapartida de aumentos nos preços ou produtividade agrícolas. Efectivamente, os resultados produtivos do sector agrícola capitalista têm sido até à data consideravelmente menores do que aqueles que o governo esperava. O capital privado, tal como atrás notámos, considera simplesmente que é mais lucrativo investir no comércio do que na produção.

A tentativa para estimular o aumento da produção agrícola, especialmente no sector camponês, é ainda mais prejudicada por uma rede de infraestruturas historicamente fraca e por um serviço de extensão agrícola

muito pouco desenvolvido. A falta de estradas, pontes, lojas, armazéns e meios de transporte constitui grande empecilho para a actividade comercial e para o crescimento económico, dificuldade essa que é grandemente exacerbada pela enorme destruição causada a este já de si magro dispositivo infraestrutural pela guerra¹⁸. O serviço de extensão agrícola de Moçambique é também carente, relativamente pequeno, sem apoio técnico e material e orientado primariamente para certas áreas agrícolas prioritárias seleccionadas (e territorialmente limitadas). Além disso o serviço de extensão continua a padecer de uma estrutura organizativa excepcionalmente hierárquica e burocrática, que espelha em muitos aspectos o velho sistema agrícola colonial. O sistema de extensão opera, por exemplo, frequentemente em conjunção com esquemas de agricultura de blocos (que eram bastante comuns no período colonial), em que as propriedades dos camponeses individuais fazem "racionalmente" parte de blocos agrícolas maiores, nos quais cada família recebe uma parcela para cultivar. As famílias que ocupam parcelas de um mesmo bloco são então encorajadas a formar associações ou cooperativas como o melhor processo para terem acesso à assistência governamental¹⁹. Embora tais esquemas de blocos de culturas ofereçam às famílias camponesas maior segurança face aos ataques da Renamo e melhor acesso aos serviços de extensão do governo, eles também permitem que o estado exerça um controlo muito maior sobre a produção camponesa (excedentária). Muitos desses esquemas têm um carácter bastante autoritário e são frequentemente impostos ao campesinato sem grandes consultas ou discussões²⁰. Não espanta pois que o resultado seja a resistência camponesa e baixos níveis de produção. Contudo, no contexto do actual programa de reformas é possível que esses esquemas de blocos agrícolas percam muito do seu carácter impositivo se os camponeses continuarem a responder positivamente aos crescentes incentivos de mercado apresentados pelo PRE.

Um importante elemento novo nas tentativas governamentais para aumentar os resultados comerciais dos camponeses e para ultrapassar a resistência camponesa à agricultura de blocos e aos esquemas de redistribuição de terras é um programa destinado a conceder aos camponeses títulos legais de posse das terras que eles ocupam no interior de tais esquemas. Este novo programa, desencadeado em Abril de 1988, constitui claramente uma tentativa de fazer ver aos camponeses que eles têm direitos seguros sobre as terras que ocupam, na esperança que eles, conseqüentemente, façam os investimentos (em trabalho e recursos) necessários ao aumento dos resultados para comercializar²¹. É também, claro, uma importante medida táctica visando assegurar o apoio activo dos camponeses na guerra contra a Renamo. A natureza e a escala exactas deste

novo programa não são ainda muito claras, mas atendendo à limitada capacidade de fiscalização das estruturas estatais, o programa será provavelmente limitado, pelo menos inicialmente, às áreas agrícola e politicamente mais importantes do país.

Todavia, a guerra permanece como o maior e mais imediato obstáculo à reabilitação económica. Destruindo a produção e os transportes em extensas áreas do país, a guerra impede o contacto directo de largos números de pessoas com o mercado doméstico, impedindo efectivamente o PRE de operar em muitas partes do território nacional. Através das suas acções terroristas, a Renamo arrastou literalmente milhões de camponeses para longe das suas terras, impedindo-os de produzir, mutilando o projecto de recuperação e obrigando o governo a fornecer-lhes ajuda de emergência. Nas zonas em que os camponeses permaneceram nas terras, a destruição das redes comerciais operada pela Renamo impede efectivamente muitos produtores agrícolas de comercializar as suas culturas, fazendo com que muitos renunciem simplesmente à produção de excedentes. Na província de Nampula, por exemplo, grandes quantidades de culturas de produção camponesa, particularmente mandioca, ficaram isoladas dos mercados costeiros tradicionais devido aos ataques da Renamo às redes de transporte. Inversamente, pescadores da costa têm sido reduzidos ao nível de produtores de subsistência devido às dificuldades em transportar o seu peixe seco até aos consumidores do interior, e dezenas de milhar de toneladas de sal permanecem armazenadas na costa, isoladas dos mercados tradicionais do interior, tanto em Moçambique como no Malawi. Além disso, o acesso a bens de consumo e ferramentas é, no melhor dos casos, esporádico em todas as zonas da província fora dos centros urbanos, dado que os comerciantes privados dificilmente arriscam as suas vidas ou o seu capital no comércio em zonas onde a Renamo está activa.

Uma grande parte da actividade comercial realizada nas zonas rurais de Moçambique é feita sob protecção militar, através de vagarosas colunas militares e da armazenagem centralizada de produtos agrícolas e bens manufacturados nas capitais distritais que, apesar de mais seguras, não deixam de ser frequentemente atacadas e pilhadas. Esta forma pesada de organizar o comércio, imposta a Moçambique pela guerra, constitui claramente o maior obstáculo à expansão e crescimento produtivo que o PRE procura promover.

A situação de emergência desencadeada pela guerra serviu também para minar a recuperação de uma outra forma, menos directa. Apesar dos grandes esforços do governo para coordenar as operações de emergência com programas de recuperação, a distribuição gratuita dos fornecimentos da

emergência (alimentos, sementes, ferramentas, roupa, etc.), às pessoas deslocadas ou afectadas pela guerra começa a minar os mercados locais dos produtos domésticos. Os fornecimentos de emergência penetram inevitavelmente nos circuitos informais de troca, onde desvalorizam os preços locais de bens da agricultura doméstica ou manufacturados, abrandando assim a recuperação tanto no sector agrícola como no industrial. Embora continuem a ser necessárias grandes quantidades de assistência de emergência, o desafio que se coloca ao governo moçambicano consiste em encontrar melhores maneiras de gerir e distribuir esses recursos, uma tarefa que frequentemente é dificultada pelo 'amor-próprio organizativo' e falta de cooperação de certas agências doadoras estrangeiras.

Ao longo da guerra, os estrangulamentos infraestruturais e os problemas de ajustamento precipitados pelo PRE constituem obstáculos mais prementes e imediatos aos aumentos nos resultados da produção, e as possibilidades de ampliar uma recuperação económica sólida dependerão também da ultrapassagem das dificuldades impostas pelas fraquezas estruturais tradicionais da economia moçambicana. O objectivo central do PRE de rentabilizar a capacidade produtiva instalada, tal como observámos anteriormente, constitui em última instância uma tentativa para reactivar a estrutura económica colonial do país. Contudo, a reactivação da estrutura económica pode não estar tão facilmente ao alcance através da liberalização do mercado quanto os arquitectos do PRE possam pensar.

Para começar deve ter-se em mente que mais de metade das receitas de Moçambique em moeda externa têm vindo historicamente das remessas dos trabalhadores moçambicanos emigrados e trabalhando na África do Sul, e das taxas de trânsito impostas ao comércio externo dos países vizinhos que usam os portos e caminhos de ferro moçambicanos²². Contudo, desde a independência que as receitas oriundas dessas fontes têm diminuído regularmente, em grande medida devido a factores externos que escapam ao controlo do governo moçambicano - sobretudo a desestabilização económica e militar sul-africana - e é claro que a liberalização do mercado interno dificilmente operará uma correcção eficaz deste problema particular²³. Além disso, não nos devemos esquecer que uma característica saliente do colonialismo português era a sua dependência da apropriação absoluta, mais do que relativa, dos excedentes, uma consequência da economia capitalista pouco desenvolvida de Portugal²⁴. Na agricultura, a produção para o mercado do campesinato colonial - que representava apenas um terço da produção agrícola comercializada²⁵ - resultava pelo menos tanto da coerção do estado quanto das forças do mercado, até ao final da era colonial. Ao incidir o programa de reabilitação sobre a capacidade produtiva do sector

camponês familiar, actualmente subutilizado, o PRE aposta portanto no crescimento económico de um sector cuja capacidade produtiva para gerar excedentes tem dependido historicamente tanto das culturas de rendimento forçadas, trabalho forçado e trabalho migratório, quanto da resposta às forças de mercado. Não sabemos portanto se será fácil levar uma agricultura comercial camponesa pouco desenvolvida a produzir excedentes para o mercado numa base sustentada. O desafio que se coloca ao PRE, tal como se colocava à anterior estratégia de colectivização, consiste em como transformar uma agricultura camponesa pouco desenvolvida numa base para uma acumulação a longo prazo e um crescimento económico duradouro²⁶.

A reabilitação da capacidade industrial instalada do país coloca preocupações similares, dado que implica essencialmente a reactivação da estrutura industrial herdada da era colonial. Embora seja claro que qualquer problema de reabilitação deva iniciar-se a partir daquilo que já existe, não é todavia claro como é que a liberalização levará a estrutura industrial do país a um rápido aumento da produção industrial, nem se concentrar os recursos disponíveis na reabilitação das indústrias coloniais é de facto a melhor maneira de recuperar e de desenvolver a longo prazo.

Para começar, deve ter-se em conta que a estrutura industrial colonial de Moçambique se baseava principalmente na exportação de matérias-primas e produtos alimentares semi-processados (madeiras, óleos alimentares, açúcar, chá, caju, algodão), e na resposta a uma procura limitada de certos bens de consumo por parte de uma comunidade colona portuguesa predominantemente urbana (cerveja, cigarros cerâmica, cimento, farinhas)²⁷. Embora esta estrutura fosse consideravelmente importante para os níveis africanos, ela estava também desenvolvida de forma desigual, tanto em termos de localização geográfica como de tamanho das unidades de produção, com 50% de todos os empreendimentos localizados em Maputo (então Lourenço Marques) e 16% na Beira, e com 5% das empresas contribuindo com 42% da produção industrial, e 60% das empresas com apenas 12%²⁸. Além disso, o sector industrial colonial estava bastante dependente da importação de maquinaria e matérias-primas, especialmente nas indústrias orientadas para o mercado doméstico, e quase totalmente dependente no sector intermediário de bens²⁹. Com a independência e o êxodo massivo do estrato colonial capitalista, a maior parte das indústrias, independentemente da sua envergadura, passou para o controlo governamental, fora algumas, poucas, que permaneceram como empresas mistas com a participação de grandes companhias estrangeiras. Embora o sector industrial tenha sofrido alguma diferenciação desde a independência (vestuário, bicicletas, sabões, baterias, pneus), ele reteve as suas

características coloniais básicas de baixa capitalização, centralização geográfica, limitada integração sectorial e forte orientação para os mercados urbano e de exportação. Embora a reactivação desta estrutura possa ajudar a balança de pagamentos de Moçambique, as perspectivas de uma recuperação com base na exportação são muito pequenas. Muito mais importante para a recuperação e o crescimento económico sustentado é a integração económica doméstica, especialmente as ligações rurais-urbanas.

Apesar da resposta inicial desta estrutura industrial à introdução do PRE ter sido positiva, aumentando a produção industrial em 18% durante o ano de 1987, ainda não é claro se esta taxa de crescimento pode ser mantida. Devido à ausência de uma burguesia industrial doméstica com peso, assim como à já mencionada relutância do capital mercantil doméstico em investir nas fábricas, não é claro como é que a liberalização dos preços e a eliminação dos subsídios estatais poderão estimular mais aumentos na produção industrial. O sector industrial estatal, que representa o grosso de toda a capacidade fabril de média e grande escala do país, enfrenta actualmente sérios problemas de reajustamento em resultado do PRE, dado que a eliminação dos subsídios estatais e um crédito mais exigente forcem todas as empresas a aumentar a eficiência ou a fecharem. Apesar de algumas empresas serem sem dúvida capazes de se estabilizar e, mesmo, de começar a aumentar a produção e os lucros com o PRE, outras deixarão certamente de produzir a menos que possam ser privatizadas ou transformadas em empresas mistas. Dadas a estatura relativamente grande e a complexidade técnica de algumas das indústrias estatais envolvidas, os capitais a dispender e o conhecimento requerido para a privatização ou para a criação de empresas mistas poderá exceder as capacidades do capital privado doméstico. Embora os investidores privados estrangeiros sejam ainda pouco numerosos, e tudo indique que assim continuará a ser enquanto durar a guerra, a liberalização da economia do país claramente que beneficia em particular o capital estrangeiro, devido à estrutura limitada e ao carácter mercantil do sector privado doméstico. Assim, se bem que o PRE possa eventualmente corrigir os "desequilíbrios financeiros" do sector industrial do estado, originando menos indústrias mas mais eficientes, ele não conduz necessariamente a um aumento da produção industrial a curto prazo.

As indústrias de pequena-escala e o sector informal são claramente os sub-sectores melhor colocados para responder aos incentivos de mercado oferecidos pelo PRE. Devido a serem quase que exclusivamente orientados para o mercado doméstico (e usualmente local), estes sub-sectores são também de enorme importância para dinamizarem a integração económica e estabelecer laços com outros sectores da economia nacional, especialmente

com a agricultura. Esses sub-setores são também, contudo, aqueles que mais agudamente são afectados pelos problemas de ajustamento produzidos pelo PRE. A liberalização e os aumentos de preços, por exemplo, têm tido uma influência contraditória nas manufacturas de pequena escala, análoga à exercida no sector camponês familiar. Para o sector manufactureiro de pequena escala, assim como para todos os sectores produtivos domésticos, o estímulo inicial para o aumento da produção criado pela liberalização tem sido significativamente moderado pelos preços muito mais elevados das ferramentas e matérias-primas. Particularmente no tocante aos produtores que dependem de ferramentas e materiais importados, as desvalorizações da moeda têm originado muitas vezes uma escassez de capital para a compra dos insumos necessários, um problema que tem sido enfrentado por políticas de crédito mais exigentes actualmente seguidas pelo governo. Os estrangulamentos no transporte, os fornecimentos esporádicos de insumos, a corrupção na burocracia e as ineficiências na distribuição, tudo isto tem servido para afectar ainda mais o crescimento industrial. Dado o declínio da procura efectiva nas cidades e, além disso, a resposta cuidadosa dos produtores camponeses relativamente ao aumento da produção excedentária, os mercados domésticos têm permanecido "brandos" e o movimento de bens lento. Além disso, esses sub-setores são também os primeiros a ser afectados pelas influências desestabilizadoras das distribuições ao abrigo da emergência. Embora esses problemas afectem todos os níveis do sector manufactureiro, eles têm sido especialmente sentidos pelas indústrias de pequena escala devido à sua menor envergadura e à sua orientação local.

Apesar da óbvia importância da indústria de pequena escala e do objectivo enunciado pelo PRE de promover a indústria ligeira em apoio à produção agrícola, o investimento do governo na indústria local e na produção artesanal não tem sido muito grande. Contrariamente às orientações políticas do Quarto Congresso, que apelavam para uma maior descentralização económica e para o aumento do apoio à indústria local, a política governamental no quadro do PRE tem continuado a alocar os recursos disponíveis predominantemente no sector das indústrias de grande escala estatais e privadas, a maioria das quais permanecem concentradas nos maiores centros urbanos, Maputo e Beira, mantendo ligações apenas ténues com as zonas rurais cuja produção agrícola a sua actividade é suposta estimular. Qualquer que tenha sido o apoio recebido pelas pequenas indústrias, ele veio sobretudo das ONGs estrangeiras³⁰. Pondo de parte a questão da eficiência dessas indústrias de grande escala e o maior potencial oferecido pela indústria de pequena escala para a integração geográfica e inter-sectorial, é claro que no presente contexto de sérios estrangulamentos

a nível dos transportes, uma estratégia de descentralização industrial certamente que seria preferível à actual estratégia "bimodal" de concentrar os investimentos na reabilitação das indústrias de larga escala existentes. Uma estratégia de "levar as fábricas para o campo", donde vêm as matérias-primas e onde os produtos acabados serão supostamente vendidos, seria mais eficiente e mais eficaz, no sentido de estimular o aumento da produção agrícola, do que a alternativa referida³¹. Tal como referiu um estudo recente da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), ao concentrar os investimentos preponderantemente na reabilitação das indústrias de larga escala, o governo moçambicano corre o risco de "desperdiçar" uma boa parte do financiamento externo disponibilizado através do PRE na "reabilitação de uma estrutura industrial desactualizada e possivelmente irrelevante, estrutura essa que não está preparada para dinamizar o aumento das trocas entre a cidade e o campo, necessárias para manter a recuperação e dinamizar o crescimento económico a longo prazo³². O desenvolvimento da economia moçambicana, afinal, exige não a reabilitação da estrutura industrial existente mas antes a sua transformação.

Tendo em consideração os problemas de ajustamento experimentados pela economia moçambicana, assim como as enormes dificuldades impostas pela guerra, não surpreende que as perspectivas de crescimento económico para 1988 sejam inferiores ao previsto. Embora se espere que o PIB atinja os 5%, aproximando-se assim dos 6% apontados para o Ano 2 do PRE, espera-se que as áreas-chave da produção industrial e da produção camponesa comercializada sejam bastante mais baixas que os níveis atingidos durante o primeiro ano do PRE. Espera-se que a produção camponesa comercializada cresça apenas 4% em 1988, uma queda acentuada relativamente ao aumento de 27% conseguido em 1987; e a produção industrial mostrará provavelmente um crescimento muito relativo em comparação com a taxa de crescimento de 18% registada em 1987. Quanto às exportações, que cresceram 9% em 1987, simplesmente se espera que não sofram qualquer crescimento. A preocupação claramente expressa por estes números preliminares é, evidentemente, que a recuperação que o PRE deveria supostamente dinamizar já perdeu ímpeto³³.

Uma zona económica que, pelo contrário, tem mostrado um crescimento contínuo desde a introdução do PRE tem sido a da dívida externa de Moçambique. O crescimento acentuado nas importações necessárias à reabilitação da economia do país tem sido financiado por meio de grandes quantidades de crédito externo concedido, grande parte dele oriundo dos países da OCDE, que elevou a dívida externa a cerca de 4.000 milhões de dólares para 1988, bem acima dos 3.200 milhões de dólares de

1986. As obrigações do serviço desta dívida excedem, de longe, várias vezes o total das receitas da exportação. Em todos os sentidos práticos a dívida de Moçambique não pode ser honrada. Atingiu-se já um ponto em que, provavelmente, a única solução viável consistirá no cancelamento em larga escala da maior parte desta dívida por parte das nações credoras. A severidade do problema da dívida, combinada com a necessidade provocada pela guerra de continuar a contar com grandes volumes de assistência externa, deixa Moçambique numa posição de extrema dependência, afectando assim severamente a sua capacidade para desenvolver políticas económicas domésticas estabelecidas por si. A verdadeira recuperação económica de Moçambique terá provavelmente que esperar pelo fim do "apartheid".

Consequências Sociais e Políticas

Ao nível institucional o impacto do PRE tem sido sentido de forma muito dramática pelo aparelho de estado, que deparou com cortes drásticos, em termos reais, no seu orçamento de funcionamento, devido às medidas de austeridade e às grandes desvalorizações introduzidas. Tal levou a reduções na estatura da burocracia estatal e no quadro de força de trabalho das empresas estatais. Em particular os serviços sociais têm deparado com agudos aumentos de preços, que têm que enfrentar com os seus orçamentos estacionários ou mesmo reduzidos. Os orçamentos da educação e da saúde, que representavam 17% e 7%, respectivamente, dos gastos do governo em 1986, passaram a representar, em 1988, apenas cerca de 10% e 4%, respectivamente³⁴. Os cortes nos orçamentos da saúde e educação têm sido especialmente penosos numa altura em que as redes educacional e sanitária têm sofrido enorme destruição às mãos da Renamo. Até 1988 as acções da Renamo tinham destruído ou encerrado mais de 2.600 escolas primárias (36% da rede nacional de escolas primárias), afectando mais de 500.000 estudantes; e mais de 800 postos de saúde rurais e clínicas (31% da rede nacional de saúde), afectando entre 2 a 3 milhões de pessoas³⁵. Uma outra dimensão da crise causada pelas acções da Renamo tem sido o acentuado aumento da taxa de mortalidade infantil (0-5 anos), que actualmente oscila entre 325-275 por mil nados vivos³⁶.

Os cortes nas alocações orçamentais para os cuidados de saúde levaram à introdução de custos nas consultas e a elevados preços nos medicamentos, o que significa que com os seus baixos rendimentos os trabalhadores e os pobres em geral (a maioria da população) já não têm

acesso ao nível de cuidados de saúde de que anteriormente dispunham. Da mesma forma, as reduções orçamentais na educação levaram a aumentos significativos nos preços dos livros e outros materiais escolares, o que significa que a qualidade da educação disponível para os estratos mais pobres da população sofrerá inevitavelmente. Estes desenvolvimentos levaram a grandes ajustamentos no comportamento da população, habituada anteriormente a serviços de saúde e educação gratuitos, considerados muito justamente como uma das grandes conquistas da independência nacional. Por outro lado, a manutenção de serviços sociais extensivos muito mais amplos que a base de recursos para os apoiar, tornou-se claramente insustentável. Consciente dos efeitos sociais adversos do PRE, o governo (com o apoio do Banco Mundial) manifestou a intenção de introduzir programas especiais nas áreas da saúde, educação e emprego, para ajudar a minimizar o impacto do PRE sobre os estratos mais pobres da população³⁷.

O PRE tem também acelerado a tendência que havia começado a surgir com a liberalização introduzida pelo Quarto Congresso, nomeadamente o fluxo de mão-de-obra do estado para o sector privado. Os agudos aumentos de preços e o desvio político geral em direcção ao mercado e aos empreendimentos privados, introduzidos pelo PRE, fizeram com que o emprego no sector privado (e nas agências internacionais de desenvolvimento) se tornasse muito mais remunerador que no sector estatal, levando a uma fuga constante de força de trabalho - particularmente de trabalho especializado e formado - dos empregos estatais. Consequentemente, as dificuldades em que o estado sempre se deparou devido à falta de quadros preparados não poderá senão piorar. A este respeito vale a pena notar que muitos dos problemas actuais relacionados com a burocracia do estado, tais como o absentismo, a indisciplina e a baixa produtividade, têm em parte que ver com o facto dos salários do sector estatal não poderem garantir a subsistência dos seus empregados, levando à procura de actividades económicas paralelas durante as horas de trabalho e ao aumento de atitudes oportunistas e cínicas em relação ao emprego do estado. Isso para além de que os baixos salários têm também conduzido a um aumento contínuo da corrupção no seio dos funcionários governamentais.

A corrupção no seio dos burocratas e funcionários governamentais tem de facto aparecido como uma grande questão pública em Moçambique desde a introdução do PRE, reflectindo a intensificação de uma luta muito mais ampla sobre o carácter de classe do estado moçambicano na sua totalidade³⁸. No contexto da crise económica provocada pela guerra, as severas medidas de austeridade do PRE e a sua legitimação da procura do

lucro individual tornaram muito difícil que mesmo os quadros mais engajados aceitassem sacrificar-se, continuando a viver somente dos seus salários oficiais. A tentação para o envolvimento em actividades económicas paralelas e/ou para tirar proveito dos recursos dos gabinetes públicos com outros fins é agora muito grande. Mas enquanto que para a maioria dos empregados públicos tais actividades económicas paralelas permanecem como parte de uma estratégia de sobrevivência básica, para outras elas tornam-se veículo de acumulação privada. Para aqueles que têm aspirações (pequeno) burguesas, as possibilidades de utilização dos gabinetes públicos para desenvolver os interesses pessoais são agora consideráveis. Enquanto que os pequenos quadros distritais e pequenos burocratas de província podem traficar influências, aceitar 'luvas' para desviar os olhos de uma questão ou usar os veículos públicos com fins privados, os quadros de níveis mais elevados, burocratas e oficiais militares, estão agora em posição de usar os seus gabinetes públicos para adquirir terras, construir vivendas confortáveis e adquirir caros bens de luxo importados. O PRE permite agora, mesmo legalmente, que os membros do partido empreguem trabalho assalariado - uma postura muito distante do empenhamento tradicional da Frelimo em acabar com a "exploração do homem pelo homem". O crescimento da consciência pública sobre estas tendências está reflectido numa anedota popular muito conhecida, segundo a qual a fase política actual não é apenas a era do PRE (Programa de Reabilitação Económica), mas também a era do "PRI", significando "Programa de Reabilitação Individual".

Esta anedota popular reflecte um desenvolvimento encorajador associado ao liberalismo do PRE, nomeadamente o crescimento da irreverência política popular e do espírito crítico, especialmente entre os habitantes da cidade, visando o governo, o partido e acontecimentos à escala nacional. Esta transformação ideológica manifesta-se de variadas maneiras: nas críticas desassombradas dos estudantes relativamente a políticas governamentais, nas anedotas populares sobre dirigentes políticos e determinadas políticas, na maior liberdade cultural dos artistas e, mais formalmente, no surgimento de novas publicações parcialmente autónomas, das quais sobressai uma nova revista de negócios que encara a economia moçambicana com uma perspectiva de sector privado. Sem dúvida que estes desenvolvimentos assinalam uma evolução saudável em relação com a falta de debate público e a deferência para com a autoridade que caracterizaram os anos anteriores.

Um aspecto particularmente preocupante da tendência para procurar o lucro individual com base no recurso aos cargos públicos reside na prática

de alguns oficiais militares moçambicanos de encarar a guerra contra a Renamo (que absorve mais de 40% do orçamento do estado) como um meio de lucro pessoal. Apropriando-se dos pagamentos das tropas sob o seu comando e desviando para o mercado negro alimentos, combustível, materiais de construção e outros recursos originalmente destinados ao esforço de guerra, alguns sectores do corpo de oficiais das forças armadas moçambicanas contribuem para o dissimulado interesse na continuação da guerra mais do que para acabar com ela através da derrota militar da Renamo³⁹. O impacto de tais práticas na moral e eficácia combativa das tropas é evidente. Este problema preocupa profundamente o governo moçambicano e constitui uma das razões principais das reformas que as forças armadas moçambicanas vêm vivendo desde antes da morte de Samora Machel (em Outubro de 1986).

Outro aspecto desta tendência para retirar proventos pessoais da guerra - que está directamente relacionado com a crise económica actual - tem sido o surgimento do banditismo puramente económico, distinto do "banditismo" da Renamo, tanto nas zonas rurais como nas urbanas. Frequentemente algumas pilhagens e ataques publicamente atribuídos à Renamo são de facto produto da acção de indivíduos armados - milícias esfomeadas ou descontentes, ou terroristas da Renamo renegados - que concluem que uma arma serve não só de instrumento de poder político mas também de oportuno instrumento de acumulação pessoal. Certos resultados do PRE, em conjunto com a incapacidade da economia para fornecer emprego a um número crescente de jovens que procuram entrar no mercado de trabalho após terem deixado a escola, têm também alimentado o crescimento da marginalização e do crime.

Os crescentes problemas de corrupção que confrontam o estado moçambicano não constituem bom augúrio relativamente ao empenhamento de Moçambique num projecto de socialismo igualitário. Embora os problemas oficiais de corrupção em Moçambique sejam relativamente insignificantes se comparados com muitos outros estados africanos, não há dúvida que o PRE está a impulsionar desenvolvimentos sociais, tanto dentro como fora do estado, que são fundamentalmente contrários às estruturas democráticas populares que a Frelimo tem procurado desenvolver desde a independência. A política actual de maior liberalismo e apoio ao sector privado está claramente a alimentar a diferenciação social e a criar condições favoráveis ao crescimento e consolidação do tradicionalmente pequeno e pouco desenvolvido sector capitalista indígena de Moçambique. Desde a introdução do PRE que o sector privado tem, de facto, aumentado tanto o seu poder económico quanto a sua influência política. Relativamente

a apenas alguns anos atrás, o sector privado tem agora um perfil público muito maior, não apenas em termos de ostentação visível e maior segurança na promoção dos seus interesses de classe, mas também em termos de uma relação cada vez mais cordial com os funcionários estatais a todos os níveis.

Dê facto, uma aliança de classe tem rapidamente tomado forma entre os interesses privados e do estado. Embora existente obviamente desde antes do PRE, esta aliança tem recebido um grande ímpeto com a liberalização, que legitimou formalmente toda a idéia de empreendimento privado e lucro individual. Esta aliança crescente entre o sector privado e o funcionalismo político baseia-se no intercâmbio dos escassos recursos controlados por cada grupo: recursos privados no caso do sector privado e recursos públicos no caso dos burocratas do estado. Além disso, com a eliminação da proibição dos membros do partido contratarem trabalhadores assalariados, muitos funcionários públicos têm-se envolvido cada vez mais em actividades empresariais que os colocam frequentemente em situação de conflito óbvio de interesses, ao mesmo tempo que lhes dão um evidente interesse dissimulado na continuação das políticas actuais. Esta aliança está rapidamente a transformar-se numa grande força política e ideológica que cada vez tem maior influência na forma como as políticas governamentais são implementadas na prática, e que evidencia uma consciência cada vez maior do obstáculo que a defesa dos interesses populares representada pela Frelimo coloca ao seu projecto de classe. O rápido crescimento desta aliança, desde a introdução do PRE, tornou o estado moçambicano em palco de uma luta de classes cada vez mais intensa. O que está em causa nesta luta é evidentemente se o estado permanecerá como instrumento do poder popular, empenhado em servir o povo moçambicano, ou se ele se tornará instrumento de lucro individual de uma elite dirigente, como tem sido o caso em muitos dos países africanos.

Ao ponderarmos esta crescente luta de classes em torno do estado moçambicano vêm-nos à memória as palavras de Marcelino dos Santos, velha figura do estado da Frelimo, que respondeu assim à questão que lhe foi colocada numa entrevista em 1973 (durante o período da luta armada contra o colonialismo português) sobre como é que a Frelimo asseguraria a continuidade do carácter popular da sua revolução após a independência:

A principal forma de defesa [de um empenhamento genuinamente revolucionário na causa da luta de libertação] deve consistir em popularizar os objectivos revolucionários e em criar uma situação tal que se por alguma razão, no futuro, alguém começar a tentar alterar esses objectivos, enfrentará a resistência das massas⁴⁰.

Examinando a evolução política de Moçambique após a

independência somos, todavia, levados a crer que, embora a Frelimo tenha de facto feito muito para popularizar os objectivos revolucionários da luta de libertação, ela não conseguiu criar condições institucionais que capacitassem as massas moçambicanas para resistir efectivamente a eventuais desvios dos objectivos revolucionários originais da Frelimo. Porque apesar do considerável esforço posto na criação de "organizações de massas", como as das mulheres, juventude, trabalhadores, etc. - organizações que deveriam servir de fóruns de debate público e de controlo popular do poder governamental - tais organizações não tiveram na prática uma autonomia real em relação ao estado, tendo servido largamente como porta-vozes oficiais e instrumentos de controlo social, em vez de serem formas de expressão genuína do poder popular. Através delas nunca se conseguiu estabelecer uma relação dialéctica genuína entre a acção das massas e a direcção política. Elas eram organizações para as massas, mas não das massas ou pelas massas. Não surpreende pois que o interesse e participação populares nessas organizações tenha sido sempre fraco.

Ao fazer tais observações não é minha intenção sugerir que o programa revolucionário da Frelimo falhou ou errou o alvo desde o início. Pelo contrário, os seus esforços na popularização dos objectivos revolucionários da luta armada, nas escolas, nas fábricas e no campo - as suas mensagens anti-coloniais, contra a exploração, anti-tribalismo, anti-racismo, anti-sexismo, igualitárias e democráticas - encontraram grande ressonância no seio do povo moçambicano. O que se mostrou mais difícil, contudo, foi encontrar as formas institucionais de canalizar essa ressonância para a transformar num efectivo poder político popular.

A incapacidade da Frelimo para dinamizar o desenvolvimento de organizações populares de massas genuínas, com poder político real, pode ser atribuída a diversos factores tais como a falta de uma classe operária bem desenvolvida, a elevada taxa de analfabetismo após a independência, a herança de um aparelho de estado de estrutura colonial, etc., mas certamente que uma das causas mais importantes tem sido o virtual estado de cerco no qual Moçambique se tem encontrado desde a independência. A intensa pressão militar e económica exercida a partir do exterior e à qual Moçambique tem sido sujeito fez com que a centralização do poder político nas mãos do estado e do partido se tornasse em condição essencial de sobrevivência da revolução. Mas se, por um lado, a centralização do poder conseguiu garantir a sobrevivência do estado revolucionário, por outro teve um efeito negativo sobre o desenvolvimento de instituições de base efectivas do poder político popular. A centralização do poder político inibiu o debate público aberto e a iniciativa popular, condições essenciais para o

fortalecimento das massas que dos Santos considerou necessárias para salvaguardar o carácter popular do estado independente. Sem um tal fortalecimento popular as muitas ofensivas "políticas e organizacionais" desencadeadas pela Frelimo contra a corrupção e a incompetência no aparelho de estado, desde a independência, não se mostraram capazes de impedir o crescimento de tendências elitistas e anti-populares do tipo das que se começam a revelar em Moçambique.

Por outro lado, o facto da mensagem popular da Frelimo ter tido uma ressonância popular real é precisamente aquilo que nos leva a adivinhar uma resistência popular contra essas novas tendências. É possível, de facto, que no actual contexto de agudização da luta de classes as organizações de massas existentes possam finalmente assumir o papel de classe que a Frelimo inicialmente perspectivou para elas. Efectivamente, começam já a sentir-se manifestações de oposição organizada ao PRE no seio de diversas organizações de massas. Sinais encorajadores neste sentido vieram também da Conferência Nacional do Partido Frelimo, realizada em Julho de 1988, onde muitos dos quadros manifestaram abertamente as suas preocupações e críticas relativamente às forças armadas, às então recentes subidas de preços, à prática dos funcionários do estado de favorecerem os agricultores privados em detrimento das cooperativas, aos desequilíbrios entre os preços ao produtor e os preços ao consumidor, e a vários outros aspectos do PRE. O Comité Central do Partido Frelimo, que se reuniu imediatamente após a Conferência Nacional, manifestou também algumas dessas preocupações, reafirmando o empenhamento da Frelimo numa via socialista de desenvolvimento e na "eliminação gradual das relações de desigualdade e exploração". O significado desses desenvolvimentos continua pouco claro e dependerá obviamente do desfecho da luta de classes em torno do estado, de cuja direcção e resultados o Quinto Congresso do Partido Frelimo, agendado para Julho de 1989, deverá fornecer algumas pistas.

NOTAS

1. Este artigo constitui uma tentativa de apresentação de algumas conclusões preliminares de uma visita de trabalho de dois meses a Moçambique, realizada de Maio a Julho de 1988. Grande parte da estadia foi passada na província setentrional de Nampula. Uma versão muito mais reduzida deste artigo apareceu no *Southern Africa Report*, Vol.4, no.1 (Outubro de 1988). O autor agradece o apoio financeiro do Social Science and Humanities Research Council do Canadá, que fez com que a escrita e parte da investigação deste artigo fossem possíveis. A responsabilidade das opiniões expressas neste artigo é, evidentemente, apenas do autor.

2. Frelimo é o acrónimo de Frente de Libertação de Moçambique, o partido que conduziu o país à independência em 1975, após dez anos de dura luta de guerrilha contra o regime colonial português.

3. Esta secção incorpora algum material do meu artigo "Rural Mozambique Since the Frelimo Party Fourth Congress: The Situation in the Baixo Limpopo", *Review of African Political Economy*, no.41 (Setembro de 1988).

4. O papel dominante assumido pelo estado na economia pode ser parcialmente atribuído à necessidade que forçou o estado a assumir o controlo de um grande número de empresas industriais e agrícolas abandonadas pelos colonos que deixaram o país massivamente após a independência. Todavia, o facto da Frelimo ter optado por ignorar o sector camponês do país em favor das machambas estatais sugere que a dominância do sector estatal na economia do país não foi meramente uma questão de contingência ou necessidade, mas também de política oficial.

5. Para uma discussão mais detalhada deste ponto ver, entre outros, M. Wuyts, "Money, Planning and Rural Transformation in Mozambique", *Journal of Development Studies*, 29, 1, Out. 1985; P. Raikes, "Food, Policy and Production in Mozambique Since Independence", *Review of African Political Economy*, 29, Julho 1984; J. Hanlon, *Mozambique: The Revolution Under Fire*, Zed, Londres, 1984; e os meus "Peasants and Collective Agriculture in Mozambique", in J. Barker (ed.), *The Politics of Agriculture in Tropical Africa*, Sage, Beverly Hills, 1984; e "Rural Mozambique Since the Frelimo Party Fourth Congress: The Situation in the Baixo Limpopo", *Review of African Political Economy*, no.41, Set. 1988.

6. Para um relato das origens históricas do MNR ver P. Fauvet e A. Gomes, "The Mozambique National Resistance", *AIM Information Bulletin* (suplemento), 69, 1982; e Paul Fauvet, "Roots of Counter-Revolution: The Mozambique National Resistance", *Review of African Political Economy*, 29, 1984.

7. Dan O'Meara, "Destabilization: A Grim Balance Sheet", *Southern Africa Report*, vol.3, 2, Out. 1987; República Popular de Moçambique, Comissão Nacional do Plano, *Economic Report*, Maputo, Janeiro de 1984.

8. Frelimo, *Quarto Congresso. Relatório do Comité Central. Do Subdesenvolvimento ao Socialismo*, Maputo, 1983, p.30.

9. De facto, em privado alguns altos funcionários moçambicanos (falando em seu próprio nome) são citados como tendo expressado a opinião de que o PRE é em grande medida um "pacote" do FMI, que Moçambique não teve outra alternativa senão aceitar.

10. "Enfrentar o Inevitável", *Economia*, no.1, 1988:16-21.

11. Todos estes números compilados de Agência de Informação de Moçambique (AIM), Mozambique: The Economic Balance of 1987 and Plans for 1988, Suplemento de *Mozambique News* no.142, 1988; Mozambique Information Office (MIO), *News Review*, vários assuntos; Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), *Country Report: Mozambique*, Outubro de 1988.

12. Ver, entre outros, Marc Wuyts, "Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique", *Estudos Moçambicanos*, no.1, 1980; Allen Isaacman e Barbara Isaacman, *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*, Boulder: Westview Press, 1983.

13. Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), op.cit., p.20.

14. Estatísticas fornecidas pela Direcção Provincial do Comércio de Nampula, Julho, 1988.

15. Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), op.cit., p.18.

16. Comunicação pessoal de funcionários da Direcção Provincial do Comércio de Nampula, Julho, 1988.

17. Deve ter-se em conta que a discussão aqui apresentada tem um carácter incompleto e bastante impressionista. Uma análise mais cuidadosa das questões envolvidas requereria uma investigação empírica muito mais detalhada do que aquela que foi possível levar a cabo.

18. Nos finais de 1987 mais de 900 cantinas rurais tinham sido destruídas ou saqueadas, e mais de 1.300 camiões, tractores e machimbombos postos fora de funcionamento.

19. Exemplos de tais sistemas de agricultura de blocos (com os quais estou pessoalmente bastante familiarizado) podem ser encontrados no vale do Baixo Limpopo, Província de Gaza, e no distrito de Nampula, Província de Nampula.

20. De certa forma esses sistemas de agricultura de blocos podem de facto ser encarados como degenerações da anterior estratégia de colectivização agrícola, especificamente do velho programa das aldeias comunais, onde o falhanço no estímulo de formas colectivas de produção de excedentes numa base voluntária e participativa levou à sua substituição por um sistema de agricultura de blocos imposto pelo estado para a produção individual de excedentes.

21. Relatório no semanário moçambicano *Tempo*, 8 de Maio de 1988. No mesmo número ver também o interessante discurso pronunciado pelo presidente Alberto Chissano ao desencadear este programa, onde ele apresenta a luta de libertação nacional como primeiro que tudo uma luta contra as expropriações coloniais, com o objectivo de devolver ao povo moçambicano o controlo sobre as suas terras ancestrais. Não surpreende que o presidente não mencione o facto que essas mesmas terras agrícolas, abandonadas pelos colonos após a independência, não foram devolvidas ao "povo" mas apropriadas pelo estado e geridas como machambas estatais.

22. Ver, entre outros, M. Wuyts, op.cit., 1980; A. Isaacman e B. Isaacman, op.cit., 1983.

23. República Popular de Moçambique, Comissão Nacional do Plano, op.cit., 1984.

24. Ver Marc Wuyts, op.cit., 1980.

25. Marc Wuyts, *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1981, p.18.

26. Algumas dessas questões são exploradas muito detalhadamente, em relação com a economia rural de exportação de força de trabalho no sul de Moçambique, no meu "Rural Mozambique Since de Frelimo Party Fourth Congress: The Situation in the Baixo Limpopo", op.cit.

27. Jens Erik Torp, *Industrial Planning and Development in Mozambique. Some Preliminary Considerations. Research Report no.50*, Instituto Escandinavo de Estudos Africanos, Uppsala, 1979.

28. Ibid., p.15.

29. Ibid., p.13-14.

30. A fraca atenção e apoio dedicados à pequena indústria está também bem ilustrada pelo facto que a estrutura governamental moçambicana responsável pelo desenvolvimento da indústria local -o Instituto de Desenvolvimento da Indústria Local (IDIL) - opera sem qualquer apoio orçamental formal do estado e com um núcleo de apenas 3-4 pessoas.

31. Ver Ton Pardoel, *Local Small Scale Industry in the Province of Nampula*, Mozambique. Mimeo, Maputo: IDIL, Setembro de 1988.

32. Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), op.cit., pp.24, 28.

33. Ver Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), op.cit., p.19 et passim.

34. Todos os números são de Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), op.cit.

35. Ibid.

36. Reginald H.Green et al, *Children on the Front Line. The Impact of Apartheid, Destabilization and Warfare on Children in Southern Africa*. UNICEF Report, Janeiro, 1987.

37. News Review, no.141, 17 de Novembro de 1988: 2, Mozambique Information Office, Londres.

38. A lamentação mais comum que se encontra nas secções de "Cartas ao Editor" dos jornais e revistas diz respeito à crescente corrupção da burocracia estatal e dos funcionários políticos.

39. Ver a cobertura de imprensa da Segunda Conferência Nacional da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) realizada em Maputo, 18-22 de Março de 1986, e entre outros Mozambique Information Office, *News Review* no.74, Número Especial, 4 de Abril de 1986.

40. Citado em John Saul, "The Context: Colonialism or Revolution", in John S.Saul (ed.), *A Difficult Road: The Transition to Socialism in Mozambique*, New York: Monthly Review, 1985. (Tradução de João Paulo Borges Coelho)

**LAWRENCE CHISUI, S.NTHARA, E.MWALE,
J.MAZULA, P.LITUMBE E A HISTORIOGRAFIA
MARAVE COM UM APÊNDICE:"A HISTÓRIA DOS
ANIANJA", DE PAULO JOÃO LITUMBE**

Gerhard Liesegang

I. Introdução

As primeiras tradições orais sobre o Estado Marave do século XVI-XVII foram recolhidas por historiadores não-académicos que, entre 1928 e 1970, formavam uma tradição que liga quatro dos cinco autores acima mencionados. O contexto em que surgiu esta tradição é ainda imperfeitamente conhecido, mas pensamos que ela se apoiou numa espécie de proto-nacionalismo que também integrava algumas das especulações então correntes entre linguistas e historiadores europeus. A base desse proto-nacionalismo deve ter sido constituída pela nova camada de letrados cristãos no seio das missões.

Podemos, no entanto, afirmar que não estamos aqui perante um caso do tipo "os africanos falam e o colonialismo escreve", tal como foi tratado por R.Austen para a África Ocidental. Os africanos escreveram e, no caso de Chisui, também publicaram. No que diz respeito a Mwale e Nhatara, parece ter havido algum apoio de missionários europeus para efeitos de tradução ou publicação, e os textos de Mazula tiveram também algum apoio oficial.

Lawrence Chisui, cónego da igreja anglicana, ligou-se a Moçambique através do seu trabalho em Messumba (Msumba), no Niassa, e através das suas publicações. Ele foi o autor de pelo menos dois livros escritos em língua Nyanja na ilha de Likoma, no lago Niassa. Um deles, publicado em 1928, sobre as origens e história tradicional da dinastia

Marave, constitui um marco importante da historiografia Marave, tendo influenciado autores como Samuel Ntara¹, J.A.Mazula e Paulo João Litumbe. Não tendo à nossa disposição o texto de Chisui, incluímos o de Litumbe que, pensamos, é um sumário e uma paráfrase do trabalho de Chisui. Devido à projecção sofrida pelo trabalho de Ntara, a versão de Chisui da história das origens dos Marave constitui hoje a versão dominante, embora o nome de Chisui seja pouco conhecido.

O "estudo de gabinete" da história desta região teve tentativas de arranque com W.D.Cooley (1850) e com o padre Schurhammer (a partir de 1920), este último editor dos arquivos dos jesuítas em Roma. Por volta de 1950-1965, a chamada escola colonial tomou conhecimento dos historiadores africanos, que passaram ao estatuto de informadores até que a nova história africana, desenvolvida nas universidades africanas e nas universidades anglófonas euro-americanas, redescobriu para si as fontes e a historiografia, incluindo a própria tradição oral.

O presente trabalho pretende expor a complexa problemática das fontes e esboçar a inter-dependência entre algumas delas.

II. Biografia de L.Chisui

O missionário Cullen Young conheceu e mencionou o "Reverendo Laurence Chisui" como autor de uma breve história dos Maganja recolhida por ele "junto aos anciãos da tribo", e referiu também que, segundo a opinião de Chisui, os Nyanja chegaram após uma longa migração a partir de Timbuktu, na África Central².

Existem alguns dados sobre Chisui em trabalhos publicados. Antes de 1911 ele foi colaborador do missionário W.P.Johnson, que lhe escreveu uma carta de Inglaterra nesse ano. Parece que Chisui trabalhava, na altura, na margem oriental do lago ou na ilha de Likoma³. Pensamos que nasceu por volta de 1885 e que trabalhou como professor. Em 1911 deve ter dado os primeiros passos na carreira eclesiástica. Em Maio de 1916 os diáconos Leonard Kangati, Petro Kilekwa⁴, Gilbert Mpalila⁵, Lawrence Chisui e Yohana Tawe⁶ foram admitidos no colégio teológico de S.André (St.Andrew's), na ilha de Likoma, e em Junho do ano seguinte todos eles, com a possível excepção de Yohana Tawe que no entanto o foi mais tarde, eram ordenados padres. Parece que o ensino teológico era administrado por Frank Winspar⁷. Em 1918-1919, durante a fase final da Primeira Guerra Mundial, Lawrence Chisui e Gilbert Mpalila, com a ajuda do padre

Y.B. Abdallah, asseguraram o trabalho da missão na zona de Messumba⁸.

Possivelmente Chisui foi depois transferido para a ilha de Likoma, onde encontrou a inspiração e o encorajamento para escrever os seus livros. Não tivemos ainda acesso a fontes que permitam descortinar onde fez ele as suas investigações históricas, e como surgiu o seu interesse pelo passado pre-*mfecane* e pre-Yao. Por volta de 1934, Chisui trabalhava junto do padre Munby na zona de Nkhotankhota, onde a sua actuação mereceu elogios⁹. Em 1937 foi elevado a cônego e no ano seguinte transferido para Matope, no vale do rio Chire, a oeste de Zomba. Substituiu ali um missionário europeu que havia falecido¹⁰. Em Outubro de 1950, a idade avançada levou-o a solicitar a reforma, após 13 anos de serviço em Matope¹¹.

III. O Conteúdo dos "Wanyanja wa Kale"

Chisui parece começar com uma migração a partir de um lago sahariano, perto de Timbuktu*, que passou por Timbuktu, Sokoto, Ubangi, Kongo, Urua, Lago Mweru, e Bangweolu, onde a separação se teria efectuado. Karonga seria outra designação de Cilongo Mpili¹². Não tendo tido ainda acesso ao original, não sabemos qual a sua versão da história das dinastias Nyanja na margem do lago.

IV. Contexto em que Surgiu a Obra e Possíveis Transformações da Tradição Oral Marave

Os anos após a Primeira Guerra Mundial foram, para os africanos educados nas missões, um período de reorientação. Entre os europeus prevalecia a perspectiva que o período colonial iria durar ainda muito tempo. A reacção africana, no Zimbabwe e em algumas outras zonas do continente, caracterizou-se pela procura de raízes africanas, das suas grandezas e valores culturais e morais¹³. É possível que tal atitude tenha estado, também, por detrás do empenhamento de Chisui. Além de combater alguns aspectos do etnocentrismo europeu, ele contrabalançou ainda o prestígio dos Nguni e Yao no Malawi, grupos cuja história os europeus conheciam.

Até ao momento não sabemos se terá havido outras razões que contribuíram para despertar este seu interesse. Uma vez tendo tido

*Ver nota 42 (N.do E.).

conhecimento de algumas tradições, é possível que a audácia de alguns autores europeus ao falarem sobre migrações, o tenha levado a aceitar o fenómeno das migrações através do continente. Porém, não encontramos até agora um modelo para a sua versão. H.H.Johnson encontrou a origem dos Bantu na África Oriental, na região dos Grandes Lagos perto do monte Elgon, possivelmente de forma a poder ligá-los a "influências hamitas"¹⁴. Terá sido, provavelmente, a semelhança entre Tumbuka e Tumbuctu que o levou a tal opinião.

IV.1. Terá Havido Modelos nas Discussões entre Letrados Exteriores à Tradição Oral?

Podemos admitir que o conhecimento histórico é recolhido e sistematizado no quadro de um esforço para melhor conhecer o mundo, ter certezas sobre as suas origens e sobre as experiências históricas. Tem também sido demonstrado que, em certos casos, a história serviu para fundamentar aspirações políticas, por exemplo quando se tratava de justificar pretensões de chefia, etc.¹⁵

Como as migrações também estabelecem implicitamente laços genealógicos, com aquela migração visava-se, de facto, uma espécie de pan-africanismo expresso em termos históricos, tal como as tradições fictícias derivando os povos da África Ocidental¹⁶ e do Corno de África¹⁷ da Península Arábica constituem uma expressão do pan-islamismo.

Existem indícios segundo os quais o trabalho de Chisui não constituiu um esforço isolado¹⁸, e seria indicado estudar este problema com base em fontes primárias, sobretudo na correspondência da missão e de missionários, tanto a oficial como a privada.

IV.2. O Que Era a Tradição antes de 1900?

O primeiro viajante europeu nesta zona, o Dr.Livingstone, que chegou numa altura em que a expansão Yao estava no seu auge, não parece ter ficado com uma perspectiva do Império Marave nem ter recebido informação sobre muitas tradições sobre este Estado. Um interessante estudo etnográfico de D.MacDonald, publicado em 1882, parte também da realidade existente por volta de 1880, cujas raízes chega mesmo a destrinçar até cerca de 1820-1830, e refere-se às invasões e conquistas Yao, Ngoni e Kololo. W.P.Johnson, que chegou nesta altura (1881), também não apresenta uma perspectiva daquele passado antes de 1830. Todavia, uma referência de O'Neill, de 1884, e outras do Secretário-Geral José Joaquim

de Almeida, da mesma década, revelam que existiam essas tradições, pelo menos nas zonas limítrofes do "império" Marave.

A maior parte das tradições existentes em Moçambique, particularmente na zona costeira de Nampula, por volta de 1960-1980, confundiam os Marave com os Ngoni do século XIX, como aliás já O'Neill o fazia em 1884¹⁹. Devido à pouca profundidade das genealogias, estes acontecimentos haviam sido despidos do resto do conteúdo pela "lacuna flutuante", continuando no entanto a ser transmitidos devido à sua importância.

Havia portanto tradições que esperavam a recolha para verificar a organização e extensão do "império". O primeiro a iniciar essa recolha parece ter sido Chisui. Ele terá conseguido possivelmente eliminar alguns dos anacronismos existentes, recorrendo talvez à cronologia das fontes escritas, separando-a dessa maneira da migração Ngoni. Os anacronismos referidos continuaram a existir numa parte da tradição oral. Por exemplo em 1981, Whisky Ngodoma narrou, em Lichinga, o seguinte:

"Os Nyanja eram Chewa. Sairam de Kilimanjaro. Dali saíram todos os povos para um lugar chamado Malambo, na actual Zâmbia. Queriam ir para Bulawayo, atravessando o Zambeze. Os Angonis vieram de lá, da Zululândia. Por isso não podiam atravessar o rio Zambeze. Desceram a margem do rio Zambeze até um lugar chamado Pa Nyumba. Ali se separaram de um grupo chefiado por Undi. Depois deram-lhe o conselho: 'Quando chegarem os Ngoni a querer lutar, não aceitem, deixem entrar!' Depois saíram dali, até Fort Jameson. Deixaram lá um responsável de nome Chikhokha. Deram a ordem: 'Se vierem os Angoni vindos da Zululândia, não respondam com guerra, deixem entrar!' Depois, então, foram viver no monte Kaphilintiwa (monte Nthiwa)... nessa montanha é que nasceram Phili, Mwala, Banda, etc."²⁰

Esta tradição, que reflecte talvez a situação dos anos 40, é basicamente um mito que tenta estabelecer um equilíbrio entre Ngoni e Nyanja. Incorpora, como elemento antigo da tradição, o monte Kaphilintiwa, e como elemento mais recente, o Kilimanjaro, origem putativa dos Bantu.

A versão de Whisky Ngodoma constitui basicamente um mito de fundação. Explica o surgimento da estrutura actual basicamente como resultado de uma transformação única, simples, para cada região. Grande parte da matéria-prima dos colectores de tradições orais desta zona é provavelmente constituída por este tipo de narrações.

V. Investigadores Posteriores e o Impacto da Tradição de Chisui

V.1. Samuel Josia Ntara, Assahel Jonathane Mazula e Paulo Litumbe

Y.M.Ntara é o autor mais conhecido. O seu livro principal, "Mbiri ya Acewa", conheceu várias edições e tem sido utilizado como texto de estudo em escolas do Malawi. Igualmente deste livro existe uma edição anotada por Schoffeleers, que permite uma primeira análise do conteúdo.

Ntara retém a origem em Timbuktu e a migração através do continente africano, cheias de anacronismos, da obra de Chisui. Depois narra o estabelecimento das diferentes chefaturas, provavelmente no século XVI-XVII, e alguns acontecimentos do século XIX, quando os Ngoni e os Yao apareceram. Para os séculos XVII-XVIII não existe história por assim dizer, embora tal hiato não seja aparente. A maior incidência vai para o Malawi, mas a Zâmbia e Moçambique recebem também algumas referências.

Ntara é ainda autor de uma obra, igualmente de interesse histórico, publicada em tradução inglesa de 1949. Não está claro quando é que ele começou as suas investigações. Segundo a opinião de Young ele terá iniciado a sua investigação nos anos 20, ainda antes, portanto, da publicação da obra de Chisui²¹. Mas a primeira publicação do trabalho de Ntara parece datar apenas do início dos anos 40²², tendo-se dado prioridade a Chisui. Schoffeleers opina que Ntara editou o seu primeiro texto em 1945, depois de ter tido uma série de conversas com o Reverendo Namon Katengeza²³, que lhe teria fornecido os dados básicos. Após o que teria feito mais entrevistas e teria publicado uma segunda edição em 1949, que englobava alguns mitos, mais tarde riscados da terceira edição, publicada em 1965²⁴.

Nessa edição, de 1965, para a qual o prefácio fora escrito em 1962, Ntara constata, falando de livros escolares: "Alguns europeus que visitaram este país tentaram escrever alguma coisa da história do nosso povo na sua maneira de pensar. Se bem que eles o tivessem feito, era importante que essa história fosse novamente contada (pela fonte oral) e anotada por um de nós, na esperança de preservar a história dos nossos pais para os seus filhos, e assim por diante..." (Ntara 1973:XIX).

Isto mostra que em 1962 Ntara, que havia sido consultado por Rangeley e outros por volta de 1951-1952 (Rangeley 1952:31), assumia uma posição nitidamente nacionalista. Os livros escolares deviam ser escritos pelos próprios cidadãos e não pelos senhores coloniais. Esta posição, certamente ligada à Federação das Rodésias e Niassalândia, só teve expressão ao nível universitário cerca de 15 anos mais tarde, com alguns

artigos de Kings Phiri.

Assahel Jonassane Mazula encontrava-se entre o grupo de antigos crentes da igreja anglicana que procuravam caminhos para trabalhar em Moçambique numa altura em que a religião católica tinha um papel hegemónico. Como muitos outros, deixou o Niassa e foi para Nampula. Em 1969 trabalhava como empregado administrativo numa plantação de sisal, perto do Monapo, e tinha assento no Conselho Legislativo da Província de Moçambique como representante dos trabalhadores africanos. Tal posição não o destinava a ser respeitado pelos nacionalistas que haviam passado pelas prisões coloniais, mas valeu-lhe um convite para visitar a República Federal da Alemanha, visita sobre a qual escreveu um diário. Embora este tivesse sido alvo de algumas críticas por parte do Instituto do Trabalho, foi publicado por ordem superior.

Já antes, em 1962, a revista missionária *Portugal em África*, publicara um artigo sobre a história dos nianja, classificado mais tarde por R. Péliissier como "puerilidades pró-portuguesas"²⁵. Houve uma segunda edição na qual ele acrescentou alguns dados. Nesse trabalho Mazula conseguiu, de forma habilidosa ou inocente, ligar o tratamento que era dado à expansão portuguesa do século XV com a migração de Tombuctu para o Niassa, relacionando o mito da expansão portuguesa com a tradição formulada no tempo de Chisui. Toda essa estrutura ideológica permitiu-lhe apresentar dados sobre os bispos anglicanos britânicos da diocese do Niassa, tal como outros dados que num trabalho mais sóbrio certamente que não teriam sido publicados.

Após a independência Mazula viveu em Nampula, onde morreu há poucos anos.

Paulo João Litumbe encontrava-se entre os organizadores da Frelimo no Niassa Ocidental em 1962, facto que o levou a ser preso pela PIDE em 1964. Os anos de 1964 a 1974 passou-os como preso político nas prisões da Machava, Mabalane e, depois, no desterro na província de Inhambane. De 1975 a 1985 foi bispo anglicano no Niassa (incluindo Nampula), com sede em Messumba. Recordava um membro do clero da diocese: "Como bispo, D. Paulo Litumbe era muito autoritário, mas muito hospitaleiro... instituiu candidatos ao diaconato e por duas vezes chegou a ordenar diáconos no sacerdócio". Era o primeiro bispo autóctone, que podia falar sem intérpretes com qualquer pessoa da sua diocese²⁶.

V.2. O Impacto de Chisui e Ntara em Outros Autores

No seu trabalho sobre os Ngoni, publicado em 1956 mas provavelmente escrito alguns anos antes, Margaret Read inclui dois textos de Elias Mwale, redigidos talvez nos anos 30, quando Read fez o seu trabalho de campo. Esses textos versavam as migrações dos Ngoni Maseko. Já em 1952 Mwale tinha-se apresentado a público com outro trabalho, sobre os Chewa, mas em língua Chewa. Esse trabalho deve ter sido escrito por volta de 1950 e o autor, provavelmente um pouco mais novo que Chisui e mais velho que Ntara, terá conhecido a primeira edição dos "Mbiri ya Acewa", que cita. Mas não partilhou a idéia de uma migração através do continente. Mwale parece ter estado em favor de uma proveniência de "Uluwa", na região Luba. Na versão de Mwale, a origem dos Marave aparece ligada à dinastia de Mwata Yamvo, confundindo possivelmente o nível do século XVII com outro de um ou dois séculos antes, quando surgiram os Marave. Não sabemos se esta opinião deriva directamente da tradição oral ou se foi influenciada pela opinião de antropólogos como Audrey Richards, que estudou um grupo Bemba e parece ter partilhado estas idéias.

Em Moçambique, A.Rita Ferreira parece ter conhecido o trabalho de Mwala, que no entanto não terá provocado um grande impacto. Mazula e outros parece não o terem conhecido. A.J.Mazula utilizou provavelmente uma versão da obra de Chisui, tal como outra de Ntara, quando publicou a sua história dos Nianja de que há, como foi referido, uma primeira edição de 1962 e uma segunda de 1970. O antropólogo Marwick parece ter igualmente consultado os trabalhos de Ntara para o seu estudo sobre os Chewa.

Para o texto de Paulo Litumbe a seguir incluído em apêndice, pensamos que é basicamente Chisui quem foi utilizado.

Y.Halimoja, na sua História de Masasi, publicada em 1977 em Swahili, faz algumas referências aos Marave e ao Estado dos Phili, mas omite qualquer referência a migrações anteriores, quer porque delas não tinha conhecimento quer porque tal lhe foi desaconselhado por autoridades como o arqueólogo J.Sutton, que ele consultou. Halimoja aventa que o clã "milanzi", com representantes entre os Nyanja, Yao e Makua, era de origem Marave.

V.3. A História Académica Anglófona e os Marave

V.3.1. Introdução: Da Importância da Investigação da Periferia e de Períodos Anteriores e Posteriores

A história académica tomou conhecimento dos trabalhos realizados pelo grupo de historiadores africanos, mas combinou-os com uma avaliação ainda inacabada de fontes sobre as zonas marginais do Estado e com informações da antropologia histórica e social sobre os grupos Maraves transformados (caso dos Ngoni estudados por Barnes, Read e outros). Não se podem enumerar aqui todos os trabalhos. São, no entanto, muito importantes porque a história constitui uma síntese ampla das fontes. É provável que a arqueologia, que até agora não foi chamada a interpretar este problema, possa eventualmente modificar a nossa perspectiva. Parece haver na zona uma certa continuidade a partir do século XII (com o chamado complexo de Chifumbazi, a tradição do Lumbo, etc.) e será preciso esperar por mais resultados para formular algumas hipóteses. Por enquanto trata-se de coordenar fontes escritas e orais.

V.3.2. A "Escola Colonial" da Niassalândia

As primeiras referências a fontes de arquivo relevantes, contidas nos trabalhos de Cooley e Schurhammer, passaram despercebidas e só foram descobertas mais recentemente, mas as próprias fontes primárias nas quais se basearam carecem talvez de uma reedição. Os padres Schulien e Schebesta, que estiveram pouco tempo no vale do Zambeze antes da Primeira Guerra Mundial e escreveram mais tarde sobre as suas observações, não levaram o seu interesse histórico mais longe.

Dos finais da década de quarenta até meados dos anos sessenta, os autores da "escola colonial" dominaram as publicações em língua inglesa. O termo "escola colonial" foi utilizado por Phiri para se referir a Rangeley (e, possivelmente, ao geógrafo Pike), mas parece ficar em aberto se ele considerava T.O.Price e Schoffeleers como parte dessa "escola", que se distinguia pela utilização de termos étnicos, insistência no papel do comércio de escravos e certa falta de sofisticação. Incluir todos os autores europeus que escreveram sobre os malawianos nas décadas 50 e 60 resultaria numa tal diversidade de pensamento que o termo "escola" já não se justificaria. A situação social induziu-os talvez a um certo paternalismo, mas de resto parecem-me existir diferenças profundas entre, por exemplo, Rangeley e T.Cullen Young. Têm em comum ter descoberto o Estado Malawi (Marave) como tema. Rangeley consultou Ntara e teve também em sua posse uma tradução da obra de Chisui, feita pelo missionário T.Cullen Young²⁷. Os

missionários Cullen Young, que também esteve envolvido na publicação do livro de Chibambo, e J. Bruwer, devem ter sido os mediadores desses textos. Thomas Price, um dos missionários, também procurou activamente o contacto com a história académica, colaborando com o professor Shepperson de Edimburgo²⁸.

V.3.3. Da "Escola Colonial" à História Académica

Nos anos 50 a discussão sobre o Marave/Malawi, Nguru, e as fontes antigas, conseguiu maior publicidade. Bruwer, Price, Marwick, Schoffeleers, etc., levaram a discussão para revistas anglófonas e o Império Marave ficou estabelecido ao lado dos mais conhecidos Estados Shona do Zimbabwe, Mutapa e Rozwi. Ali também se aplicou o termo "confederação", certamente mal escolhido, para descrever complexos políticos nos quais ramos afastados das dinastias manifestavam tendência para adquirir independência política. (Numa confederação os grupos previamente independentes estabelecem uma unidade mais estreita). Price refere-se, pela primeira vez, a um manuscrito de Dionísio de Melo e Castro, a "Notícia do Império Marave", cuja data aparece erradamente como 1863 (uma gralha), em lugar de 1763²⁹. Fala nos cultos, neste caso o Mbona, um tema tratado também por Rangeley e mais tarde por Schoffeleers.

Linden (1972) tentou alimentar a discussão histórica com um trabalho de etnografia comparativa ao qual faltou talvez um conhecimento exaustivo dos dados etnográficos³⁰.

Edward Alpers (e possivelmente o seu editor R. Gray), no volume IV da *Cambridge History of Africa*, publicada em 1975, optou por uma migração da área Luba³¹. Alpers ligou os Zimba ao Estado de Lundu e propõe a existência de dois Estados, o de Lundu e o de Kalonga ou Muzura. O primeiro teria sido derrotado em 1622 por Caronga Muzura³².

Em 1982, Newitt publicou um artigo tentando interpretar a história com base na escassa documentação contemporânea, tomando também em conta a história económica. Ele aponta que um chefe Tondo dos Zimba já aparece por volta de 1593, mas que as primeiras referências a Muzura datam apenas de 1608, o que poderá eventualmente ter reflectido uma mudança para outra dinastia³³. Schoffeleers faz algumas sugestões que apontam na mesma direcção. No entanto, isso não significa que o núcleo Karonga-Muzura não existisse em 1590. É apenas um indício de que os portugueses não tiveram contactos com Muzura, ou pelo menos contactos que se devessem mencionar.

Um livro escolar editado em Moçambique em 1986 parece tomar em conta alguns dos argumentos apresentados por Alpers e Newitt, mas

privilegia as interligações dentro do território moçambicano actual³⁴.

Linden, Phiri e outros aludiram à interpenetração entre Nyanja e Yao, achando que entre os Machinga, e mesmo Amasaninga, havia grupos de origem Nyanja, notabilizados por pertencerem ao clã Phiri. Pelo menos espontaneamente, tal ligação não foi mencionada em Moçambique.

Com a recolha de novos dados no quadro de projectos académicos, a influência de Chisui e Ntara começa a afrouxar. No período a seguir a 1965 houve os trabalhos de campo de Harry Langworthy e Kings M.G.Phiri, bem como o Zomba History Project iniciado em 1977. M.Schoffeleers dedicou-se igualmente à interpretação de alguns aspectos e tentou dar pistas para o período inicial. O trabalho e publicações de Phiri são relevantes para os vizinhos Niassa e Zambézia e o de Langworthy principalmente para a província de Tete.

No que toca às fontes escritas, é possível que as correspondências dos jesuitas italianos ainda contenham alguns dados sobre as primeiras três décadas do século XVII. Essa correspondência existia ainda por volta de 1700 em Goa, mas algumas cópias de cartas foram enviadas para a Itália, onde certas foram publicadas.

Um estudo mais aprofundado da história regional da Zambézia, de Nampula e de regiões ainda menos estudadas do Niassa poderá certamente desenvolver o nosso conhecimento da influência Marave. Mas também é preciso ver que ao longo da idade do ferro o período Marave é apenas um entre outros e que se colocam ainda outros problemas, tanto para a arqueologia como para a história regional.

VI. Sumário, Conclusões, Palavras Finais

É possível que a publicação do trabalho de Johnston ou a discussão em círculos missionários tenham despertado o interesse ou influenciado a discussão da temática de migrações em círculos de professores e pastores africanos nas missões da Niassalândia, por volta de 1920-1925. Porém, o factor principal deve ter sido a situação da própria elite africana. Esta temática está ausente por exemplo da obra de Y.B.Abdallah, cuja redacção final parece datar de 1918³⁵. (É também possível que já houvesse uma diferença entre tradições Marave e tradições Yao).

As transformações das tradições de origem não são raras em África nem no mundo em geral. Há toda uma série de tradições de povos/grupos étnicos/Estados islamizados desde o Mali à Somália, passando pelos Yoruba

da Nigéria, que deriva de imigrantes da Arábia. Na África Oriental (Tanzania Central) apareceram, provavelmente devido a programas de rádio ou outros meios de difusão (cursos de formação realizados por missionários), "tradições" sobre portugueses (vareno) no interior³⁶. No Zimbabwe surgiram tradições Rozvi decalcadas do modelo Ndebele do século XIX³⁷.

As tradições orais são, portanto, susceptíveis de sofrer transformações parciais, por razões que não são outra coisa senão a expressão de alianças ideológicas. Autores que escreveram sobre a zona Lunda³⁸ já suspeitavam que parte das tradições de migração, conquista e parentesco entre chefes eram, em grande parte, expressão de alianças e sentimentos de relativa proximidade, transformados em expressões de parentesco. Os autores europeus que tentaram classificar as famílias linguísticas e culturais em África, de Lichtenstein a H.H. Johnston, procederam da mesma maneira. Construíram correntes migratórias a partir de grupos de relativa afinidade com o seu próprio grupo racial.

Mas, para além das partes bastante duvidosas, existem outras provavelmente baseadas em factos. Se não houvesse estas segundas o próprio público já teria perdido a confiança nas tradições. Na versão apresentada por Litumbe, aproximadamente três quartos do texto contêm tais elementos factuais e por isso tratam-se de textos que são mais que meros documentos ideológicos ou modelos cognitivos para um determinado período.

Nó que toca à historiografia africana, a questão das migrações e invasões continua a ser um problema espinhoso. A crítica nacionalista da historiografia colonial criticava com certa razão a preocupação com as migrações. Mas o caso dos *mfecane* do século XIX prova que movimentos de conquista constituíam, por vezes, factores da história política. Se tivermos isso em consideração não há justificação para negar a possibilidade de os movimentos dos Jaga, da África Central e Ocidental, e dos Zimba, na África Oriental, terem tido uma interligação possível. Ambos vieram do interior e dirigiram-se aos centros de comércio (Ndongo, Congo) na África Ocidental, na zona do Zambeze e na costa até Quíloa e Mombasa, na África Oriental, e apareceram quase ao mesmo tempo. Foi por isso que autores contemporâneos como Lopes e Pigafetta, estabeleceram tal ligação³⁹. O problema de avaliação e interpretação das origens dos movimentos dos Jaga e Zimba do século XVI, e dos Ngoni e outros grupos no século XIX, é semelhante. Existem autores que vêm isso como movimentos de certa maneira revolucionários, comparáveis aos *jiḥad* islâmicos da África Ocidental, enquanto que outros encaram o fenómeno da desestabilização

causada pelo avanço de um sistema de pilhagem escravagista ou não, característico do avanço europeu, como um elemento importante.

O que não podemos esquecer, no entanto, é que as migrações - mesmo as primeiras migrações Bantu - já encontraram pessoas e grupos culturais e sociais estabelecidos, que foram assimilados ou conseguiram assimilar os conquistadores. Se houve uma migração Marave ligada aos Jaga, ela também já terá encontrado populações estabelecidas, com línguas e instituições próprias. A cintura matrilinear de África já existia, e provavelmente grande parte daquilo que ainda caracterizava a cultura no século XIX deve ter existido antes do surgimento do Estado Marave. Mas certas instituições sócio-políticas e religiosas podem ter aparecido nessa altura, integradas na conquista e estrutura política dos Maraves.

No que toca a muitos aspectos da versão da história Marave apresentada por Chisui, uma ligação com o Sudão Ocidental (Tombuctu-Timbuktu) parece pouco verosímil. Mas parece geograficamente possível terem havido contactos com a zona Luba-Lunda, que até correspondem a algumas "tradições". O contacto com o vale do Zambeze e com a costa também deve ter introduzido alguns elementos da cultura costeira, recuperáveis talvez só ao nível linguístico.

Apêndice
História dos Anianja
por Paulo João Litumbe

A "História dos Anianja" é um manuscrito de quatro páginas e meia. Foi oferecida por Paulo João Litumbe ao Arquivo Histórico de Moçambique em 1978, juntamente com um sumário da História dos Yao de Y.B. Abdallah e um pequeno manuscrito sobre os Ngoni no Niassa, de que se desconhecem ainda as fontes⁴⁰. Pensamos que a "História dos Anianja" é um resumo dos "Wanyanja wa kale", porque corresponde em todos os itens ao conteúdo indicado noutro resumo da obra de Chisui.

A estrutura do texto é a seguinte: A narração divide-se em duas partes. A primeira trata da história dos Nianja (Marave) até depois do seu estabelecimento no Malawi actual. Essa parte utiliza dados que também se encontram na obra de Ntara, mas a maior semelhança é com a versão de Mazula. A segunda parte trata da história a leste do lago Niassa. Esse é um tema não tratado por Ntara. Aqui a narração afasta-se, também, da versão

apresentada por Mazula. Mazula elabora certos elementos, como a digressão de Massumba para Mbamba Bay e a chegada de Massange. O relato de Litumbe traz alguns pormenores não contidos na versão de Mazula.

O texto exclui referências expressas aos Nianja vivendo no sul da província do Niassa (distritos de Cuamba e Mecanhelas), mas refere limites com Lundu e Kaphwiti no sul. Toda a história, desde cerca de 1620 a 1820, é condensada ao governo de dois Massumbas e pormenores referentes à história política dessa região (Cuamba) devem ter feito parte desse período, já eliminado da tradição oral do Lago antes de 1920. Embora seja possível que muitas das ocorrências narradas se tenham passado tal como é descrito, houve provavelmente uma certa esquematização ou mesmo uma reorganização de dados que é difícil de controlar. A narração é visivelmente centrada em Massumba, que se fixou numa bacia de terrenos férteis com quase cem quilómetros de extensão na direcção este-oeste. Seria talvez interessante saber se existiam versões divergentes de Chiteji ou de outros chefes menores.

A estrutura do texto é, portanto, aquela que seria de esperar de um texto elaborado em Massumba (Msumba), baseando-se na tradição oral desta zona e na versão da história mais antiga que ganhou aceitação com o livrinho de Chisui, de 1928.

Da narração deduz-se que o clã dominante a leste do lago era Phiri.

O texto levou apenas algumas correcções ortográficas e segue, portanto, de perto o autor. O manuscrito encontra-se na colecção da Secção Especial do Arquivo Histórico de Moçambique.

História dos Nianjas

Origens

Anianjas são peregrinos⁴¹ [migrantes, que] vieram de Tumbucuto, na África Ocidental, no país chamado Sudão. Viviam nas planícies do rio Níger. As planícies do rio Níger são férteis. Na margem esquerda do rio Níger encontra-se uma cidade chamada Tumbucuto⁴², é dali onde vieram os Anianjas. Quando vieram aqui encontraram o rio Chire. Assim os Anianjas lembraram-se do Níger e gritaram: Encontrámos "Niaja"⁴³, o que queria

dizer, o Níger, e desde então deram ao Chire o nome Niaja, e os que vivem em volta do Niaja chamam-se Nianjas e o lago chama-se Niassa⁴⁴.

Vamos voltar a falar de Tumbucutu. Tumbucutu é uma das cidades do Sudão, é terra de origem dos Anianja. É uma terra muito forte, cheia de riquezas. Está situada entre o Oceano Atlântico e o deserto do Sahara. Tumbucutu é como porto das pessoas que vêm do Oceano Atlântico e atravessam o deserto do Sahara⁴⁵.

Tumbucutu é invadida

Os outros povos, cobiçando as riquezas de Tumbucutu, terra dos Anianjas ou Chewas, vieram invadir Tumbucutu. Os Nianjas, vendo que não podiam lutar contra os povos numerosos, resolveram fugir, deixando Tumbucutu. Naquele tempo os Anianja chamavam-se "Wachewa"⁴⁶, estavam juntos, não se dividiram como agora estão divididos em várias tribos.

No século XV ou XVI, os Anianjas saíram em remessas de Ägruposü, não saíram de uma vez, mas em grupos; andando à procura de boas terras. Passaram pelo Lago Vitória, Lago Benguela [sic: Bangweolo], Usokoto⁴⁷, Congo, Cano⁴⁸ e Choma⁴⁹.

Os Anianja não vieram em paz, sempre andavam a lutar contra os naturais destes países. Também lutaram contra Cassais e Ualambos⁵⁰, mas sempre os Wachewa venciam, e fixavam residências, e ao saírem os outros ficavam nestes lugares, de maneira que os Anianja encontram-se em muitos lugares, por exemplo Zâmbia, Lusaka⁵¹, Choma, Mpeteuke, Katete...

Em Choma, Zâmbia

Em Choma, os Anianja permaneceram durante muitos anos; foi ali onde elegeram o primeiro régulo, porque antes viviam sem régulo; e constituíram o Calonga Chinkole como seu dirigente⁵²; Calonga viveu por muitos anos na terra de Choma entre Broken Hill e Livingstone⁵³. Mais tarde, porém, saíram porque os Nianja são peregrinos.

Os Anianjas Dividem-se em Tribos⁵⁴

Os Anianja eram uma tribo só, mas quando saíram de Choma pelo caminho começaram a dividir-se em tribos pelas seguintes razões:

1. Vieram a um lugar onde encontraram uma montanha grande, que na língua Nianja chama-se Pili. Muitos dormiram em cima da montanha, por isso foram chamados de "Apili". Assim se formou a tribo de Pili [Phiri, Phili]⁵⁵.
2. Os outros apanharam o cadáver de um animal e por isso foram chamados de "Muale", porque na língua Cheua, Muale quer dizer cadáver.

3. Os outros chamam-se "Banda", porque dormiram nas [en]costas da montanha.

4. Outros chamam-se Muendas, que quer dizer cueca da irmã. Alguém descobriu a cueca da irmã⁵⁶.

5. Outros chamam-se "Wambadue". Uma mulher tinha um filho de pai incógnito e destes [e os descendentes desta união] foram chamados "Mbadue [Mphadue]"⁵⁷.

6. Wankoma, porque comiam frutos da árvore "nkoma".

Assim, as tribus dos Anianja são: Pili, Banda, Muale, Nkoma e Mbadue⁵⁸.

Os Anianja em Capilintiwa

Capilintiwa quer dizer pequena montanha cheia de árvores de mitaua, Ca = pequena, Pili = montanha, Tiwa = mtawa. Ali os Anianja fixaram residência, porque a montanha era fértil. Aconteceu que depois vieram os Angoni da Zululândia e lutaram, e os Anianja foram vencidos. Os chefes da Zululândia eram: Zonguendaba e Chidiaonga⁵⁹. Depois os Anianja resolveram fugir para outros países.

A Morte de Calonga Chinkole

Depois de alguns anos em Capilintiwa, Calonga Chinkole lembrou-se de visitar os seus irmãos que foram deixados em vários lugares. Chegou até ao lago Mueru, onde morreu⁶⁰. Ouviu-se a história da morte do rei Calonga Chinkole e em Capilintiwa foi proclamado outro Calonga e foi chamado "Calonga Chizosi". Calonga Chizosi era da tribo Pili, a sua mãe era Nhango [Nyangu]. Os filhos de Nhango eram: Calonga Chizosi, Undi e Mpunga. As filhas eram Ocunganjo, Machochota, Ocundanjila, Cafua-fua, Ntuta e Chidoana⁶¹.

O grupo de Banda dividiu-se em Chauma, Chembe, Nzinga e Ngani.

Do grupo de Mbeue eram Nkanda, Caembe e Mculamimba⁶².

Os Anianja Saem de Capilintiwa

Os Anianja deixaram Capilintiwa, mas nem todos. Alguns ficaram e foram chamados Azimbua⁶³, quer dizer "não sabem onde foram os irmãos". Sairam de Capilintiwa e vieram para Mauereanyangu [Mawere a Nyungu]⁶⁴, saíram de Mauereanhango para o monte Lilongué, perto do rio Buanji. A terra de Mauereanhango é Lintipe, que se chama Malawi. O rio Lintipe desagua no Lago Niassa.

Os Anianja no Malawi

Calonga Chizosi, com os seus descendentes, veio do Malawi. Malawi quer dizer madrugada, ou amanheceu. Chegaram ao Malawi em meados do século 17⁶⁵.

Calonga mandou o seu irmão Chembe distribuir a terra aos outros régulos. Kanyenda era régulo de Nkunga; Undi e Mkanda, na terra de Capoché, é uma terra que hoje em dia chamamos Mecanhelas⁶⁶. Os outros atravessaram o lago Niassa de ocidente para oriente.

Os Anianja do Oriente do Lago Niassa⁶⁷

Os Anianja ocupam a costa oriental do lago Niassa desde o sul onde o Malawi faz limite com Moçambique, na margem do lago Niassa, até Chiuindi [Chiwindi] onde há o limite entre Moçambique e a Tanzânia. Os Anianja vieram para aqui, cada grupo em seu tempo e com o seu chefe. Alguns atravessaram o rio Chire, outros ao sul do lago Niassa, de Monkey Bay (Baía dos Macacos). Os outros atravessaram o lago Niassa de Cota-Cota até Nkolongue. E outros [ainda] atravessaram de Nkunga até Chizumulu, de Chizumulu até Likoma, e de Likoma até à costa oriental do lago Niassa. Na costa do lago Niassa há pessoas que são Nianja e também há régulos que não são Anianja. Também há Anianja que agora são Ayao ou Angoni. Os Anianja são: Régulo Massumba, Massange, Mtaia, Maendaenda, Chinkumbe (Chitepete), Namaumbo, Chizoma, Tandamula, Mnianja, Mchequene, Chitege e Manhahi. Há régulos Nianja que agora são Yao: Catur, Mbagalila, Namaumbo, Chizoma e Cumalimba.

A Saída de Massumba do Malawi

Kanyenda era chefe de Nkunga no Malawi. Os seus chefes menores eram Massumba, Kalonga⁶⁸, Mapunda, Chiteji (Chitege), Chilombe, Chileca, Culicheta e Mtaia. O chefe Massumba resolveu sair de Nkunga juntamente com a sua gente, passou pela margem do lago Niassa até Monkey Bay, de Monkey Bay atravessou o lago Malawi até Ntunda, onde vivia o régulo Massange. O nome antigo de Massange era Mkoloosi⁶⁹. Massumba fez amizade com o régulo Massange; depois o régulo Massumba capturou Njolo, irmã do seu amigo Massange, e fugiu com ela e deu-a ao seu comandante Chaoza⁷⁰, e chegaram a Chitokoto, onde encontrou Lundu, irmão de Capuiti. Dividiram a terra: O sul era de Lundu e o norte de Massange [sic, Massumba]⁷¹. O limite era Chitokoto, na povoação de Cadango [perto de Lichinga⁷²]. Massumba deixou a terra na mão dos irmãos chamados Cuitunji e Ngolodiele, e continuou a sua viagem para o norte. Lá em Cadango deixou uma pedra que faz limite, e esta pedra existe até hoje.

O Nome Massumba

O nome antigo era Calonga. Foi chamado Massumba porque atravessou o lago a nadar (na língua Chewa, kusambila ou kusumpu): Como Calonga se mostrou valente a nadar foi-lhe dado o nome de Massumba, que significa "nadador".

Massumba com Mtalica

Massumba foi até ao rio Lugenda, na terra de Mtalica. Os dois foram muito amigos, e dividiram a terra em duas partes: Ao sul de Lugenda era de Mtalica e ao norte de Massumba⁷³; mas Massumba não gostou desta terra porque não era rica e saiu com o seu grupo até à terra de Lichinga. [De] lá também saiu, deixando a terra na mão do seu irmão Caturi. Caturi foi residir em Itawe Litamui, que agora se chama Catur.

Massumba em Vissongole

Massumba saiu de Lichinga para Vissongole. Vissongole é uma montanha aguçada. Por isso chama-se Vissongole. Vissongole fica situada em Chiulica. Perto da estrada que segue para Lichinga encontra-se a montanha Vissongole. Quando Massumba chegou a Vissongole encontrou os Ajaua chamados Amacale [Amakale]⁷⁴.

Vissongole foi uma terra onde Massumba residiu com muitos Anianja durante longo tempo. Morreu Massumba Calonga e sucedeu o seu sobrinho chamado Massumba Capeza⁷⁵. Massumba Capeza estava com Njolo, mulher capturada pelo seu tio, que era irmã de Massange em Ntunda⁷⁶. Lá tinha sido mulher de Chaoza⁷⁷. Depois de muitos anos, Vissongole foi invadida pelos Metos (Macuas) e os habitantes de Vissongole fugiram para o outro lado⁷⁸.

Chissindo

Massumba saiu de Vissongole e chegou a Chissindo. Chissindo é uma montanha muito alta. Massumba subiu à montanha e viu o vale de Chissindo até ao lago Niassa e deu ao vale o nome de Ussa, que quer dizer lugar plano sem montanhas. O vale é cercado de serras por três lados. Ao norte pelas serras de Chicongouele, Canhale, Mbatamila e Ilonga. A oeste pelo lago Niassa e a sul pelas serras de Ijombo, Luambala, Luamila e Chifuli. Massumba, com os seus grupos, gostou muito deste lugar. O vale de Ussa é muito fértil e tem um rio chamado Lunho, que o atravessa a meio e tem muitos afluentes. Mesmo assim Massumba deixou os seus irmãos Namaumbo e Chizoma em Chissindo. Ele seguiu o vale até dentro do vale⁷⁹.

Massumba Fixa Residência na Foz do Rio Chumba

Massumba Capeza chegou a Mjunga e lá viveu alguns anos. Mjunga agora chama-se Mecuela. De Mecuela foi à foz do rio Chumba, que é um afluente do rio Lunho. Aqui Massumba fixou a sua cadeira, que é uma pedra de duas mamas, que existe até hoje no lugar chamado Mseo. Deixando Msussa em Ussa, seguiu até Mbamba Bay e lá deixou um sinal que é uma enxada de pedra, e regressou para Ussa⁸⁰.

Massumba Volta para Norte

Deixou seu irmão ser regedor de Ngofi e seguiu Chiteje. Chiteje vem de Nkunga⁸¹, atravessou até Chizumulu⁸², por Likoma até Chigoma, onde se encontrou com Massumba. Massumba continuou até Chicaia e teve um encontro com o seu irmão Metaia e Chitepete⁸³. Todos os três marcharam para Manda. Quando chegaram às serras entre Manda, Chia e Ngoo, estes três discutiram. Mteia voltou para Chicaia, mas Massumba e Chinkumbe⁸⁴ continuaram a viagem. Onde discutiram, o Massumba sentou-se numa árvore inclinada que até hoje se chama cadeira de Massumba. Esta árvore ainda existe até hoje.

Massumba e Chincumbe, com a sua gente, chegaram a Chia, deixando Chincumbe em Chia. Massumba foi até Duanga. Voltou de Duanga até Lussefa, que deu a Chincumbe. A Chitepete deu a terra de Lissefa⁸⁵. Chegou a Metangula e lá colocou o seu irmão Chilombe. Massumba foi residir em Ussa, na foz do rio Chumba. Desde então Massumba ficou em Ussa permanentemente.

Massumba Capeza Fixa Residência em Ussa

Massumba Capeza escolheu e fixou-se em Ussa, perto do rio Chumba, uma residência permanente. Os seus irmãos são: Maculambo, que ficou em Capueleza; Manhica, em Ngoo; Mliungo em Lifutichi; Mndala em Mepochi; Bwanaassane, Cassimo⁸⁶, Cadiampolo, Cauinga Mbuendu⁸⁷ e Chimole (estes estavam sempre com ele), Mculambo, Matuta, Matola (estes ficavam em Chicale ou Namatumba).

Massumba em Massumba

Nos tempos das guerras dos Ajaúas e Angones contra os Anianjas, os Anianjas que viviam longe do lago Niassa iam para as costas do lago; os Anianjas do vale de Ussa reuniam-se e iam esconder-se em Massumba. Porque lá em Massumba havia um pântano entre o lago e a terra, e entre o pântano e o lago havia uma terra [passagem] que só tinha um portão bem guardado. Este lugar era refúgio dos Anianjas no tempo das guerras dos

Angones e Ajauas. Nesta altura Massumba também tinha pessoas valentes na guerra, que eram: Chissumpi, Chilambe e Cauinga. Chissumpi morreu na guerra e Cauinga foi capturado pelos Angones e foi até Ndonde, na terra de Songea. Songea era um valente guerreiro, general dos exércitos dos Angones.

Massumba em Ussa

Depois de terminarem as guerras dos Angones e Ajauas⁸⁸, Massumba saiu de Massumba juntamente com a sua gente, e vieram outra vez para Ussa. Assim: Namumbo em Chissindo, Chizoma em Ijombo, Mliunga em Lifutichi, Chilombe em Metangula, Chitepete em Lissefa, Catur em Catur, Tandamula em Mbamba, Chiteje em Chigoma-Coboé, Mtaia em Chicaia-Coboé, Mapunda em Ngofi, Lipoche em Uiquihi, Manhica em Ngoo. Todos estes eram irmãos do régulo Massumba.

Ussa

Chissindo, Namichenje, Tulo, Luwiga, Mepochi, Lifutichi, Lissessi, Mecoucuamba, Chicale, Tondo, Ngongo, Michelenje, Messumba e Chwanga, até Metangula, todas estas são povoações dentro do vale de Ussa, são terras do régulo Massumba⁸⁹.

NOTAS

1. Também existe a grafia Nthara.

2. Cullen Young, no prefácio de Ntara 1949:13-14.

3. Barnes 1933:242.

4. Petro Kilewa já tinha sido professor em 1899. Trabalhou também em Nkhotakhota, e em 1945 era cônego (Blood 1962:135-5).

5. Morreu em 1938 (Blood 1962:33).

6. Morreu em 1939, sendo cônego (Blood 1962:35).

7. Wilson 1936:167-8. Parece que Yohana Tawe seguiu depois. Foram consagrados no dia de S. Pedro.

8. Blood 1957:129.

9. Blood III, 1962:27.

10. Blood 1962:33.

11. Blood 1962:262.

12. Young na prefácio de Ntara 1949:13-14.

13. Por exemplo, Wieschhoff, que no fim dos anos 20 fez escavações no Botswana e em Moçambique, nota o orgulho do seu capataz africano no Botswana sobre as construções de pedra que vê como obra dos seus antepassados (Frankfurt, R.F.A., Arquivo do Frobenius-Institut).

14. Johnston 1913:390-4. Johnston menciona que já no seu livro *George Grenfell and the Congo* expressou idêntica opinião (*op.cit.*391). A data para a expansão bantu na África Oriental, 300 aC (*op.cit.*390), está já bastante perto daquela que é actualmente aceite.

15. Aspecto explorado por exemplo por Beach 1980:226, em relação aos Rozvi do Zimbabwe.

16. Por exemplo, Yoruba e Hausa, e a dinastia de Mali de Bilali, escravo africano do profeta.

17. Como os Somali, que falavam língua Cuxita, mas são os Amhara e Tigrinya que têm mesmo uma origem Semítica, pelo menos ao nível da língua e da origem do Estado Aqsum.

18. Cole-King 1971:75, 88, cita um manuscrito anónimo visto por ele na ilha de Likoma, com o título "A Short History of Mwase of Likoma Island and His Tribe the Mphili Tribe".

19. O'Neill 1884:726.

20. AHM FO 153 B. Whisky Ngodoma fez a terceira classe na missão anglicana cerca de 1928. Foi depois para o Tanganyika, trabalhou depois do regresso para a missão de Sto. António de Unango, e durante a Segunda Guerra Mundial como motorista na Rodésia do Norte.

21. Young 1953:36 fala de "authorship... historical research... that has been going on for 30 years in quiet reclusion at Mkhoma by Mr. Samuel Nthara", mas no prefácio de Ntara 1949:16, indica que este começou a escrever há cerca de 14 anos, isto é, cerca de 1931-33. É, no entanto, possível que apenas se trate da biografia que Young introduz neste prefácio.

22. Nthara 1973:VII, fala de uma edição de 1944 ou 1945, feita em Nkhoma, mas parece que houve outra anterior.

23. Linden 1972:13 menciona como informador principal de Nthara, Stephen Kasan.

24. Schoffeleers 1975:463-4.

25. Péliissier 1988 (Vol.II:553).

26.Sululo, Ms.

27.A tradução de Cullen Young encontrava-se nos W.H.J.Rangeley papers, File 5/1/1, na Society of Malawi, Blantyre, mas segundo informações de Kings Phiri, desapareceu posteriormente deste fundo.

28.Publicou com o historiador Shepperson, da Universidade escocesa de Edinburgh, o livro "Independent African", sobre o missionário africano J.Chilembu, envolvido numa breve revolta no sul da Niassalândia, em 1915.

29.Price 1952:77, refere-se ao MS Azul, 384, na Academia de Ciências, Lisboa.

30.O tema abordado (origem da iniciação feminina) já tinha sido estudado pelo etnógrafo alemão Hermann Baumann, que encontrou certas semelhanças mas também algumas diferenças na cintura matrilinear (o trabalho foi publicado postumamente em H.Baumann, *Völkerkunde Afrikas*, vol.II, Wiesbaden, 1978).

31.Alpers in Gray (ed.) 1975:511.

32.Alpers in Gray (ed.) 1975:517. Do ponto de vista historiográfico, a Cambridge History é aquela que reduz mais radicalmente o espaço dado à presença portuguesa e às suas povoações costeiras.

33.Newitt 1982:155, 156.

34."História da Minha Pátria", 5a.classe, Maputo:Inde 1986, pp.26-27. O primeiro dos quatro autores é José Guilherme Negrão, que aproveitou elementos de pesquisas próprias feitas no Niassa.

35.Cf.Liesegang. Sanderson 1955:39, deixa transparecer que o editor, Sanderson, não teve contactos com esta zona antes de 1914, e que viu a zona Yao de Mataka apenas em 1918.

36.Registados pelo autor em 1974, 1977 e já anteriormente por H.N.Chittick, nos anos 50 (ou início dos anos 60).

37.Cf.Beach.

38.Entre eles, especialmente, J.Vansina.

39.Lopes & Pigafetta 1591:59, 76,77. No entanto, Lopes e o seu redactor Pigafetta parecem ter confundido os "Agogi" (Agazes, Tonga do vale do Zambeze) com os Zimba agindo mais a norte do "Monemugi".

40.Inclui, possivelmente, partes de um trabalho de Basílio Farahane, citado por Matos 1965.

41.O termo peregrinação para migração, foi também utilizado por Mazula 1961:12, 20.

42. Em inglês Timbuktu, em francês Tombuktu.

43. O nome "Niger", pronunciado "Naija" em inglês, é um nome externo, derivado do latim para "preto", imposto por autores britânicos no século XIX a um rio que os árabes pensaram nos séculos X-XVI ser um braço do rio Nilo e o chamaram assim (por exemplo, "ued nil" no mapa catalão). Os povos ribeirinhos locais têm nomes diferentes (por exemplo, Djoliba em Bambara do Mali, Issa ber em Songhai, Kwara pelos Hausa). A suposta semelhança com nomes não passa portanto de um anacronismo.

44. Boa palavra Bantu Oriental que significa lago.

45. Semelhante em Mazula 1962:10, 11, 27.

46. Maior divergência com outros autores. Segundo Ntara 1973, todos se chamavam Marave. Mazula sustenta que o nome tem origem em Choma.

47. Sokoto da Nigéria, fundada apenas no início do século XIX!

48. Kano, Estado Hausa do norte da Nigéria, fundado no século XIV ou antes. Kano e Sokoto não são mencionados por Ntara 1973, mas por Mazula 1962:12. Ntara apenas menciona o lago Vitória (1973:2-3).

49. Choma na Zâmbia, também mencionado abaixo.

50. Grupos do sudeste do Zaire que participaram no trabalho migratório para o Copperbelt da Zâmbia (Rodésia do Norte) e Zimbabwe (Rodésia do Sul). Cf. Mazula 1962:12.

51. Lusaka surgiu como estação de caminho-de-ferro. Não é uma povoação antiga e os Nianja ali presentes vieram depois do aparecimento da cidade.

52. Ntara 1973:4, e Mazula 1962:12, dizem basicamente o mesmo.

53. Broken Hill agora Kabwe, Livingstone agora Maramba (junto a Victoria Falls).

54. Semelhante em Mazula 1962:12.

55. O Nianja não conhece a letra "r". Daí "Phili" em lugar de "Phiri".

56. Mazula 1962:13 fala de "levantar a roupa da irmã". Ntara 1973:7 de "tirar o pano de casca de árvore da irmã".

57. Ntara 1973:7 e Mazula 1962 fornecem mais elementos.

58. Esqueceu os Muenda. Ntara 1973:6-7 menciona ainda os Linde (em Mecanhelas) e os Mbewe, com chefaturas no Malawi (entre Chewa e Yao, e no Niassa), mas omite Nkoma (Nkhoma), que também não aparece na lista de Mazula. Segundo Ntara 1973:36-8, os Nkoma teriam chegado posteriormente.

59. Zwangendaba, originalmente chefe do grupo Jere e Gama, e predecessor de Chidiaonga como chefe do grupo Maseko. A menção destes grupos é um anacronismo, derivado do facto que o autor assumiu provavelmente que havia um período comum de movimentos. Segundo Ntara (1973:9), e o comentário de Langworthy, Kapilintiwa fica nas montanhas Dzalanyama, entre a Angónia (Tete) e a zona vizinha do Malawi. Mazula 1962:14 também menciona os Ngoni nesta altura, mas na descrição de Ntara aparecem mais tarde.

60. Segundo Ntara 1973:8, Chinkole morreu em Choma; segundo Mazula em Kapilintiwa.

61. Esta lista corresponde a Mazula 1962:13, e só parcialmente aos dados de Ntara 1973:11-12, 22-23 (Cafua-fua = Kafwafwa).

62. Mazula 1962:14 atribui Mkanda ao clã Mbewe (Mbeue), o que está de acordo com Ntara 1973:11, 14. Kayembe e Mkulamimba seriam, no entanto, do clã Mphadwe (Mbadue, cf. Mazula 1962:13-14). Kayembe e um seu conselheiro Mkulamimba são também mencionados por Ntara 1973:11, 103.

63. Mazula 1962:14 escreve "Azimba" e explica o nome como "homens sem rumo definido". Esta informação não aparece em Ntara. O nome "Azimba" foi ainda utilizado por Rita-Ferreira.

64. Em Ntara: Mawere a Nyangu = Mawere de Nyangu, mãe dos Carongas. O rio Bwanji e outros nomes também foram mencionados por Mazula 1962:14.

65. Mazula 1962:14 não explica a origem do nome. Segundo Ntara 1973:15, Malawi significa "chamas", mas há ainda outras tentativas de tradução. A datação é provavelmente um pouco tardia.

66. Possivelmente errado. Trata-se de terra a oeste do lago. Segundo Mazula, Nkunga é "hoje Kota-Kota (Nkhotakota), na Niassalândia" (Mazula 1962:15, 19).

67. Este parágrafo fornece uma descrição geral da distribuição geográfica no século XX.

68. Abaixo diz-se que o nome antigo de Massumba era Kalonga. Talvez o título tenha continuado.

69. O nome Mkolowosi ainda foi utilizado por volta de 1866-95 para o chefe da zona de Meponda. Livingstone (ed. Waller 1874) escreve o nome "Mokalaose".

70. Há posteriormente uma informação contraditória, talvez errada. Não parece claro se Chaoza e "Chioza", mencionado num contexto cronológico diferente por Johnson, são talvez portadores do mesmo título dinástico.

71. Cf. Mazula 1962:19. Kaphwiti e Lundu governaram mais ao sul, tendo Kaphwiti um domínio no vale do rio Xire (Cf. Bila 1977) e Lundu em Morrumbala-Milange. A linha divisória ficou provavelmente ao sul de Mecanhelas.

72. Mazula menciona Kadongo entre Namkumba, Sumama e Mbagalila. Não foi localizado

pelo editor, mas está provavelmente perto de Lichinga.

73. O Estado, e possivelmente também o nome/título de Mtalika (Metarica, Che Mtalika) tiveram uma história movimentada no século XIX. Che Mtalika e o seu povo (Yao mas possivelmente com componentes Marave) tiveram que refugiar-se na zona do Rovuma, onde estiveram por volta de 1860. Depois voltaram para o Lugenda, que viriam a deixar no século XX. No que toca ao período antes de 1850, Alberto 1974:1 diz que "Metarica" era o nome de um chefe Lomwe vencido por um sobrinho do chefe Machinga "Mocoloma". Este sobrinho teria tomado o nome do chefe vencido. No que toca ao encontro, que devemos situar no século XVII, a que também Mazula 1962:19 se refere, pode haver dúvidas se fora fictício ou se diz respeito ao chefe Yao ou Lomwe.

74. Também em Mazula 1962:19.

75. Mazula 1962:19 precisa ainda que o primeiro Massumba se chamava Chimbano, mas chama ao segundo "Kapazi" ou "Chipazi". Ntara 1973 omite por completo a história de Massumba.

76. Mazula 1962:22-23 menciona que mais tarde o irmão seguiu a irmã e se fixou perto de Massumba, tornando-se num chefe mais conhecido do que o próprio Massumba (assim era, de facto, por volta de 1880-90).

77. Chaoza parece ser idêntico ao Chiwoza mencionado por Mazula (1962:20), e ao Chioza mencionado por Johnson 1922:100.

78. Aqui tem provavelmente um salto de cerca de 1620 para 1840, mas a narração seguinte sobre Chisindo deve referir-se ao século XVII ou XVIII.

79. Mazula 1962:19-20 não elaborou a passagem por Chisindo.

80. Mazula 1962:20 menciona também cadeira e enxada. As pedras como mamas são referidas em quase todas as tradições orais.

81. Nkhotankhota actual na margem do lago.

82. Ilha a oeste de Likoma.

83. Segundo Mazula 1962:21 Chitepete veio da mesma direcção como Chiteji.

84. Aparentemente Chinkumbe e Chitepete estiveram juntos. Metaia (mais tarde chefe em Coboe) e Chinkumbe (mais tarde em Chia) eram pessoas diferentes.

85. Litumbe não explica a diferença entre Lussefa (ou Losefa, ou Lusewa) e Lissefa. No seu texto narrativo Mazula 1962:22 menciona apenas Chitepete, mas Chinkumbe aparece numa lista de chefaturas (p.18).

86. Nomes de origem swahili.

87.Sem vírgula entre Cauinga (Kawinga) e Mbuendu no original.

88.Aproximadamente depois de 1896 (Ngoni), 1910 (Yao).

89.Chwanga (Chiwanga) e Metangula ficam nas margens do lago.

BIBLIOGRAFIA

Abdallah, Y.B. (Ed.G.M.Sanderson) 1919: *Chiikala cha Wayao/The Yaos*, Zombz, Gov.Printer.

Alberto, M.Simões, 1974: (Manuscrito sobre os Yao no A.H.M., parcialmente baseado em Abdallah).

Almeida, José Joaquim, 189.: *Dezoito Anos em África*, Lisboa. (Trata-se de uma colecção de documentos organizada por J.J.de Ameida, trabalhada um pouco pelo advogado e escritor Trindade Coelho, que figura como autor).

Alpers, E.A., 1975: "Eastern Africa", in R.Gray (ed.), *Cambridge History of Africa*, 4, 1600-1780, Cambridge: 469-536.

Austen, R., 1990: *Africans speak, colonialism writes: The transcription and translation of oral literature before World War II*, Boston, African Studies Center, Discussion Papers in the African Humanities 8.

Barnes, B.H., 1933: *Johnson of Nyasaland: A study of life and work of William Percival Johnson, D.D.Archdeacon of Nyasa, missionary pioneer, 1876-1928*, London.

Barnes, J.A., 1954: *Politics in a changing society: a political history of the Fort Jameson Ngoni*, London, Oxford University Press.

Beach, D.N., 1980: *The Shona and Zimbabwe 900-1850: An outline of Shona History*, London, Heinemann; Gweru, Mambo.

Bhila, H.H.K., 1977: *The Kapwithi-Lundu complex in the Lower Shire valley to 1800 A.D.*, Paper, International Conference on Southern African History, Roma, Lesotho.

Blood, A.G., 1957, 1962: *The history of the Universities Mission to Central Africa*, vol.II, 1907-1932, vol.III, 1933-1957, London.

Bruwer, J., 1949: "The composition of a Cewa village (mudzi)", *African Studies* 8: 191-198.

Bruwer, J., 1950: "Note on Maravi origins of migration, *African Studies* 9: 32-34 (refere na p.33 Ntara como 'Nihala' e terá utilizado provavelmente o trabalho de Mwale ainda não

publicado).

Bruwer, J.P., 1955: "Unkhoswe: The system of guardianship in Cewa matrilinear society", *African Studies* 14: 114.

Chibambo, Y.M., s/d (1942): *My Ngoni of Nyasaland* (trad.by Rev.Ch,Stuart). London: Un.Soc. for Christian Literature, Lutterworth Press.

Chisui, L., 1928: *Wanyanja ya kale*, Likoma (não consultada, citada por Stuart 1985).

Chisui, L., s/d (c.1930-1935): *Kalilole wa wana: Nkani za umoya wa marehumu William Percival Johnson D.D. archdeacon wa Nyasa*, Likoma, Universities Mission Press (76pp. em Nyanja; Stuart indica uma edição publicada em 1950).

Cole-King, P.A., 1972: "Transport and Communication in Malawi to 1891, with a summary to 1918", in Pachai (ed.): 70-90.

Cooley, W.D., 1845: "The Geography of Nyassi, or the Great Lake of southern Africa investigated...", *Journal of the Royal Geographic Society*, 15:185-235.

Gray, R. & Marks, S., 1975: "Southern Africa", in R.Gray (ed.), *Cambridge History of Africa*, 4, 1600-1780.

Halimoja, Y., 1977: *Historia ya Masasi*, Nairobi, Campala, Dar es Salaam, East African Literature Bureau.

Johnston, H.H., 1913: "A survey of the Ethnography of Africa and of the former racial and tribal migrations in that continent", *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 43, 1913: 315-421. (Participam nesta discussão E.Torday, A.Joyce e C.G.Seligman).

Liesegang, G., 1988: "Acheegas para o estudo de biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da história de Moçambique I: Yohana Barnaba Abdallah (ca.1870-1924) e a missão de Unango", *Arquivo* 3: 12-34.

Liesegang, G., 1991: *História do Niassa ca.1600-1918*. (Manuscrito de 1986, revisto em 1991-92).

Linden, Ian, 1972: "'Mwali' and the Luba origins of the Chewa: Some tentative suggestions", *The Society of Malawi Journal* 25, no.1: 11-19.

Livingstone, D.(ed.H.Waller), 1875: *The last journals of David Livingstone in Central Africa from 1865 to his death*. New York, Harper.

Lopes, D. & Pigafetta, F., 1591: *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas*, Lisboa, AGU. (Reedição em fac-simile da edição italiana de Roma, 1591).

MacDonald, D., 1882: *Africana: or the heart of heathen Africa*, London, 2 vols.

Marwick, M.G., 1963: "History and Tradition in East Central Africa through the eyes of the Northern Rhodesian Cewa", *Journal of African History* 4, 3:375-390.

Mazula, A.J., 1962: "História dos Nianja, Separata de *Portugal em África*, vol.19, no.111: 155-166; no.112: 235-247.

Mazula, A.J., 1970: *História dos Nianja*, Lourenço Marques (2a. edição).

Memória e documentos acerca dos direitos de Portugal aos territórios de Machona e Nyassa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890. (Inclui *Descrição do Imperio do Manomagy ou Caronga dalem do rio Zambeze* (pp.226-22.).

Miller, J., 1972: "The Imbangala and the chronology of early Central African History", *Journal of African History* 13: 549-574.

Mwale, E., 1952: *Za Acewa*, London (Prefácio de "J.B.", provavelmente J.Bruwer).

Newitt, M.D.D., 1982: "The early history of the Maravi, *Journal of African History* 23:145-162.

Nthara, S.J., 1945: *Mbiri ya Achewa*, Nkhoma (2a.edição). 3a.edição Lusaka 1949, 4a.edição Blantyre 1965.

Ntara, S.J., 1949: *Headman's enterprise*, London, Lutterworth (reprint Nendeln: Kraus Reprint, 213pp., 1973), prefácio de Cullen Young.

Nt(h)ara, S., 1973: *The History of the Chewa (Mbiri ya Achewa)*, Wiesbaden, Steiner (Stud.z.Kulturk, 31). (Tradução de W.S.K.Jere, comentários de H.W.Langworthy, edição de B.Heintze).

Nurse, G.T., 1972: "The people of Bororo: a lexicostatistical enquiry", B.Pachai (ed.), *The early history of Malawi*, London, Longman: 123-135.

O'Neill, H.E., 1884: "Journey from Mozambique to Lakes Shirwa and Amaramba, *Royal Geographic Society*, VI: 632-655, 713-741.

Pachai, B.(ed.), 1972: *The Early History of Malawi*, London, Longman.

Paul, J., 1977: *Memórias de una revolução*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

Phiri, K.M.G., 1975: *Chewa History in Central Malawi and the use of oral tradition, 1600-1920* (tese de Ph.D. não publicada, Wisconsin).

Phiri, K.M.G., 1981: "The precolonial History of Southern Malawi: an interpretative essay", *Journal of Social Science* (University of Malawi) 8: 28-46.

Phiri, K.M., 1984: "Yao intrusion into southern Malawi, Nyanja resistance and colonial conquest", *Transafrican Journal of History* 13: 157-176.

- Price, T., 1952: "More about the Maravi", *African Studies* XI: 75-79.
- Rangeley, W.H.J., 1951: "Some old Cewa Fortresses in the Kotakota District, *Nyasaland Journal* IV, 1: 54-57.
- Rangeley, W.H.J., 1952: "Two Nyasaland Rain Shrines, *Nyasaland Journal* V: 31-50.
- Read, M., 1956: *The Ngoni of Nyasaland*, London, Oxford University Press.
- Rita-Ferreira, A., 1954: "Os 'Azimba'" (monografia etnográfica), *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, no.84: 47-140; no.85: 5-116.
- Rita-Ferreira, A., 1966: "Os Cheuas da Macanga", *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, 8, Série C.
- Sanderson, G.M., 1955: "The use of Tail-switches in Magic, *Nyasaland Journ.* VIII, 1:39-56.
- Schofeleers, J.M., 1972: "The meaning and the use of the name Malawi in oral traditions and precolonial documents", in B.Pachai (ed.), *The early history of Malawi*, London: 91-103.
- Schofeleers, M, 1975: "A chronicle for Central Africa" (recensão de Ntara 1973), *Journal of African History* 16: 463-64.
- Schofeleers, J.M., 1978: *Guardians of the land. Essays in Central African territorial cults*, Gwelo, Mambo Press.
- Schurhammer, G., 1920: "Die Entdeckung des Njassa-sees" (A descoberta do Lago Niassa), *Stimmen der Zeit*, p.349 (cit. por Alpers 1975: 517).
- Stuart, R.G., 1985: "Os Nyanja, o U.M.C.A. e a Companhia do Niassa, 1880-1930", *Revista Internacional de Estudos Africanos* 3: 9-44.
- Vansina, J., 1963: "The foundation of the kingdom od Kasanje, *Journal of African History*, 4,3: 355-374.
- Vansina, J., 1966: "More on the invasions of Kongo and Angola by the Jaga and Lunda, *Journal of African History*, 7, 3: 421-430.
- Wilson, G.H., 1936: *The History of the Universities' Mission to Central Africa*, London (Westminster), U.M.C.A.
- Young, Cullen, 1937: *African ways and wisdom*, London, The United Soc.fro Christian Literature.
- Young, Cullen, 1950: "Kinship among the Cewa of Rhodesia and Nyasaland, *African Studies*, 9: 29-31.
- Young, Cullen, 1953: "Place names in Nyasaland", *Nyasaland Journal* VI, 2: 35-36.

O FUNDO DO ALGODÃO¹ (1952-1961)

Manuel Jorge C.de Lemos

1. Identificação

Temos para tratamento a pasta M-18, Empréstimos, da Comissão Administrativa do Fundo de Fomento Algodoeiro (CAFFA)², contendo documentação diversa referente ao expediente de rotina de/para concessão e controlo de créditos a várias entidades e liquidação, total ou parcial, de débitos por algumas delas. Apesar de se identificar como pertencente à CAFFA, trata-se de documentação produzida, na sua maior parte, durante a vigência do predecessor Fundo do Algodão; daí o facto de incidirmos o nosso trabalho entre 1952 e 1961, datas da sua criação e extinção, respectivamente.

O Fundo do Algodão, instituído³ e regulado pelo Diploma Legislativo nº 1.292, de 29 de Março de 1952⁴, em conformidade com o despacho ministerial de 18 de Maio de 1951, (que autorizava os Governadores Gerais das Colónias, após a publicação de legislação adequada, a deduzirem determinadas percentagens aos preços do algodão-carço, para constituição de um fundo de "assistência" para os indígenas⁵), destinava-se, segundo o legislador, a custear as obras e empreendimentos de melhoramento das condições sanitárias e económicas e de benefício social para o indígena⁶. Tinha como receitas as importâncias descontadas ao preço do algodão-carço adquirido aos cultivadores indígenas e outras quaisquer que lhe fossem ou viessem a ser atribuídas⁷.

A lei conferia-lhe autonomia administrativa e financeira, podendo exercer todos os direitos civis relativos aos seus interesses, sendo dirigido por uma comissão administrativa presidida pelo Governador Geral e de sua nomeação⁸, com um secretário exercendo funções executivas, estando previsto o estabelecimento de delegações nas divisões administrativas da Província, mediante despacho daquele alto magistrado⁹. Anualmente, a Comissão Administrativa do Fundo do Algodão devia apresentar ao Ministro do Ultramar o relatório e contas da sua gerência.

Em 1955, com a promulgação de um novo diploma regulador da cultura algodoeira colonial, o Decreto-Lei nº 40.405, de 24 de Novembro de 1955¹⁰, foram estabelecidas novas bases legais para o Fundo do Algodão¹¹, destinado, conforme se reafirmava, à "assistência" sanitária, social e económica aos produtores indígenas de algodão. No seu âmbito, como inovação, surgiu a determinação, para além dos descontos a fazer aos cultivadores no acto de compra do algodão-carço, de novas receitas, provenientes da contribuição de 20\$00 a pagar pelos concessionários por cada tonelada de algodão-carço que eles adquirissem e das percentagens cobradas aos importadores, aos que exportassem ramas para o estrangeiro e aos industriais da semente¹².

A Comissão Administrativa, presidida pelo Governador¹³ ou seu substituto, era composta pelos directores dos Serviços de Saúde, Negócios Indígenas e Agricultura, o delegado da Junta de Exportação do Algodão e um representante da Direcção dos Serviços de Fazenda, com categoria não inferior a chefe de repartição¹⁴, e competia-lhe elaborar os planos dos empreendimentos a realizar e os orçamentos anuais, estando as contas do Fundo do Algodão, a partir de 1956, sujeitas a julgamento do tribunal competente¹⁵.

As alterações que se verificaram em 1961, em particular a nível da actividade algodoeira, com a instituição do regime de cultivo livre e proibição da intervenção administrativa nas operações de fomento, cultura e comércio do algodão¹⁶, determinaram também a extinção do Fundo do Algodão¹⁷, deixando de fazer-se quaisquer descontos nos preços de compra do algodão aos cultivadores e passando a pertencer ao Fundo de Fomento Algodoeiro, então criado, os seus saldos e demais valores¹⁸.

Esboçado o quadro institucional em que se insere o Fundo do Algodão, cumpre-nos dizer que a pasta M-18, Empréstimos, só por si não esgota as possibilidades de compreensão do seu significado, pois apenas foca um dos seus aspectos, mas permite, ainda assim, uma abordagem à questão dos créditos.

A este respeito, o Diploma Legislativo nº 1.292 é pouco claro, referindo apenas que "as obras e empreendimentos a custear pelo Fundo do Algodão obedecerão a planos previamente aprovados pelo Ministro do Ultramar, enquadrando-se nos objectivos"¹⁹ já referidos. A legislação de 1955 também não menciona explicitamente alguma rubrica de empréstimos, mas uma leitura extensiva dos fins a que o Fundo do Algodão se destinava talvez nos permita inferir a previsão implícita de tal modalidade, que se manifesta através das próprias concessões feitas e que constituem objecto do nosso trabalho.

Refira-se que as "bases" que, depois de aprovadas pelo Ministro do Ultramar, deram origem à constituição da comissão que se dedicou ao estudo da orientação a seguir e à elaboração do projecto do Diploma Legislativo nº 1.292 incluíam alíneas sobre crédito²⁰.

Os beneficiários dos empréstimos, conforme os documentos em presença, discriminam-se do seguinte modo:

- A - Agricultura
- B - Veterinária
- C - Circunscrição de Marracuene - "Cooperativa Indígena"
- D - Secção de Hidráulica Agrícola da Repartição Técnica de Agricultura - "Casas para machambeiros indígenas"
- E - Carlos Borges Delgado
- F - Plantações Santiago Limitada
- G - Circunscrição da Manhiça
- H - Comissão Reguladora da Importação
- I - Cooperativa(s) [dos Produtores] Indígenas [de Amendoim de Zavala]²¹
- J - Régulo de Morruba²²
- K - Missão Hidráulica do Incomati e Sábie
- L - Junta de Exportação dos Cereais

2. Resumo

De um modo geral, integram a pasta M-18 pedidos de empréstimo, despachados pelo Presidente da Comissão Administrativa, o Governador Geral, informações solicitadas a terceiros, cópias das notas emitidas pelo Secretário e alguns documentos justificativos das despesas efectuadas, bem como das amortizações dos débitos pelos beneficiários.

Com excepção dos créditos atribuídos às cooperativas indígenas de Marracuene e de Zavala, respectivamente, as demais entidades reembolsaram o Fundo do Algodão²³. Dado tratar-se de um caso diferente, incidiremos a nossa atenção nos empréstimos feitos às cooperativas indígenas, em particular às de Zavala.

Em documento datado de 1961²⁴ e intitulado "Empréstimos cedidos pelo Fundo do Algodão às Cooperativas dos Agricultores Indígenas de Zavala - Distrito de Inhambane - e à Cooperativa Roque de Aguiar - Marracuene, Lourenço Marques", historia-se, resumidamente, assim o processo:

"1. Em 1955, por intermédio da Repartição Técnica de Agricultura, solicitaram as Cooperativas dos Agricultores de Zavala a Sua Excelência o Presidente da Comissão Administrativa do Fundo do Algodão a concessão de créditos agrícolas reembolsáveis no montante de 1.283.000\$00, destinados à aquisição de alfaías agrícolas para os seus parques de máquinas.

2. Tomadas em consideração as respectivas propostas, foram os referidos créditos concedidos²⁵ através dos Serviços de Agricultura e Florestas - Capítulo 2º, Artigo 12º -, achando-se os mesmos compreendidos na verba global àqueles Serviços atribuída pelo Orçamento Ordinário do Fundo do Algodão para o ano económico de 1956, conforme distribuição constante da Deliberação nº 2/55, sob a rubrica "Créditos", e como a seguir se descreve:

a)Cooperativa dos Agricultores Indígenas da Região de Zavala	228.500\$00
b)Cooperativa dos Agricultores Indígenas da Região de Mavila	140.700\$00
c)Cooperativa dos Agricultores Indígenas da Região de Banguza	228.500\$00 ²⁶
d)Cooperativa dos Agricultores Indígenas da Região de Zandamela	228.500\$00
e)Cooperativa dos Agricultores Indígenas da Região de Canda	228.500\$00
f)Cooperativa dos Agricultores Indígenas da Região de Nhagutou	228.500\$00
Soma	1.283.200\$00

3. Como provam os decalques das facturas arquivadas no respectivo processo [M-18]I) os empréstimos tiveram a devida aplicação e, de acordo com a alínea b) das Propostas, o pagamento do material adquirido foi directamente efectuado pelo Fundo do Algodão.

4. Nos termos da alínea d) das citadas propostas, as amortizações deveriam ser realizadas em quatro anuidades, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 31 de Agosto de 1956 e a quarta e última em 31 de Agosto de 1959²⁷.

5. Todavia, nenhuma amortização se verificou até à data.

6. Para os créditos em questão não foi fixado qualquer juro, tudo indicando, entretanto, estarem isentos de tal encargo".

Sobre o empréstimo à Cooperativa Indígena de Marracuene, a Informação nº 14, de 13 de Julho de 1960²⁸ dizia:

"1. Sobre a proposta nº FO/173²⁹ de 4 de Abril de 1955³⁰ dos Serviços de Agricultura e Florestas, dignou-se Sua Excelência o Governador Geral, em 14 do mesmo mês, autorizar a concessão de um empréstimo à 'Cooperativa Indígena Roque de Aguiar', por intermédio da Administração da Circunscrição de Marracuene, no montante de 100.000\$00, devendo esta apresentar o respectivo plano de amortização³¹.

2. Em 15 de Julho de 1955 foi enviado o cheque nº 06.774, da conta nº 208 do Fundo do Algodão.

3. Ficaram então estipuladas as seguintes condições de pagamento: prestações anuais de 10.000\$00, com início no ano seguinte³².

4. Em 24 de Outubro de 1956³³ a Administração de Marracuene solicita para a 1ª prestação ser efectuada somente no ano seguinte³⁴.

5. Em 11 de Dezembro de 1957 é paga a 1ª prestação - 10.000\$00.
Em 4 de Dezembro de 1958 é paga a 2ª prestação - 10.000\$00.
Em 29 de Dezembro de 1959 é paga a 3ª prestação - 10.000\$00.
6. Estão por liquidar 70.000\$00, sendo a próxima prestação, de 10.000\$00, vencível em Dezembro próximo".

Acrescente-se que em 26 de Dezembro de 1960 foi paga a 4ª anuidade³⁵, ficando em dívida 60.000\$00.

Em sessão realizada a 30 de Dezembro de 1961, a Comissão Administrativa do Fundo do Algodão deliberou, quanto ao subsídio atribuído aos Serviços de Agricultura e Florestas destinado às Cooperativas de Zavala como crédito reembolsável, não fosse exigível o reembolso das anuidades em atraso, transformando-se assim em subsídio definitivo³⁶, a converter em subsídio o montante de débito, na altura 60.000\$00, proveniente do empréstimo concedido à Cooperativa Indígena Roque de Aguiar³⁷, de Marracuene.

Em agradecimento de tal medida, o então Presidente da Federação das Obras de Cooperação Social³⁸ de Zavala³⁹, Felisberto Joaquim Machatine⁴⁰, endereçou ao Presidente da CAFFA a seguinte carta⁴¹:

"I - Em nome de todas as Obras de Cooperação Social da Circunscrição de Zavala tenho a honra e o prazer de, por este meio, vir junto de Vossa Excelência testemunhar todo o nosso reconhecimento pela compreensão mais uma vez evidenciada pelo Governo Geral relativamente aos nossos problemas, pois que a solução dada aos encargos assumidos pelas antigas Cooperativas junto ao extinto Fundo do Algodão, foi mais uma prova do carinho que vos merecem as nossas actividades.

II - Certo de poder afirmar a Vossa Excelência que a acção das Obras de Cooperação Social continua a manter-se eficaz sem desfalecimentos de qualquer natureza mesmo através das vicissitudes de dois péssimos anos agrícolas, peço licença para reiterar ao Governo Geral o nosso reconhecimento sincero e manifestar uma vez mais a nossa inabalável Fé nos superiores destinos da Província de Moçambique".

3. Comentário

A instituição do Fundo do Algodão em 1952, justificada, como vimos, pelos fins expostos na própria legislação que lhe dá corpo, poderá ser compreendida sob várias ópticas. Contudo, para além da intenção do legislador e da interpretação que se lhe dê, importa primeiro que tudo conhecer a sua acção durante o período em que vigorou.

Práticas anteriores de dedução nos preços de algodão, quer em caroço quer em rama, aos cultivadores indígenas, especialmente, e/ou aos concessionários, sempre coincidentes com os aumentos dos preços do

algodão (como foi o caso de 1949, quando a cotação do algodão-carço subiu \$30/kg, entre 18,7% e 30%, mandando o Governador Geral fazer o desconto de \$10/kg ao produtor, destinado a um Fundo de Melhoramento da Vida Indígena, então criado, mas que deixou de se fazer a partir de 31 de Outubro do mesmo ano por não concordância do Governo Central⁴²), levam-nos a uma maior valorização do factor económico⁴³, em relação ao social ou ao político.

Argumentava-se então que tal se fazia por se recearem quaisquer futuras baixas nos preços do algodão em rama que obrigassem a baixar os do algodão-carço⁴⁴, o que traria inconvenientes para a política indígena, pois os cultivadores, nada percebendo de cotações internacionais, poderiam reclamar, criando-se, assim, descontentamento e combate à cultura⁴⁵.

Em 1951, situação idêntica manifestou-se com a subida das ramas em Portugal e, por consequência, do algodão-carço em Moçambique, de \$90/kg para o de 1ª e \$60 o de 2ª, representando valores entre 40% e 52%. As razões invocadas em 1949 foram renovadas e reforçadas. Entretanto, como fora revogado⁴⁶ o impedimento⁴⁷ de então, foram de novo processados descontos ao produtor indígena, desta vez, porém, de \$30/kg no de 1ª qualidade e de \$20 no de 2ª qualidade⁴⁸.

Argumentos também fortes em defesa dos descontos eram que o Estado não dispunha de dinheiro suficiente para levar a efeito as muitas obras de interesse colectivo⁴⁹, devendo recair tal obrigação sobre os próprios beneficiados (sic), e o facto de não convir o aumento dos impostos⁵⁰, para além das vantagens que a forma de pagamento tinha, dado as percentagens começarem a fazer-se em simultâneo com o aumento dos preços, não se apercebendo de tal o contribuinte⁵¹.

Por outro lado, também com o pretexto de assistência sanitária e social aos indígenas das zonas algodoeiras, vigoravam já antes de 1952 fundos especiais, criados em 1945⁵² e 1946⁵³, também chamados 'Subsídios Algodoeiros', que teriam permitido a realização de obras daquele carácter no valor de 3.106.022\$15 e 1.789.263\$20, respectivamente, em 1952⁵⁴. De notar que no ano seguinte tais despesas se reduziram para 1.740.626\$50 e 811.021\$00⁵⁵, como resultado talvez da entrada em acção do recém-criado Fundo do Algodão, que arrecadou 26.560.000\$00⁵⁶ e 35.260\$00⁵⁷, em 1952 e 1953, respectivamente.

Com a criação do Fundo do Algodão em 1952, mantiveram-se as retenções de \$30 e \$20 no preço do algodão-carço de 1ª e 2ª qualidades adquirido aos indígenas, alterando-se apenas em 1960, quando os descontos passaram a ser de \$20 para a 1ª e de \$30 para a 2ª qualidade⁵⁸.

Até 1955, com vista à realização dos fins a que se destinava, o

Fundo do Algodão dispendeu um total de 103.164.473\$67⁵⁹. Recrutou pessoal para os Serviços de Agricultura, de Veterinária e Indústria Animal, de Indústria e Geologia, da Delegação da Junta de Exportação do Algodão e da Repartição Central dos Negócios Indígenas, adquiriu material no valor de 40.402.257\$84, transportes, para o pessoal, num total de 3.088.443\$00, material de acampamento, de sondagem, laboratorial, para obras de pequena hidráulica e assistência agrícola aos indígenas, para as estações de fomento pecuário e diverso, no montante de 528.258\$25, 19.657.881\$47, 454.912\$22, 15.860\$885\$91, 256.710\$92 e 194.614\$07, respectivamente, bem como uma instalação completa de cinema 'educativo' para indígenas, montada em camião, no valor de 360.552\$00⁶⁰.

No que respeita a obras, destaca-se o abastecimento de água às populações, aproveitamentos hidro-agrícolas, fomento pecuário, financiamento de campanhas cerealíferas e construções, totalizando 7.410.649\$09, 6.271.177\$55, 2.535.421\$70, 4.177.454\$85 e 1.817.255\$50, nomeadamente, tendo contribuído ainda nos reconhecimentos e no reajustamento algodoeiro e fornecido crédito a indígenas para a construção de casas⁶¹.

Poder-se-á ter uma noção aproximada da grandeza e da capacidade financeira e de intervenção do Fundo do Algodão na gestão pública referindo que, entre 1952 e 1960, ele arrecadou qualquer coisa como 245.874.000\$00, na sua maioria provenientes dos descontos feitos aos produtores indígenas, constituindo um verdadeiro complemento do orçamento naquele período.

Receitas do Fundo do Algodão, 1952-1960⁶²

Ano	Receita
1952	26.567.000\$00
1953	35.258.000\$00
1954	28.767.000\$00
1955	23.649.000\$00
1956	17.012.000\$00
1957	29.155.000\$00
1958	24.325.000\$00
1959	30.077.000\$00
1960	31.064.000\$00
Total	245.874.000\$00

Coincidentes com a segunda fase do Fundo do Algodão, em 1955⁶³, surgiram as Cooperativas Indígenas de Zavala, a que se referem os documentos do processo M-18 I⁶⁴; de um modo breve, procuraremos situá-las no quadro institucional do primeiro⁶⁵.

A propósito dos empréstimos que lhes foram concedidos pelo Fundo do Algodão, refira-se que, a informar o 1º pedido de crédito apresentado pela Cooperativa dos Produtores Indígenas de Amendoim da Regedoria Banguza, o Governador do Distrito de Inhambane dizia ter optado pela "modalidade de pedido feito directamente pela Cooperativa, tendo em vista ligar os indígenas, por laços mais vivos de gratidão, à acção do Governo, além de lhes inculcar um maior sentimento de responsabilidade"⁶⁶, tendo o Presidente da CAFA, o Governador Geral Gabriel Teixeira, despachado do seguinte modo: "Desejo saber como está organizada a assistência técnico-agrícola a esta cooperativa, pois só com aquela assegurada é que concordo com uma moderada mecanização"⁶⁷.

Em despacho posterior, o mesmo Governador Geral afirmaria: "O Fundo do Algodão só concede 'crédito' para construção de casas. Acho a iniciativa interessante, mas deverá ser estudada pelos técnicos do Distrito, que verificarão a qualidade das terras, indicarão soluções, etc."⁶⁸

Depois dos pareceres técnicos, que aconselharam uma mecanização agrícola moderada, assegurada a assistência técnica e concedido o empréstimo, tornou-se bem evidente o aspecto político das cooperativas. Consubstanciam esta afirmação as próprias palavras do Governador Geral e Presidente da CAFA, após ter verificado pessoalmente o funcionamento das Cooperativas de Zavala:

"Se quanto à execução só tenho a louvar, quero repetir aqui o que pessoalmente disse ao Sr. Administrador de Zavala quanto aos fins das cooperativas: o objectivo económico das cooperativas não prima sobre o 'político-social', antes é um meio de atingir este"⁶⁹.

Não foi por acaso que o Presidente da Cooperativa de Banguza, o régulo Filipe Mudumane⁷⁰, foi vogal do Conselho Legislativo da Província de Moçambique, entre 1959 e 1963⁷¹, nem que tenha sido ordenado o envio de uma cópia da carta de agradecimento endereçada pelo Presidente da Federação das Obras de Cooperação Social de Zavala, Felisberto Joaquim Machatine, régulo de Zandamela, ao Presidente da CAFFA, em 1962, ao Serviço de Acção Psicossocial⁷².

Aliás, este Serviço, criado pelo Diploma Legislativo Ministerial 28, de 19 de Outubro de 1961⁷³, "com missão de fortalecer a coesão nacional, pela valorização espiritual, social e material das populações, pela preparação da sua defesa moral e pelo robustecimento da sua vitalidade e resistência",

e instalado desde Janeiro de 1962, incidiu logo de início a sua atenção sobre a questão das cooperativas indígenas, já chamadas então "obras de cooperação social", do que resultou o relatório confidencial intitulado "A Cooperação Social ao Sul do Save", elaborado pelo inspector Leovigildo Lisboa Santos⁷⁴.

De referir, a terminar, que em fins de 1959, a pedido de alguns regedores de Zavala, foi proposta a criação de uma Escola Agrícola Rudimentar na área, cabendo aos Serviços de Instrução e de Agricultura, com a comparticipação do Fundo do Algodão, o seu estudo, que concluiu ser conveniente ali o ensino de aprendizagem agrícola, passando-se logo em seguida à sua execução. Em 1962 a referida Escola era já uma realidade⁷⁵.

NOTAS

1. Não confundir com o Fundo Arquivístico do Instituto do Algodão de Moçambique, do qual faz parte integrante.

2. Criado pelo Decreto nº43.875, de 24 de Agosto de 1961, B.O. nº36, I, de 9 de Setembro de 1961, pp.1.072-6, que promulga a orgânica do Instituto do Algodão de Moçambique.

3. Com a aprovação do Ministério do Ultramar, transmitida pelo telegrama nº58 cif., de 21 de Março de 1952.

4. B.O. nº13, I, de 29 de Março de 1952, p.237.

5. Contribuição para o relatório das actividades do Ministério do Ultramar, Junta de Exportação do Algodão, Lisboa, 1952, p.12.

6. Art.5º.

7. Art.1º.

8. Art.2º.

9. Art.3º.

10. B.O. nº51, I, de 17 de Dezembro de 1955, pp.761-8. Substitui o Dec.º35.844, de 31 de Agosto de 1946.

11. Capítulo V, Do Fundo do Algodão.

12. Art.61º.

13. Conforme os termos da lei, que não explicita se se trata do Governador Geral; sendo Moçambique uma colónia de governo geral, competiria, como é evidente e a própria prática o comprovou, àquela entidade tal função.

14. Art. 64°.

15. Art. 65°.

16. Decreto nº43.639, de 4 de Maio de 1961, B.O. nº21, I, de 27 de Maio de 1961, p.696.

17. Decreto nº43.874, de 24 de Agosto de 1961, B.O. nº36, I, de 9 de Setembro de 1961, pp.1.079-83.

18. Decreto nº43.875, de 24 de Agosto de 1961, Art.40°, p.1.076.

19. Art. 5°.

20. Fundo do Algodão - Monografia, Lourenço Marques, 1956, pp.3-5.

21. Por ter sido a primeira a pedir um empréstimo (Exposição de 3 de Julho de 1955, anexa à nota nº436/D/1/1, de 28 de Julho de 1955, do Governador do Distrito de Inhambane, António Ferreira Gonçalves, para o Presidente da CAFA), para a Cooperativa de Amendoim de Banguza foi constituído inicialmente um processo, criando-se, depois, outro comum a todas as Cooperativas Indígenas de Zavala, cada uma delas sediada nas seguintes regedorias, para além da de Banguza: Zavala, Mavila, Zandamela, Canda e Nhagutou.

22. Morruga na Monografia citada na nota 20. De acordo com a 'Divisão Administrativa de Moçambique, por regedorias, Direcção Provincial dos Serviços de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique, [Lourenço Marques], 1970', trata-se de Morruga, em Murrupula.

23. Veja-se, por exemplo, o caso do régulo Morruga, a quem foi concedido um empréstimo de 35.000\$00 para conclusão de uma casa de alvenaria já em construção. Curioso referir que apesar de considerar a casa 'exagerada' (sic), o Presidente da CAFA despachou favoravelmente, dado tratar-se de um 'régulo de fronteira' (sic). O beneficiário propunha-se amortizar o empréstimo em 7 anos (até 1962, portanto), oferecendo como garantia a gratificação mensal de 350\$00, além de 800\$00 anuais provenientes da percentagem pela sua intervenção na cobrança do imposto indígena, que orçava pelos 2.600\$00 (ofício nº453/FA/55, de 22 de Junho de 1955, do Governador do Niassa, Eugénio Ferreira de Almeida, Delegado da CAFA, em Nampula, para o Presidente da CAFA, com fotografia e planta da casa em anexo). Em 1961, estando em atraso as prestações de 1959, altura em que amortizara já 18.500\$00, o próprio regedor Morruga, António da Silva Calavete, liquidou, em duas prestações, os restantes 16.500\$00 (ofício nº127/B/1, de 10 de Março de 1961, do Administrador da Circunscrição de Murrupula para a CAFA).

24. Infelizmente incompleto, o que impede que se saiba o dia e o mês em que foi produzido, e sem indicação do destinatário. Acrescente-se que se trata da primeira página de uma cópia, contendo 6 pontos do capítulo I, intitulado 'Créditos Orçamentais', pertencente ao processo

M.18)C (Circunscrição de Marracuene, "Cooperativa Indígena").

25. Depois de uma troca de correspondência em que intervieram o Presidente da CAFA (o Governador Geral), a Repartição Técnica de Agricultura, o Governador do Distrito de Inhambane (Delegado da CAFA), a Repartição Distrital de Agricultura, a Administração da Circunscrição de Zavala e o Entrepasto Comercial de Moçambique (entidade que forneceu o equipamento e elaborou um Memorial de 29 pontos, em 5 páginas), sobre as vantagens e desvantagens da mecanização agrícola na região.

26. O pedido era de 248.000\$00, 228.500\$00 para aquisição do material ao Entrepasto e 19.500\$00 ao comércio de Lourenço Marques (Exposição de 3 de Julho de 1955).

27. Para satisfação dos encargos provenientes do empréstimo, cada cooperativa destinaria as seguintes receitas: a) 7% sobre o valor da produção comercializada dos seus associados; b) taxas de aluguer das alfaías aos associados; c) contribuição suplementar dos associados, em caso de necessidade.

28. Elaborada pelo Secretário Severo Portela, em cumprimento do despacho de 7 de Julho de 1960 do Presidente da Comissão Administrativa do Fundo do Algodão.

29. Existe no processo uma cópia desta proposta (que aditava a Informação FO-164), anexa à nota nº2.557/FO-398, de 2 de Maio de 1955, da Repartição Técnica de Agricultura, Divisão de Fomento Orizícola, para o Presidente da CAFA, com a transcrição dos despachos que sobre ela recaíram, feita na D.F.O. da Repartição Técnica de Agricultura, em Lourenço Marques, aos 29 de Abril de 1955. O primeiro, assinado por Juvenal de Carvalho, de 11 de Fevereiro de 1955, dizia que se tratava (a proposta FO-173) "duma iniciativa de mérito em ordem ao aproveitamento e valorização de terras de Marracuene com projecção no meio e na política indígena" e, por isso, pedia a atenção do Governador Geral com vista à obtenção do subsídio (sic) por intermédio do Fundo do Algodão mas, em aditamento, esclarecia que "o que se pretende é realizar uma obra em favor dos indígenas *mas que estes pagarão*" (sublinhado no documento).

30. Esta data não corresponde à da proposta FO/173, de 4 de Dezembro de 1954, conforme se pode observar no decalque referido na nota anterior.

31. Ainda no mesmo documento transcreve-se o despacho do Governador Geral, Gabriel Teixeira: "Autorizo a título de suprimento, devendo ser indicado o plano de amortização, ao Fundo do Algodão".

32. A proposta apresentada previa a amortização em 10 anos, a contar de 1956 (ofício nº2.744/D/1/1, de 16 de Maio de 1955, do Administrador da Circunscrição de Marracuene para o Secretário da CAFA).

33. No documento, 18 de Outubro de 1956.

34. Alegando que só no ano agrícola que se iniciava poderia começar a funcionar a Cooperativa, dado estarem quase concluídos os trabalhos de drenagem e defesa das terras, motivo porque só em Janeiro de 1957 os associados começariam a pagar as respectivas

quotas (ofício nº4.389/D/1/1, de 18 de Outubro de 1956, do Administrador de Marracuene para o Secretário da CAFA).

35. Ofício nº2.266/D/1/1, de 26 de Dezembro de 1960, do Administrador de Marracuene para o Secretário da CAFA.

36. Cópia da nota nº365/M-18)I, de 30 de Dezembro de 1961, do Secretário da CAFFA para o Director dos Serviços de Agricultura e Florestas.

37. Cópia da nota nº359/M-18)I, de 30 de Dezembro de 1961, do Secretário da CAFFA para o Administrador de Marracuene.

38. Estas 'Obras' não foram mais do que uma nova designação para as cooperativas indígenas, doravante enquadradas legalmente. As 'bases' para a sua instituição, organização e funcionamento, que mandavam integrar no prazo de seis meses, depois alargados a dez, as cooperativas indígenas existentes, exceptuando-se as de algodão, que em nada alteravam, foram aprovadas pela Portaria nº14.020, de 4 de Junho de 1960, B.O. nº23, I, de 4 de Junho de 1960, p.605.

39. Em 1960 existiam em Zavala 7 cooperativas, tendo-se acrescentado às anteriores a de Guilundo e Chambula, para além da de Banguza passar a denominar-se Banguzá e Inhassune e a de Nhagutou, Nhagutou e Quissico (A Cooperação Social ao Sul do Save-Relatório Confidencial, Leovigildo Lisboa Santos, Lourenço Marques, 1962, p.12).

40. Em 1955 era Presidente da Cooperativa de Zandamela.

41. Feita em Quissico, com o nº3 e datada de 1 de Março de 1962.

42. A Cultura Algodoeira na Economia do Norte de Moçambique, Nelson S.Bravo, Lisboa, pp.187-8.

43. "Talvez (...) por não se esperarem novas grandes descidas das cotações internacionais, já não houve descontos nos mercados de 1961 e o Fundo do Algodão foi extinto (...)". A Cultura Algodoeira..., p.191. Não terá sido essa a razão principal, mas é um factor importante a ter em conta. Ver p.2.

44. "A solução mais justa teria sido, certamente, elevar os preços de harmonia com as cotações internacionais do algodão em rama, e então teriam sido plenamente justificados os descontos, que depois poderiam ser suprimidos ou reduzidos à medida que fossem baixando as cotações internacionais, isto é, baixariam os preços fixados sem afectar os preços pagos aos produtores. (...) Para isto bastava que o algodão ultramarino tivesse sido pago a cerca de 90% das cotações internacionais desde 1946 a 1956 (...)". Esta a opinião, insuspeita, de um ex-funcionário administrativo colonial, Nelson Saraiva Bravo, em A Cultura Algodoeira..., p.190.

45. A Cultura Algodoeira..., p.187.

46. Decreto nº38.285, de 5 de Junho de 1951, B.O.nº25, I, de 23 de Junho de 1951, p.699.

47. Decreto nº37.523, de 15 de Agosto de 1949, B.O. nº40, I, de 1 de Outubro de 1949, p.539, art.2º.

48. A Cultura Algodoeira..., p.188.

49. "(...) o que aconteceu foi os produtores terem recebido menos do que o real valor do seu algodão e, ainda por cima, as importâncias que lhes foram descontadas não reverterem totalmente em seu proveito e no de suas famílias e amigos, pois grande parte foi gasta em regiões muito distantes das suas, por vezes mesmo em regiões onde não se cultivava algodão". A Cultura Algodoeira..., p.191.

50. Em 1952 cobraram-se 181.294 contos do Imposto Indígena contra 157.546 em 1946, 114.491 em 1937 e 75.257 em 1933 e 1934, graças às contribuições dos cultivadores do algodão.

51. A Cultura Algodoeira..., p.190.

52. Decreto-Lei nº34.671, de 15 de Junho 1945, B.O. nº33, I, de 18 de Agosto de 1945, p.310, que determina que a Comissão Reguladora do Comércio do Algodão entregue à Junta de Exportação do Algodão Colonial a importância de \$05/kg de algodão importado, com destino aos serviços de assistência aos indígenas das regiões produtoras (art.2º).

53. Decreto nº35.844, de 31 de Agosto de 1946, B.O. nº45, I, de 9 de Novembro de 1946, p.459, que manda seja constituído um fundo especial para realização de assistência sanitária e social aos indígenas, para o qual os concessionários deveriam pagar 10\$00 por tonelada de algodão-carão a eles adquirido.

54. Relatório da Junta de Exportação do Algodão relativo a 1952, Lisboa, 1954, p.21.

55. Relatório da Junta de Exportação do Algodão relativo a 1953, Lisboa, 1954, pp.32-33.

56. Relatório da Junta de Exportação do Algodão relativo a 1952, p.22.

57. Relatório da Junta de Exportação do Algodão relativo a 1953, p.33.

58. A Cultura Algodoeira..., p.188.

59. Em igual período tivera uma receita aproximada de 114.241.000\$00.

60. Fundo do Algodão - Monografia, pp.7-12.

61. Idem, pp.13-20.

62. A Cultura Algodoeira..., p.189.

63. Ver notas 10 a 15. Não se trata de relações causa-efeito, antes são ocorrências que se verificam na mesma época.

64. Ver nota 21.

65. Apesar de ser assunto de grande interesse, não aprofundamos o tema 'cooperativas indígenas'. Para melhor esclarecimento sobre a sua instituição, organização e funcionamento, bem como sobre o movimento cooperativista indígena e não só, até 1962, poder-se-á consultar os seguintes trabalhos: 'Relatório da Administração da Circunscrição de Zavala - Sobre as Cooperativas da sua Área', Imprensa Nacional, 1958; 'Cooperativas de Moçambique', Celestino B. Amador e António M. Matos, Lourenço Marques, 1962; e 'A Cooperação Social ao Sul do Save', Leovigildo L. Santos, Lourenço Marques, 1962.

66. Ofício nº436/D/1/1, de 28 de Julho de 1955, do Governador do Distrito de Inhambane para o Presidente da CAFA.

67. Despacho de 3 de Agosto de 1955.

68. Despacho de 20 de Agosto de 1955, transcrito no ofício nº55/07.07, de 2 de Fevereiro de 1956, do Governador do Distrito de Inhambane para o Director dos Serviços de Agricultura e Florestas, em Lourenço Marques.

69. Relatório da Administração de Zavala, p.3.

70. Exposição de 3 de Julho de 1955, citada na nota 21.

71. Livro de Registo das Presenças e das Faltas dos Vogais às Sessões do Conselho Legislativo, 1955-1963.

72. Despacho exarado na própria carta, a 9 de Março de 1962. Existe também, na carta, o registo de entrada, anulado, naquele Serviço, com data de 24 de Março de 1962.

73. B.O. nº41 (5º Supl.), I, de 19 de Outubro de 1961, p.1.360. Regulamentado pelo Diploma Legislativo 2.214, de 17 de Março de 1962, B.O. nº11, I, de 17 de Março de 1962, p.337.

74. Ver nota 41. De referir que em Novembro de 1961, em visita de fim de curso, se realizou uma excursão dos assistentes ao curso de acção psicossocial, que incluía o autor do relatório já citado, (Lourenço Marques, Outubro-Novembro, orientado pelo tenente-coronel do Corpo de Estado Maior Hermes Araújo de Oliveira) às Cooperativas de Zavala (A Cooperação Social ao Sul do Save, pp.1-2).

75. Cooperativas de Moçambique, p.9.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Amador, Celestino B. e António M. Matos, 1962: *Cooperativas de Moçambique*, Lourenço Marques (Cópia Dactilografada).

Bravo, Nelson S., 1963: *A Cultura Algodoeira e a Economia do Norte de Moçambique*, Lisboa (Junta de Investigações do Ultramar).

Conselho Legislativo, 1955-1963: *Livro de registo das presenças e das faltas às sessões do Conselho Legislativo*.

Direcção Provincial dos Serviços de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique, 1970: *Divisão Administrativa de Moçambique, por regedorias* [Lourenço Marques].

Distrito de Inhambane, 1958: *Relatório da circunscrição de Zavala - Sobre as Cooperativas da sua Área*, Lourenço Marques (Imprensa Nacional).

Fundo do Algodão, 1956: *Fundo do Algodão - Monografia*, [Lourenço Marques].

Junta de Exportação do Algodão, 1952: *Contribuição para o relatório das actividades do Ministério do Ultramar*, Lisboa.

Junta de Exportação do Algodão, 1954: *Relatório da Junta de Exportação do Algodão relativo a 1952*, Lisboa.

Junta de Exportação do Algodão, 1954: *Relatório da Junta de Exportação do Algodão relativo a 1953*, Lisboa.

Principal Legislação Aplicável aos Indígenas da Província de Moçambique, 1960, Imprensa Nacional.

Santos, Leovigildo L., 1962: *A Cooperação Social ao Sul do Save. Relatório Confidencial*, Lourenço Marques (Cópia Dactilografada). Serviço de Acção Psicossocial.

Leopoldo M. 1963: A Cooperação Social no Sul do Zaire. Relatório Confidencial, Lourenço Marques (Cópia Desclassificada). Serviço de Apoio Técnico Social.

Principais Legislações Aplicáveis nos Indústrias de Produção de Moçambique, 1966. Imprensa Nacional.

Junta de Exportação do Algodão, 1974: Relatório da Junta de Exportação do Algodão relativo a 1973, Lisboa.

Junta de Exportação do Algodão, 1974: Relatório da Junta de Exportação do Algodão relativo a 1973, Lisboa.

Junta de Exportação do Algodão, 1973: Contribuição para o estudo das actividades do Ministério do Ultramar, Lisboa.

Fundo do Algodão, 1976: Fundo do Algodão - Monografia, Lourenço Marques.

Ministério do Ultramar, 1976: Relatório da circunscrição de Zaire - Sobre as Cooperativas de Zaire, Lourenço Marques (Imprensa Nacional).

Moçambique, 1970: Divisão Administrativa de Moçambique, por regiões. Lourenço Marques. Direcção Provincial dos Serviços de Planeamento e Integração Económica da Província de Moçambique.

Conselho Legislativo, 1953-1963: Livro de registo das propostas e das leis da sessão do Conselho Legislativo.

Barro, Nelson S., 1963: A Cultura Algodoeira e a Economia do Norte de Moçambique, Lisboa (Junta de Investigação do Ultramar).

Documento:

A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DE MOÇAMBIQUE EM 1752, VISTA PELO HISTORIADOR ALEXANDRE LOBATO*

1. Extensão e limites em 1752

Crê-se geralmente que Moçambique teve outrora extensão muito maior do que a actual, mas não é exacto, e a verdade exige que se faça distinção entre territórios da Coroa e zonas de influência, que são, na história da colónia, coisas diversas, embora concorrentes na instituição da soberania portuguesa na África Oriental.

Os territórios da soberania real portuguesa constituíam as chamadas *Terras da Coroa*, e as zonas de influência, cuja melhor parte os colonos tinham perdido no fim do século XVII, pertenciam aos *Povos Livres*, designação que os portugueses da época davam em Moçambique aos reinos independentes cuja soberania se respeitava.

Ainda não foi posta em suficiente relevo esta característica essencial da expansão ultramarina de Portugal: o respeito pelas soberanias indígenas, não só em seus usos e costumes como nas instituições e no poder político delas derivado. O facto só pode espantar o estrangeiro geralmente desconhecedor da ética portuguesa e habituado à política colonial de esmagamento, largamente praticada pela Inglaterra da era vitoriana.

Considerando restritivamente o caso de Moçambique, a história ensina que a expansão portuguesa na África Oriental foi exclusivamente de índole comercial, determinada pela existência de uma importante rede mercantil para o negócio do ouro, e que tinha por base o porto de Sofala, onde os portugueses se estabeleceram em 1505. A chegada dos portugueses provocou o desvio parcial da rota do ouro para o Zambeze e para Angoche e a luta aberta com os *mouros* da costa. Foi por isso que os nossos se viram obrigados a ocupar a ilha de Moçambique, subir o Cuama e

*In Alexandre Lobato, *Evolução Administrativa e Económica de Moçambique, 1752-1763*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957.

Naturalmente, o autor refere-se aos acontecimentos na perspectiva portuguesa.

esquadrinhar o sertão em busca do famoso metal.

Todas as escassas notícias referentes a ocupações territoriais no início da colônia mencionam entendimentos ou desentendimentos prévios com os chefes indígenas e garantem que foi negociado o estabelecimento de feitorias com extraterritorialidade ou a compra de terras. O comércio, inicialmente circunscrito à feitoria de Sofala, foi-se alargando para o interior, e os portugueses, de início regimentalmente proibidos de sair da fortaleza, tiveram primeiro que mandar e depois que ir ao sertão. Na primeira fase foram agentes dos portugueses os próprios mouros de Sofala, que outras mercadorias não tinham quase senão as nossas para seu trato habitual. Numa segunda fase foram os portugueses adquirindo terras e escravos, e desenvolvendo individualmente o comércio, da costa para o interior, em redor de Sofala e ao longo do Cuama. As terras foram algumas compradas por *fato* aos régulos, e os escravos adquiridos aos mesmos entre os prisioneiros de guerra.

A primitiva ocupação territorial sertaneja não derivou de qualquer acção política do Estado planificada para isso, e as primeiras terras portuguesas foram obtidas pelos primeiros negociantes que a partir do segundo quartel do século XVI se dedicaram ao comércio com os régulos. Dispondo de *fato*, que era na costa oriental o único meio de financiar a guerra, e de armas e pólvora, que garantiam esmagadora superioridade militar, os portugueses foram acarinhados e cobiçados pelos chefes negros como aliados valiosos, e deles obtiveram privilégios, terras, concessões e favores em troca de boas ajudas, que consistiam a maior parte das vezes no fornecimento de *fato* em quantidade, e algumas no auxílio de certos homens armados. Em Frei João dos Santos surpreende-se ainda a primeira fase da ocupação. Já há autoridades constituídas, mas faz-se clara distinção entre o escasso domínio português e as terras livres dos povos amigos que os nossos ajudam, sempre que é necessário castigar levantamentos que prejudicam a normalidade do comércio. Na altura o domínio português em Sofala reduz-se à povoação, mas, no interior, Rodrigo Lobo é já senhor de parte da ilha Maroupe, por mercê do Quiteve, e nela tem seus escravos; os cafres moradores são porém vassalos livres¹. A ilha de Inhançato, vizinha a Sofala, pertence a outro português, Pêro Lobo. E havia decerto mais proprietários. Ao tempo ainda o império do Monomotapa chegava ao mar, pertencendo-lhe a costa entre os rios Tendanculo e Luabo². Sena era povoação encravada nas terras do Monomotapa³ e Tete ficava no reino de Inhabazoe, conquistado pelo imperador, que dele dera boa parte ao forte português⁴. Estas terras, com 11 povoações, foram as primeiras doadas a uma feitoria portuguesa, e portanto à Coroa, em Moçambique. Mediam duas ou três léguas em

circuito⁵. Nas *feiras* do interior também não tínhamos domínio territorial, embora o capitão de Massapa, por exemplo, fosse autoridade judicial com competência para decidir pleitos entre cafres.

A sagacidade política dos portugueses na primeira fase da formação da colônia tem por base o espírito que caracteriza suas intervenções militares a favor de régulos espoliados pela guerra injusta que lhes faziam outros régulos vizinhos. Frei João dos Santos conta que o capitão de Tete, à frente dos moradores portugueses e dos cafres das onze povoações negras sujeitos à fortaleza, atravessou o rio para bater o feroz Quizura e restituir a seu legítimo dono as terras que este usurpara "a um cafre nosso amigo"⁶. Os desastres de 1592 e 1593, defronte de Sena, com os zimbos, em que morreram mais de 130 portugueses e mestiços de Sena e Tete, nasceram da ajuda que o capitão de Sena quis dar a um régulo expulso por aqueles terríveis invasores⁷.

Quelimane era habitada pelo português Francisco Brochado, capitão dos Rios, que ali tinha casa, palmar e horta. Não existia, porém, qualquer domínio territorial. Nas praias das Terras Firmes do Mossuril tinham os portugueses da ilha de Moçambique suas casas "palmares, hortas e searas", e igreja, mas sem qualquer defesa; não viviam tranquilos e pagavam caro o domínio precário daquela orla do litoral. Para norte senhoreavam os portugueses quase todas as ilhas do arquipélago de Cabo Delgado⁸, conquistadas, sim, mas a mouros. As terras firmes daquele litoral pertenciam, porém, aos cafres⁹.

A primeira vez que se pôs o problema da conquista militar do território foi em 1569, para vingar o assassinio do jesuíta D. Gonçalo da Silveira¹⁰. A guerra foi considerada justa por juristas e teólogos¹¹ mas a expedição não teve êxito militar. Em 1607 o Monomotapa, por intermédio de Diogo Simões Madeira, fez doação de minas ao rei de Portugal, mas desta vez ainda, apesar de todas as diligências, e de guerras, se não constituiu domínio territorial. Só em 1629 se obtiveram novas terras em Tete, cedidas pelo Monomotapa. Entretanto, anos antes, tinham-se fortificado vagamente os portos de Luabo e Quelimane.

A intensa curiosidade gerada pelas minas de prata, alimentada durante anos por lutas armadas, expedições e devassas judiciais, fizera afluir a Moçambique, da Índia e do Reino, muita gente que se fixou na Zambézia, negociando, e que foi tomando conta das terras, usurpando-as e comprando-as ao Monomotapa. Por sua vez a Metrópole criou para Moçambique a Junta do Comércio de Moçambique e Rios de Cuama, com assento em Goa, e determinou o povoamento por meio de casais, que receberiam terrenos para seu sustento, recomendando o casamento de orfãs com portugueses

reinois que quisessem ir servir na África Oriental. Portugueses reinois eram também os descendentes puros das famílias europeias do Estado da Índia, que então viviam naquele Estado dos rendimentos das terras e aldeias que os vice-reis lhes davam por uma, duas ou três vidas, quando casavam com as *orfas delrei* do Recolhimento de Nossa Senhora da Serra, em Goa, jovens senhoras de famílias europeias distintas, do Reino ou da Índia, que ficavam desamparadas ou com menos posses por morte dos pais ao serviço do rei. Assim nasceram os prazos, e assim se fez a Zambézia, que gradualmente deixou de pertencer ao Monomotapa.

Nunca se estabeleceu porém a unidade da colônia: e nos meados do século XVIII a Conquista de Moçambique compreendia, ao norte, as ilhas de Cabo Delgado, cujos moradores possuíam terras ao longo do litoral, e a ilha de Moçambique, cujos habitantes também tinham terras na orla do continente fronteiro; a sul eram Sofala e as terras de Sofala e Mambone e de Sofala a Sena, e a povoação de Inhambane. Todas estas zonas eram estreitas, pequenas, mas valiosas. Ao centro ficava a Zambézia, ao longo do rio, o domínio português começava no rio Lugenda e estendia-se até ao braço sul do Delta por umas oito léguas de profundidade no sentido norte-sul, abrangia cerca de quinze de comprimento ao longo da margem esquerda do delta, e certa profundidade do lado sul, e corria depois ao longo da margem direita do rio até um pouco acima de Tete. Um triângulo assente *grossomodo* ao longo do Zambeze, com vértices, um nas proximidades do rio Tendanculo, um outro a meia distância entre Tete e Zumbo e o terceiro a meio do caminho de Sena a Manica, com mais uma faixa de oito léguas de profundidade por vinte de largo, fronteira a Tete, na margem esquerda do Zambeze, e finalmente dois pontos isolados no sertão - Manica e Zumbo - com duas ou três léguas de circuito cada, englobava a Conquista dos Rios de Sena. E era tudo.

2. A Autonomia Administrativa e seus Limites

No dia 10 de Abril de 1752 o rei D. José assinou, para execução pelo seu Conselho Ultramarino, o decreto seguinte:

"Por me ser presente a decadência do Governo de Mossambique e que sera mais conveniente separalo do de Goa para o seu restabelecimento: Hey por bem nomiar para Governador, e Capitam de Mossambique, e Rios de Sena, e Sofala, a Francisco de Melo de Castro, por tempo de tres annos com o Soldo em Cada hum delles de oito mil Cruzados, não ficando por hora sujeito às ordens do VRey da India; e ao dito Governador, e Capitam General obedecerão todos os mais Governadores, Capitães Mores, Menistros, e outros quaesquer

Officiaes, que houver nos referidos districtos de Mossambique Rios de Sena, e Sofala, e suas dependencias: o Conselho Ultramarino o tenha assim entendido, e mande passar patente deste Governo, e todas as mais ordens que forem necessarias.¹²

No dia seguinte, cinco conselheiros daquele alto tribunal, surpreendidos com a real decisão, mandaram registar e cumprir o decreto¹³, mas, desconhecendo em absoluto o que se passava, enviaram ao rei sua *consulta* perguntando a qual dos dois Francisco de Melo de Castro, o governador de Moçambique, ou o governador de Rary na Índia, se referia a mercê. A esta e outras dúvidas, relativas ao regime do comércio da África Oriental, respondeu o rei, por seu punho, em despacho de 26 de Abril, e com pouca amabilidade, que o governador nomeado era o que estava em Moçambique, e quanto ao comércio dera as providências necessárias ao separar os dois governos¹⁴. Outro despacho desta data dispensou Francisco de Melo de Castro do juramento de preito e homenagem por se achar governando a colónia, e no dia 2 o secretário do Conselho, Joaquim Miguel Lopes de Lavre, mandou passar a patente ao novo capitão-general, que só de chancelaria tinha a pagar 400\$000¹⁵.

Logo no dia 20 de Abril o secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, escreveu a Francisco de Melo de Castro uma carta extensa com as primeiras instruções ao novo capitão-geral. A carta é psicologicamente um documento cheio de interesse, porque principia de modo banal por noticiar a partida de duas prometidas naus de guerra com socorros para Moçambique. A seguir menciona a remessa duma velha informação com notícias da *Serra de Butua* e do comércio da África Oriental, que o antigo tenente-general dos Rios, Anselmo de Moraes da Fonseca dera ao Dr. Padre Frei João de Jesus Maria e outro frade, Joaquim de Santa Rita, mandara a el-rei. Corte Real submete o relatório à crítica de Melo de Castro para ele dizer de sua justiça o que entendesse sobre a falada abundância do ouro. Melo de Castro fez-lhe, como sabemos, um comentário notável. Depois o ministro transmite a satisfação de el-rei pela *Descrição dos Rios de Senna* que fora entregue em Moçambique em 1750 ao vice-rei Marquês de Távora e este enviara ao rei. Refere a aprovação de várias medidas tomadas já por Melo de Castro depois de 1750, dá conta de instruções transmitidas ao vice-rei para enviar povoadores, menciona as providências tomadas pelo rei quando príncipe para acudir a Moçambique, por considerar a colónia "o fundo principal do Comercio e da Subsistencia de Goa, depois da invazão do Maratá", alude às tentativas de usurpação de estrangeiros, participa que D. José projectava restaurar em Moçambique as missões, as guarnições, e o comércio, e para tanto confiava em Melo de Castro, de quem tinha informações muito boas. Por isso o nomeara governador e capitão-general

de Moçambique, Rios de Sena e Sofala, isento "*por hora*" da jurisdição do vice-rei de Goa, e imediato às reais ordens. O resto da carta ocupa-se de três problemas fundamentais: defesa militar na costa e no sertão, colonização europeia e indiana, e comércio, para o que dá instruções moldadas visivelmente em dois relatórios fundamentais: a *Descrição dos Rios de Sena*, de Melo de Castro, e a carta de 10 de Novembro de 1745, de Pedro de Rego Barreto¹⁶.

Dois dias depois subscreveu D.José a carta em que noticiava ao honrado marquês de Távora a decisão de lhe subtrair a jurisdição de Moçambique, por se achar em estado miserável, ter o comércio arruinado, as fortificações desmanteladas, a costa aberta e sujeita a invasão "e ser esta Conquista a que pode concorrer para a conservação desse Estado [da Índia], o qual pellas grandes despesas que tem, e falta de meios para a sua Subsistencia, não podia concorrer para o ditto estabelecimento"¹⁷. Diz-se expressamente que o Governo de Moçambique foi autonomizado "fazendo-o a mim imediato - escreve o rei - para o poder socorrer, e restabelecer" mas "com esta separação do Governo - continua - não he a minha real intenção prejudicar ao Comercio de Goa com Mossambique, Rios de Sena; antes vos recomendo muito que com o vosso zelo, e actividade o promovaes para que experimente melhor fortuna do que athé agora". E prossegue, definindo desta forma os limites da autonomia: "Como a administração deste Comercio em Mossambique estava encarregada ao Governador, sou servido que lha conserveis; e nesta parte ficará sojeito ás vossas ordens, como lhe mando advertir". Desta carta régia para o vice-rei, em que se encontram outras importantes disposições, foi tirada cópia no mesmo dia para conhecimento e execução pelo capitão-general de Moçambique¹⁸.

O documento capital que efectivamente criou a nova Capitania-Geral de Moçambique, "de toda a Costa desde a Bahia de Lourenço Marques, athe o Cabo Delgado, e de todo o interior do paiz", dominado ou a dominar, imediata às ordens reais e independente do governo de Goa e jurisdição do vice-rei, excepto na Administração do Comércio, foi lavrado em 23 de Abril de 1752. É a carta régia que concede jurisdição sobre todos os feitores e mais empregados em Moçambique, Quelimane, Sena, Tete e Butua, e mais partes onde os houvesse, para o governador poder tomar-lhes contas, demiti-los, substituf-los por *povoadores* conforme instruções recentes, e o diploma que estipula o soldo anual de 8.000 cruzados¹⁹, autoriza o arbítrio de cõngruas aos missionários sem meios de subsistência, manda desenvolver a acção missionária, e, como se lê na subscrição é a "Instrução que V.Msg^{de} ha por bem mandar a Francisco de Melo, e Castro para o Governo de Mossambique, na forma q acima se declara"²⁰.

23 de Abril de 1752 é a data da criação do Governo-Geral de Moçambique e do diploma que põe fim a quase dois séculos e meio de sujeição política e administrativa ao Estado da Índia. A libertação da jurisdição económica foi decretada três anos depois e só entrou em vigor em 1757. A reorganização administrativa da colónia data de 1761 e só entrou em vigor em 1763. A grande viragem da vida de Moçambique arrastou-se portanto por longos doze anos.

A notificação oficial da autonomia de Moçambique, pelo Conselho Ultramarino, ao vice-rei da Índia só foi feita em 9 de Maio de 1752, em execução do decreto de 19 de Abril²¹.

NOTAS

1. João dos Santos, *Etiópia Oriental*, Livro I, Cap. XX.
2. *Idem*, Livro II, Cap. I.
3. *Idem*, Livro II, Cap. VIII.
4. *Idem*, Livro II, Caps. VIII e XVII.
5. *Idem*, Livro II, Cap. XVII.
6. *Idem*, Livro II, Cap. XVII.
7. *Idem*, Livro II, Caps. XVII e XIX.
8. *Idem*, Livro III, Cap. V.
9. *Idem*, 2ª Parte, Livro III, Cap. XIII.
10. *Determinação dos Letrados*, in Theal, *Records of South Eastern Africa*, London, 1899, Vol. III, p. 150.
11. Sobre a guerra justa contra o Monomotapa vejam-se as declarações do jurista Luís de Molina, professor da Universidade de Évora in "*Luís de Molina y el Derecho de la Guerra*", de Manuel Fraga Iribarne, Madrid, 1947, pp. 44-45.
12. Original nos Av. de Moç., Cx. 2.
13. Foi registado a fls. 128 do Livro 4º de Decretos do Conselho Ultramarino e encontra-se também a fls. 13 do mesmo livro. No Livro 25 do Conselho Ultramarino, fol. 241 v., encontra-se também a mesma carta com o título "O mesmo Conselho faz presente a Sua Magestade o que lhe parece a respeito do Decreto por que foi Servido nomear a Francisco

de Mello de Castro Governador e Capitão General de Mossambique, Rios de Sena e Sufala". O Conselho entendeu "ser da sua obrigação representar a Vossa Magestade que o Estado da Índia depois da perda universal que experimentou no Norte, não tem outra couza que se anime mais do que o Comercio que se faz por Mossambique com os Rios de Sena...". E conclui, depois de descrever o processo comercial em Moçambique: "e como este Governo fica prezentemente separado, e independente do da Índia, parece ao Conselho que necessita de providencias efficazes para a conservação do Estado da Índia". O Conselho afinal não aprovou a solução régia, nem soube que o problema do comércio se mantinha no mesmo pé. Não era intenção do Governo introduzir alterações no sistema em uso, mas apenas garantir a defesa da colónia.

14. Consulta do Conselho Ultramarino, de 21 de Abril de 1752, Av., Cx.2.

15. Decreto de 26 de Abril de 1752 no Livro 4º de Decretos do Conselho Ultramarino, a fls.13 v. e 128.

16. Diogo de Mendonça Corte Real a Francisco de Melo de Castro em 20 de Abril de 1752, Cod.1307, Doc.nº13, pp.57 a 72, Original da 1ª via.

17. El-rei ao vice-rei marquês de Távora, em 22 de Abril de 1752, Cod.1307, Doc.nº14, pp.73 a 76, 1ª via, cópia enviada ao capitão-general de Moçambique.

18. Diogo de Mendonça Corte Real a Francisco de Melo de Castro, em 22 de Abril de 1752, Cod.1307, Doc.nº5, pp.77 a 80, Original da 1ª via.

19. O governador de Moçambique vencia, além do soldo, mais 2.000 cruzados anuais como superintendente do Comércio.

20. Cod.1307, Doc.nº16, pp.81 a 84, Original da 1ª via. Está assinada pelo rei e por Diogo de Mendonça Corte Real e foi lavrada por José Gonçalves Paz. Lê-se na folha do sobrescrito: "Por ElRey A Francisco de Mello e Castro, do seu Conselho, Governador e Capitão General de Mossambique, Rios de Senna, e Sofala". O sinete das armas reais foi impresso em selo de papel colado com lacre.

21. Provisão do Conselho Ultramarino, de 9 de Maio de 1752, *Arq. Port. Oriental*, IV-II-II, p.271.

ACERVO

DOCUMENTAÇÃO INVENTARIADA

A. Direcção dos Serviços de Administração Civil / Série Militar

Títulos	Nº de Caixas	Datas-Limite
Diversos:		
-Corpo de Polícia Civil de Lourenço Marques	18	1901-1937
-Divisão Naval	1	1900-1909
-Quartel General	7	1902-1938
-Outros	2	1939-1974
Material de Guerra	1	1914-1957
Missões Militares	1	1939-1974
Recenseamento Militar	"	1960-1974
Recrutamento	"	1921-1973
Taxa Militar	"	1939-1972

B. Tribunal da Comarca de Lourenço Marques:

1. 1ª Vara

a) 1º Offício

*Emaçado cível Maços 1 a 213 1877-1958

Observação: Faltam os maços 111, 127, 151, 156 e 158.

b) 2º Offício

*Emaçado cível Maços 11 a 150 1901-1914

Observação: Faltam os maços 1 a 10.

*Emaçado comercial Maços 4 a 122 1901-1941

Observação: Faltam os maços 1 a 3.

- c) 3º Offício
- | | | |
|------------------------------------|--------------|-----------|
| *Emaçado cível | Maços 8 a 37 | 1902-1960 |
| Observação: Faltam os maços 1 a 7. | | |
| *Emaçado comercial | Maços 3 a 23 | 1900-1921 |
| Observação: Faltam os maços 1 e 2. | | |

2. 2ª Vara

a) 1º Offício

- | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------|
| *Corpo de delito | Maços 78 a 89 | 1947-1961 |
| Observação: Faltam os maços 1 a 77, 79 a 81. | | |
| *Instrução preparatória | Maços 90 e 91 | 1962-1963 |
| Observação: Faltam os maços 1 a 89. | | |
| *Polícias correccionais | Maços 55 a 120 | 1944-1965 |
| Observação: Faltam os maços 1 a 54, 56 a 73, 75 a 77, 83, 84, 88 a 90, 93 a 96, 98, 99, 103, 105, 109, 112, 114, 118. | | |
| *Querelas | Maços 56 a 62 | 1951-1964 |
| Observação: Faltam os maços 1 a 55. | | |
| *Transgressões | Maços 18 a 22 | 1948-1960 |
| Observação: Faltam os maços 1 a 17. | | |

2º Offício

- | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------|
| *Corpo de delito | Maços 29 a 31 | 1944-1952 |
| Observação: Faltam os maços 1 a 28. | | |
| *Polícias correccionais | Maços 62 a 104 | 1942-1964 |
| Observação: Faltam os maços 1 a 61, 63, 65, 69, 70, 73, 75, 81, 84, 87, 99 e 102. | | |
| *Querelas | Maços 21 a 46 | 1942-1967 |
| Observação: Faltam os maços 1 a 20, 22 a 37, 39, 42, 44. | | |
| *Transgressões | Maços 18 a 24 | 1944-1956 |
| Observação: Faltam os maços 1 a 17, 21. | | |

3. 2ª Vara

- | | | |
|----------------------|--------------|-----------|
| *Tribunal de menores | Maços 1 a 19 | 1960-1967 |
|----------------------|--------------|-----------|

4. 3º Juízo Criminal

- | | | |
|-------------------------|--------------|-----------|
| *Querelas | Maços 1 a 11 | 1961-1967 |
| *Polícias correccionais | Maços 1 a 86 | 1966-1973 |
| *Corpo de delito | Maços 1 a 13 | 1966-1977 |

MOVIMENTO DE CONSULTAS

Meses	Biblioteca		Hemeroteca		Arquivos	
	Leit.	Obras	Leit.	Obras	Leit.	Obras
Janeiro	30	84	19	50	7	13
Fevereiro	71	175	23	66	8	11
Março	99	205	20	40	15	30
Abril	200	698	20	66	10	25
Maio	87	240	22	69	4	9
Junho	68	209	41	113	6	18
Julho	50	160	38	143	14	44
Agosto	70	216	28	75	15	44
Setembro	90	350	50	90	20	41
Outubro	98	240	60	115	19	60
Novembro	89	390	70	100	30	80
Dezembro	52	155	22	53	13	30
Total	1004	3022	413	980	161	405

OFERTAS

- African Research Institute - La Trobe University (Austrália)
- Dr. Álvaro Ó da Silva
- Dra. Ana Maria Camargo
- Dr. António Alberto da Silva Francisco
- Archives Departementales de la Guadeloupe
- Arquivo Histórico de Campo Grande (Brasil)
- Arquivo Histórico Militar (Portugal)
- Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal)
- Arquivo Nacional (Brasil)
- Banco do Fomento e Exterior - Delegação de Moçambique
- Dr. Bento Siteo
- Dra. Berit Salström
- Biblioteca Nacional (Espanha)
- Dr. Cândido Teixeira
- CEDIMO - Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique
- CEDRI - Centro de Documentação de Relações Internacionais

- Dra.Celeste Mondego
- Centro de Estudos Brasileiros (Maputo)
- Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga (Portugal)
- Centro de Informação Documental de Arquivos (Espanha)
- D.Clotilde Silva
- Comune di Milano - Settore Cultura (Itália)
- Conseil International des Archives (França)
- Conselho Islâmico de Moçambique
- Departamento de Bibliotecas Públicas (Brasil)
- Sr.Edmundo José Fernandes
- Embaixada de Portugal - Serviços Culturais
- Dr.Eugeniuz Rzewuski
- Sr.Ferdinando Mendes
- Dr.Fernando Amaro Monteiro
- Dr.Georgy Derlugian
- Sr.Hanns Karlewski
- Institute of International Education (Suécia)
- Instituto Cultural de Macau
- Instituto Superior di Sanità (Itália)
- International Cultural Society of Korea
- Dra.Iva Sobral
- Sr.José Manuel Machado da Graça
- Dr.José Soares Martins
- Dr.João Paulo Borges Coelho
- Dra.Katheleen Sheldon
- Dr.Luís António Covane
- Dr.Manuel Araújo
- Dra.Maria da Conceição Osório
- Ministerio Per I Beni Culturali e Ambientali - Ufficio Centrale per I Beni Archivistici (Itália)
- Oral Traditions Association of Zimbabwe
- Sr.Ricardo Achilles Rangel
- The Scandinavian Institute of African Studies (Suécia)
- SIDA - Swedish International Development Authority (Suécia)
- UNICAMP/IEL - Universidade Estadual de Campinas (Brasil)
- Universidade Portuguesa (Portugal)
- University of Zimbabwe
- Dr.Yussuf Adam

Impresso na Imprensa Universitária

Abril de 1992

